

José Antonio Tobias



História de Campos Novos Paulista

Capítulos da Boca de Sertão do Paranapanema

EM CO-EDIÇÃO COM A PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMPOS NOVOS PAULISTA

Editora da UNOESTE

MARILIA
1990

Do Autor

O Feio

Editora Herder, 1960. São Paulo. Esgotado.

Natureza da Inspiração

Editora Herder, 1961. São Paulo. Esgotado.

Iniciação à Filosofia.

Editora da UNOESTE, 1985. 8ª edição. Marília.

Introdução à Filosofia.

Editora Herder, 1963. São Paulo. Esgotado.

Lógica e Gramática

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1966, São Paulo.

O Mistério da Saudade (Estudo da Saudade)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966. Marília. Esgotado.

Conceito e Fronteiras da Filosofia da Arte

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966. Marília. Esgotado.

Filosofia da Educação

Editora da UNOESTE, 1986. 4ª edição. Marília.

História das Idéias Estéticas no Brasil

Editora Grijalbo, 1970. São Paulo.

O Ensino da Filosofia nas Universidades Brasileiras

União Pan-Americana, O.E.A., 1968. Washington, USA. Esgotado.

Universidade. Humanismo ou Técnica?

Editora Herder, 1969. São Paulo.

Universidade. Formação Humana e Profissional

Editora da UNOESTE, 1988. Marília.

Educação Brasileira: Temas e Problemas

Editora Juriscredi, 1973. São Paulo.

História da Educação Brasileira

IBRASA, 1990. 4ª edição. São Paulo.

História das Idéias no Brasil

E.P.U., 1987. São Paulo.

Como Fazer sua Pesquisa

Editora da UNOESTE, 1987. Marília.

HISTÓRIA DE CAMPOS NOVOS PAULISTA

Capítulos da

Boca de Sertão do Paranapanema

Ficha Catalográfica.

T629h

Tobias, José Antonio
História de Campos Novos Paulista: Capítulos
da boca de Sertão do Paranapanema/José Antonio
Tobias. -- Marília : Intercâmbio, 1990.
237p. ; il. ; 22cm.

Notas bibliográficas de rodapé.

1. Brasil - História - Campos Novos Paulista.
2. Campos Novos Paulista - História. 3. São Paulo (Estado) - História - Campos Novos Paulista.
- I. Autor. II. Título.

CDD 981.05
CDU 981 (816 Campos Novos Paulista).

Bibliotecária: Maria Aparecida Maritan Buim
CRB-8/2839

José Antonio Tobias

HISTÓRIA DE CAMPOS NOVOS PAULISTA
Capítulos da
Boca de Sertão do Paranapanema

Co-edição com a
Prefeitura e Câmara Municipal de Campos Novos Paulista

Editora Intercâmbio

Marília

1990

Direitos autorais exclusivos da

Editora Intercâmbio

Rua 7 de Setembro, 818 - Marília - 17500 - SP

Fone: (0144) 33-3637

Coordenação Editorial:

- José Cláudio de Barros Araújo

Capa:

- José Luiz Trecente

Revisão de Texto:

- Rosmar Tobias

Diagramação:

- Walderez Aparecida de Oliveira Pires

Campos Novos do Paranapanema

é "a cidade-matriz de todo o Oeste;

a Cidade,

que devia ser preservada e venerada por todo o
Oeste, como um Museu vivo ou
um Santuário".

(DANTAS, Arruda. **Memória do Patrimônio de Assis.**
São Paulo, Editora Pannartz, 1980. p. 54).

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO	15
2. PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE CAMPOS NOVOS	21
3. ORIGEM DE CAMPOS NOVOS	
3.1 O Mineiro e a Diáspora para São Paulo ...	35
3.2 O Oeste do Estado de São Paulo no Séc.XIX	45
3.3 Campos Novos e o Ciclo do Muar	47
3.4 O Fundador de Campos Novos	50
4. CATEQUESE, RESERVA ÍNDIA OU SENZALA DE ÍNDIOS ?	
4.1 Introdução	57
4.2 Os Índios da Catequese	59
4.3 Origem da Catequese	64
4.4 Decadência	75
4.5 Aspecto Social da Catequese	76
4.6 Conclusões	82
5. O PORQUÊ DA DECADÊNCIA DE CAMPOS NOVOS	
5.1 Introdução	87
5.2 As Estradas de Rodagem	88
5.3 A Estrada de Ferro	92
5.4 A Estrada de Ferro do Coronel Sanches ...	94
5.5 A Estrada de Ferro Sorocabana	97
5.6 A Perda da Comarca	100
5.7 Tentativas de Construção de uma Estrada de Ferro	102

5.8	Conclusão	105
6.	DR. BRUNO GIOVANNETTI	
6.1	Notícia Histórica	109
6.2	Documentação Histórica	
6.2.1	Obras	120
6.2.2	Artigos	121
6.2.3	Sobre Bruno Giovannetti	141
7.	OS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE CAMPOS NOVOS	
7.1	Introdução	147
7.2	Cemitério dos Bandeirantes	148
7.3	Catequese	149
7.4	Cruzeiro	150
7.5	A Casa de Amador Nogueira Cobra	150
7.6	A Casa do Avô do Ex-Governador Sodré.	151
7.7	O Prédio do Forum	151
7.8	A Igrejinha do Mirante	152
7.9	A Casa de Bruno Giovannetti	153
7.10	A Igrejinha de Campos Novos	154
8.	LEVANTAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DE CAMPOS NOVOS	
8.1	Apresentação	159
8.2	Fontes Primárias em:	
8.2.1	Assis	162
8.2.2	Campos Novos do Paranapanema...	168

8.2.3	Echaporã	171
8.2.4	Marília	218
8.2.5	São Paulo	220
8.3	Bibliografia	221

S. 6 105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

105

1. PREFÁCIO

1. PREFÁCIO

A História do Brasil, em apreciável parcela, tem sido feita baseando-se quase exclusivamente em dados e documentos de capitais e de cidades do litoral, não levando em devida conta a documentação das demais cidades e regiões do interior, cujas histórias, total ou parcialmente, ainda estão para serem feitas. Aliás, neste sentido, ainda nem sequer foi realizada, de conjunto, a História do Estado de São Paulo. A História do Brasil deverá, pois, ser enriquecida das histórias de Estados e de cidades do interior que, como Campos Novos do Paranapanema, além de abrangerem grandes áreas de terra - grosso modo, correspondia a uma vez e meia à superfície da Bélgica - participaram de um relativamente longo período da política e da História do Estado de São Paulo. Dentro dessa visão histórica regionalizante, a presente pesquisa pretende fazer trabalho que contribua para maior conhecimento da História de Campos Novos do Paranapanema, auxiliando assim de modo remoto para uma visão mais realista e abrangente da História do Estado de São Paulo.

Há anos estamos pesquisando Campos Novos, historicamente conhecida por outros nomes, como São José do Rio Novo, São José do Rio Novo dos Campos Novos, São José dos Campos Novos do Paranapanema, Nuretama, Estação Climática de Campos Novos Paulista e Campos Novos Paulis

ta, hoje em dia seu nome oficial. Com esta finalidade, visitamos, às vezes com mais de uma viagem, Conceição de Monte Alegre, Catequese, São Pedro do Turvo, Parapuã, Lençóis Paulista, Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, Ribeirão do Sul, Ocaçu, Mirante (de Ocaçu), Pompéia, Piraju, Campos Novos, Platina, Assis, Jaú, Echaporã e Presidente Prudente. Em outubro de 1979, fizemos e multiplicamos um questionário de 31 perguntas, em doze páginas, que entregamos a descendentes das famílias pioneiras de Campos Novos, recolhendo-os posteriormente.

Dr. Bruno Giovannetti, engenheiro italiano e escritor que viveu em Campos Novos e palmilhou toda a Alta Sorocabana a pé ou em lombo de burro, ao falecer, deixou respeitável acervo histórico. Seus dois filhos, Dr. Demos e Oscar Giovannetti, posteriormente deixaram à nossa disposição a documentação herdada de seu ilustre pai. Também não podemos silenciar nossos agradecimentos aos Revmos. Padres Capuchinhos, nomeadamente a Frei Berto, de Birigüí. Esta pesquisa foi feita igualmente devido ao auxílio prestado pelas autoridades e funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal de Echaporã que sempre, no decorrer de anos, nos receberam com a mesma hospitalidade, facilitando-nos o uso do acervo histórico de Campos Novos que se encontra nas dependências da Câmara Municipal de Echaporã. Valioso nos foi, por outro lado, o apoio do Centro de Pós Graduação do Curso de História do Instituto de Letras, His

tória e Psicologia da UNESP - Campus de Assis, inclusive pela publicação, no número 3 da Revista "História" da UNESP, do meu Levantamento da Documentação Histórica de Campos Novos do Paranapanema.

Quanto ao conteúdo de "**Campos Novos Paulista**. Capítulos da Boca de Sertão do Paranapanema", procurei, sempre que possível, trazer assuntos originais, pressupondo portanto e não repetindo histórias já narradas, particularmente nas duas obras clássicas da História de Campos Novos que são **Recanto do Sertão Paulista**, de Amador Nogueira Cobra e **Esboço Histórico da Alta Sorocabana**, de Bruno Giovannetti.

Finalmente, a presente obra é fruto de uma co-edição entre a Prefeitura e a Câmara Municipal de Campos Novos, de um lado, e a Editora Intercâmbio, de outro lado. Dirigida pela operosidade do atual Prefeito, Sr. Francisco Ruiz Martins - popularmente chamado de "Branção" - e pelos olhos atentos dos vereadores da Câmara Municipal: Srs. Álvaro Mendes de Campos (Presidente), Bento dos Santos, José Carlos de Alcântara, Aurélio Marville Filho, Aparecido Balbino Osório, Jairo de Souza, Samuel Sabino Bezerra, Yoshio Munesiça, Alcides Martins Inigo, Laudelino Nogueira dos Santos Filho e Renato Barrionuevo da Silva, Campos Novos hoje em dia tem consciência do valor de sua história e da riqueza de seu passado, procurando, em consequência disso, não só acelerar seu progresso e promover

sua cultura editando obras como esta mas ainda valorizar seu título de estância climática e conquistar o nome e os direitos de estância hidro-mineral, a que realmente faz jus pela tradicional fama da amenidade de seu clima e das riquezas de suas águas que atraem turistas de muitos lugares; ainda mais agora, com o prolongamento da Rodovia Castelo Branco, passando a cerca de dez quilômetros de Campos Novos. Conta a tradição que seu fundador, José Theodoro de Souza, o mesmo pioneiro-fundador de São Pedro do Turvo e Conceição de Monte Alegre, quando varava os sertões e combatia os índios do oeste do Estado de São Paulo à procura de terras boas e de um lugar para fundar uma cidade, encantado com a beleza dos campos, a uberdade das terras e a amenidade do clima, parou ali e fundou o Patrimônio de São José do Rio Novo dos Campos Novos, um dos nomes antigos da atual cidade de Campos Novos Paulista.

José Antonio Tobias

2. PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE CAMPOS NOVOS

2. PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE CAMPOS NOVOS

Periodizar é o meio mais simples e mais necessário para se poder fazer e para se compreender qualquer história. A periodização é a primeira e principal visão de conjunto assim como sua concretização é a finalidade última de toda história. A periodização, se, de um lado, deve incluir profundo conhecimento da história, de outro deve revelar uma intuição do assunto.

A História de Campos Novos pode dividir-se em quatro períodos: 1º - origem e crescimento, de 1868 a 1890; 2º - auge e comarca, de 1890 a 1914; 3º - decadência, de 1914 a 1972; 4º - lenta retomada de crescimento, de 1972 em diante.

O primeiro período, "origem e crescimento", de 1868 a 1890, inicia-se com a fundação de Campos Novos, ou melhor, com a lavratura da escritura de doação do terreno para a construção de uma capela em São José do Rio Novo, às margens do Rio Novo. A escritura, de 27 de novembro de 1868, foi lavrada em Santa Bárbara do Rio Pardo, tendo como transmitente José Theodoro de Souza e sua mulher, Francisca Leite da Silva, lavradores e residentes na Freguesia de São Domingos, cidadezinha hoje desaparecida mas outrora florescente e situada na região de Agudos. Depois os primeiros sinais do crescimento de São José do Rio Novo são evidenciados pelos degraus que vai galgando na hie

rarquia administrativa da Província de São Paulo: freguesia, pela Lei Provincial nº 15, de 6 de abril de 1878; distrito policial, em 24 de junho de 1878; distrito de paz, com o nome de Campos Novos, ligado ao município de Santa Cruz do Rio Pardo, pela Lei Provincial nº 62, de 13 de abril de 1880; Paróquia de Campos Novos, por ato eclesiástico, de 13 de agosto de 1883; vila e município pela Lei Provincial nº 25, de 10 de março de 1885 com o nome de Campos Novos do Paranapanema; comarca pela Lei Provincial de 1 de março de 1890 com a respectiva instalação em 1892, compreendendo a área ocupada atualmente por toda a Alta Sorocabana, a Alta Paulista e parte da Noroeste, ou então, em termos potamográficos, a área abrangida pelas "aguadas", isto é, pelas bacias dos Rios Novo-Feio-Paraná-Paranapanema. Em 1888, Campos Novos tinha mais de 12.811 habitantes e, em 1891, mais de 26.000 almas, conforme recenseamento de 1890 (1). Ora, segundo Adriano Campanhole, em 1872 a população do Vale do Para-

(1) Livro nº 29, de Campos Novos do Paranapanema. Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã, Estado de São Paulo. Por questão de funcionalidade, estabeleci uma numeração (como há no presente Livro "nº 29") nos 228 volumes existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã, como se pode ver no "Levantamento da Documentação Histórica de Campos Novos", existente no final deste livro e no número 3 da revista de **História**. São Paulo, UNESP, no ano de 1984, p. 69-96.

napanema era de 57.406 habitantes e, em 1886, de 89.840 (2). Conclusão: na época, cerca de um terço da população do Vale do Paranapanema morava em Campos Novos.

No segundo período de sua história, de 1890 a 1914, no curto tempo de 24 anos, Campos Novos prossegue desenvolvendo-se e atinge o auge, projetando-se em âmbito de toda a Província de São Paulo. Doutores (3) do Brasil e do exterior freqüentavam suas ruas e faziam sua história; boca de sertão, daí partiam expedições científicas como "as dadas" contra os índios, ou então, caravanas que demandavam "as terras desconhecidas", de que falavam os mapas de então. Comarca, em certa época a maior comarca do Estado de São Paulo, sede de grandes extensões de chão, aí foram julgadas famosas divisões de terras como hoje em dia se pode ver através dos raros números dos jornais de Campos Novos como a "Folha

(2) CAMPANHOLE, Adriano. **História da Fundação de Assis**. São Paulo, Editora Gráfica Latina, 1985. p. 98.

(3) Sem falar dos que transitavam, residiam, em 1908 em Campos Novos: 5 advogados; 1 engenheiro civil; 3 agrimensores; 2 dentistas; 1 fotógrafo. Cf. **Livro nº 93** da Prefeitura Municipal de Campos Novos do Paranapanema. Ano de 1908. Nessa época, residiam em Campos Novos pessoas de renome no mundo cultural como Olavo A. Hummel, Otto Meusser e Bruno Giovannetti.

de Campos Novos" e "O Paranapanema" assim como de "O Relâmpago" e "O Sudoeste", estes dois últimos de Conceição de Monte Alegre.

No início da História de Campos Novos, três imagens, isto é, três idéias centrais: 1º - a do mineiro; 2º - a de terra boa para cultura; 3º - a de terra prometida, que era o Vale do Paranapanema. Uma quarta idéia vem acrescentar-se: a do elemento italiano. Na segunda metade do século XIX pressentia-se próximo o desaparecimento da escravidão; em decorrência disso, o governo provincial já havia resolutamente partido para a consecução de trabalho assalariado que, na dificuldade de ser encontrado no Brasil, foi ser procurado no exterior, isto é, na Europa. Dos países de fora, a Itália e praticamente só a Itália é que envia imigrantes para Campos Novos, influenciando-lhe a história e vindo a se constituir, com o paulista e o mineiro, nas três etnias básicas da História de Campos Novos do Paranapanema até hoje em dia, destacando-se entre outras as famílias: Mayo (da nobreza italiana), Bonini, Giovannetti e Bertoncini. O elemento de cor é raro e diminuto, sendo na prática inexistente a influência do japones.

Terceiro período: a decadência que se estende a grosso modo de 1914 a 1972. Desavenças políticas as tradicionais tocias, sobressaindo as de porteira, de que foi vítima, mais de uma vez, Amador Nogueira Cobra; a gri

lagem de terras, como vem ilustrado em "Os Grilos", de Leoni Ferreira da Silva; o direito a serviço da política partidária; assassinatos, como o de Francisco de Paula Moraes e a impunidade dos criminosos; perseguição a magistrados; a influência do Coronel Sanches, segundo várias pessoas e autores odiado pelos índios que ele trucidava com "dadas", marcou como ninguém os destinos da cidade; política matreira e mal dirigida; o coronelismo, tão bem descrito por Vicente Goulart Tozzi em "Os Amores de Adelaide", romance que narra os costumes de Campos Novos do tempo dos coronéis e o conhecido simulacro de eleições fizeram com que a comarca, aos poucos mas profundamente, em veredasse pelo caminho da decadência que acabou tomando conta de tudo e de todos, indo desembocar em uma dicotomia social: de um lado, o progresso, dominante no oeste da Província de São Paulo, trepidante com o avanço do café, simbolizado pela cidade de Marília e pela estrada de ferro, carreadora de um mundo novo ligado à exportação e às novidades e, de outro lado, na vasta comarca de Campos Novos, a estagnação, a ausência da estrada de ferro com a vida do município presa cada vez mais ao ultrapassado Ciclo do Muar e levando a comarca a perder sua liderança política e sócio-econômica e a viver "o período trágico" de sua história, na realista expressão de Bruno Giovannetti, habitante de Campos Novos e o mais respeitado palmilhador e pesquisador do Vale do Paranapanema. O dobre de finados

será dado através da fatídica Lei nº 1630-A (4), de 26 de dezembro de 1918, pela qual a comarca foi transferida de Campos Novos para Assis (5); em outros termos, pela qual foi supressa, pelo menos até hoje, a comarca de Campos Novos do Paranapanema. Mas, a decadência prosseguiu, chegando ao ponto em que o Decreto nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, transformou o município da outrora famosa comarca em distrito, mudando-lhe até o nome para Nuretama e subordinando-o a Ibirarema. Ainda vai continuar decaindo cada vez mais até cerca de 1972. Dessa maneira, Campos Novos, do Ciclo do Muar, que normalmente se estende de 1729 a 1870, passou direto para o Ciclo do Asfalto em 1972, pu

(4) É tão importante esta lei na História de Campos Novos que, aqui, segue seu texto na íntegra: "Artigo 1º - É transferida da cidade de Campos Novos do Paranapanema para a de Assis a sede da comarca de Campos Novos do Paranapanema, que passará a chamar-se Comarca de Assis.

§ único - Essa transferência só será tornada efetiva depois que o Governo tiver prédio para o funcionamento do juízo.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário." Baseando-se nesse texto da lei que fala de "transferência" e não de "extinção" da comarca, existem pessoas, inclusive juizes, que defendem a volta da comarca para Campos Novos Paulista.

(5) Nessa época, parte dos arquivos do cartório de Campos Novos foi para Assis e o acervo da prefeitura para a cidade de Echaporã onde o encontrei e onde ainda está, aliás, bem conservado.

lando o Ciclo da Estrada de Ferro que, apesar das numerosas tentativas feitas, nunca foi aí implantado.

Em 1970, quando comecei a freqüentar Campos Novos, o acesso era de chão onde, na época da chuva, se atou lava e, na seca, se bebia muita poeira. O pior trecho, porém, era dentro da própria cidade: as ruas, todas de chão, estreitas, esburacadas, eram onde os carros mais sofriam com lamas e atoleiros, quando não tendo que se desviar de galinhas ou de gente que todos andavam pelo meio das ruas, desprovidas que eram de passeios. Estive com o proprietário de um antigo recibo de pagamento, feito na prefeitura, pelo qual o cidadão obtinha a licença de criar bovinos, suínos e muares soltos na rua, estando as saídas da cidade protegidas por mata-burros e porteiras para impedir a fuga dos animais.

Quarto período: "retomada de crescimento"; de 1972 até hoje; tímida retomada, é verdade. Toda a região compreendida entre Marília e Ourinhos sempre foi, desde sua origem, região esquecida, abandonada; a quase totalidade de suas cidades não tinha estrada de ferro e só dispunha de estradas de chão, como era o caso de Campos Novos. Uma viagem de Marília a Ourinhos só podia ser feita dando uma grande volta: por Assis. Em vez de 90 Km, a pessoa tinha que percorrer 190 Km, ou enfrentar a perigosa Estrada da Torre, passando então por Ocaçu. A Serra do Mirante e seus típicos "buracões" sempre constituíram dois obstácu-

los intransponíveis. Esse, aliás, outro motivo de decadência de Campos Novos: seu isolacionismo, quase marginalização, se considerada sua falta de comunicações com a Alta Paulista e o Oeste do Estado de São Paulo (6). Por isso, a passagem da primeira estrada asfaltada da região, entre Marília e Ourinhos, foi sinal de ressurreição e, além de representar a chegada do sol e de esperança numa vasta extensão de terras que vivera à sombra do marasmo, veio dar vida a cidades como Campos Novos, Ocaçu, Lupércio, São Pedro do Turvo e Ribeirão do Sul. Esse foi o papel da inauguração, no mês de novembro de 1972, da BR-153, também chamada de Transbrasiliana ou de Estratégica, no trecho entre Ourinhos-Marília, com duas conseqüências imediatas na História de Campos Novos: primeiro, o asfaltamento do acesso de 12 Km, de Campos Novos à BR-153; segundo, a retomada do desenvolvimento, ainda que pequeno, com o conseqüente asfaltamento das ruas da cidade. Assim, a BR-153 foi o marco do reinício do progresso de Campos Novos Pau-

(6) Conta o pessoal antigo da região que foi seguindo uma anta que a primeira pessoa, um caçador, conseguiu varar a Serra do Mirante e pela primeira vez abrir caminho de Marília para Ocaçu e Campos Novos, isto é, da Alta Paulista para a Alta Sorocabana, origem da Estrada de Chão Marília-Ocaçu, mais conhecida por Estrada da Torre, que levava para Ourinhos e o Norte Pioneiro do Paraná.

lista. O significado da volta do progresso por meio dessa nova estrada faz fortificar mais a hipótese do profundo desastre representado na história da cidade pela supressão do projeto de prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana, já aprovado, o qual além de chegar a Campos Novos aí se bifurcaria, indo um ramal em direção à foz do Rio Tibagi, no Estado do Paraná e o outro para a barranca do Rio Paraná, no Estado de Mato Grosso do Sul (7). Pela Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, Campos Novos readquiriu a categoria de município com o nome de Campos Novos Paulista, subordinado à Comarca de Palmital. Em 29 de dezembro de 1955, pela Lei nº 3315, especialmente fruto da tenacidade de Ralpo Pedro da Silva, Campos Novos é elevada à categoria de estância climática. Conseqüência da operosidade da administração do Prefeito, Sr. Francisco Ruiz Martins, a cidade teve suas ruas asfaltadas, aparecendo os primeiros loteamentos; um novo hotel foi construído; ou

(7) Em pesquisa nos arquivos da Estrada de Ferro Sorocabana-Ituana, quando estavam na Praça Júlio Prestes, em São Paulo, entre os documentos de um dos volumes dos Relatórios da Estrada de Ferro Sorocabana, então ainda espalhados pelo chão para serem classificados, descobri e xeroquei o mapa a que me refiro no presente texto, aprovado numa reunião da diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana-Ituana. De pois, várias vezes, nos mesmos arquivos, procurei esse documento e, até agora, não mais consegui encontrá-lo.

tra mina de água mineral foi descoberta e vai ser comercializada pelo Sr. João Luiz Ferreira Neto, popularmente conhecido pelo nome de "Joãozico". Fundamentando-se na descoberta dessa nova mina de água mineral e na tradição da antiga água mineral, já comercializada há anos com o nome de "Sofiazinha", o atual prefeito, Sr. Francisco Ruiz Martins, reeleito, vem empregando todos os esforços e todo o poder de sua administração para conseguir instalar um balneário, último requisito necessário para elevar Campos Novos ao status e aos privilégios de estância hidro-mineral.

Contudo, um aspecto negativo vem se fazendo cada vez mais sentir nesta nascente fase de progresso: a destruição de documentos e monumentos históricos, consequência, entre outras causas, da mentalidade de que tudo o que é antigo é velho e motivo de atraso, devendo por isso ser destruído a fim de apressar o progresso de Campos Novos. O cruzeiro, que dizem ser desde a origem da cidade, está abandonado; as estradas antigas estão desaparecendo; o chamado "cemitério dos bandeirantes" foi engolido pelas matas e ninguém mais sabe onde se encontra; do livro do tomo não mais se tem vestígio; dos jornais da cidade nem dos nomes o povo se recorda; a casa onde morou o avô do governador Abreu Sodré foi destruída há pouco tempo; da Catequese, que é o antigo povoado-reserva dos índios, ape-

nas existem restos abandonados; a linda e histórica Igrejinha do Mirante, esquecida, aproxima-se cada vez mais da destruição; arquivos particulares ou bibliotecas antigas estão sendo perdidos ou doados total ou parcialmente a pessoas ou a entidades que deles se apossam para depois vendê-los a qualquer um, inconscientes do valor que representam; finalmente, o que se vê todos os dias na cidade é a destruição lenta mas contínua do que resta da rica e típica arquitetura colonial mineira ainda existente em Campos Novos, e representada por casas particulares e especialmente pela Igrejinha da Praça Sagrado Coração de Jesus e pelo grande e histórico prédio do antigo fórum da Comarca de Campos Novos do Parapanema.

3. ORIGEM DE CAMPOS NOVOS

3. ORIGEM DE CAMPOS NOVOS

3.1 O Mineiro e a Diáspora para São Paulo

Desde que foi descoberta pelos bandeirantes, a Província de Minas Gerais sempre só recebera gente de fora, principalmente paulistas. De repente, no século XIX, vê seus filhos expatriando-se em levadas sucessivas. Por quê?

A Província das Minas Gerais, desde que independente e autônoma da Província de São Paulo, fizera-se e impusera-se por ser a terra do ouro e o paraíso dos diamantes. Mas os filões de ouro e a coleta de diamantes foram-se esgotando; os quilos passaram a ser gramas. E o pior: Portugal não acreditou na diminuição das minas. Conclusão: determinou el-rei fossem adotadas medidas energéticas para o restabelecimento da produção do ouro e diamante. Desse modo, viram-se os mineiros acoitados por duas espécies de medidas destinadas a obrigá-los a aumentar a produção do ouro e de diamante: primeiro, policiamentos novos e mais ostensivos; segundo, pesados e múltiplos impostos, vindos da coroa.

Como consequência da decadência do ouro e da aplicação dessas medidas coercitivas de el-rei, o início do século XIX vai marcar na alma do mineiro, sobretudo do sul de Minas, o recrudescimento do desejo de

deixar sua terra natal. É o nascimento da diáspora na Província das Minas Gerais. Contudo, o mineiro, até então voltado para a mineração, não vai partir para prosseguir minerando mas sim para entregar-se, ele e sua família, quando não ele, sua família, familiares e amigos ao cultivo da terra. Explica-se: tendo, por motivo político, que deixar sua Província e sua terra e, por outro lado, sendo obrigado a partir para longínquos rincões, não era para um passeio que se dirigia; era impelido a expatriar-se, estava sendo obrigado a adquirir terras, não para procurar ouro mas antes de mais nada para dela retirar alimento e subsistência para si e sua família. Daí que o mineiro da diáspora, fora da Província de Minas, vai dedicar-se à agricultura, particularmente à lida com o gado e suínos e a seus conexos como leite, milho, queijo, mandioca, manteiga, etc.

Não existe simplicidade na causalidade dos fatos históricos. Por isso, um acontecimento, como o da diáspora do mineiro para a Província de São Paulo, tem mais de uma causa. Além da diminuição do ouro e da consequente perseguição de el-rei, a Inconfidência Mineira, no final do século XVIII, veio constituir-se, através da repressão das autoridades de Portugal e do Brasil, numa outra causa da saída de mineiros, pois aquelas, além de terem decretado a morte e expulsão dos inconfidentes, ainda perseguiram seus descendentes e amigos. Em Santa Cruz do

Rio Pardo, dialoguei várias vezes com uma pessoa que me narrava conhecer nesta cidade um mineiro, descendente de José Joaquim Silvério dos Reis que ali vivia com sobrenome trocado.

Assim sendo, vai o mineiro imigrando para as Províncias de Goiás, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Paraná. Para a Província de São Paulo, os primeiros êxodos são para a região do Rio Paraíba do Sul. Na sua vinda para São Paulo, o mineiro veio a ser chamado de "paulista de retorno": desde a época das bandeiras, o normal era a ida do paulista para a Província das Minas Gerais - aliás, até 1720, Minas era simplesmente Província de São Paulo - enquanto que agora, logo após o começo do século XIX, inicia-se a volta do mineiro (que era paulista) para a Província de São Paulo.

A Revolução dos Liberais, em 1842, que teve raízes em várias Províncias, acabou rebentando em Minas e, dominada pelo Duque de Caxias no mesmo ano, também teve repercussão na saída de mineiros para a Província de São Paulo, pois, como em toda revolução lograda, seus partidários, sobretudo seus dirigentes, são posteriormente perseguidos e reprimidos, quando não mortos.

Outro acontecimento, por ter sido de vários anos e abrangido de modo profundo o Brasil, veio reforçar decisivamente o êxodo de famílias e de pessoas mineiras para a Província de São Paulo: a Guerra do Para

guai (1864 a 1870). À medida que o conflito vai estendendo-se, o governo imperial foi precisando cada vez mais de recrutar tropas para as frentes de combate. E as convocações de brasileiros, sobretudo de jovens, foi sucessivamente chegando às famílias do Brasil, particularmente do sul de Minas, mais próxima da capital do Império e ao mesmo tempo com mais e melhores estradas, possibilitando assim melhores condições de recrutamento dos jovens mineiros. Naquele tempo, o meio ideal de que dispunham as famílias para livrar seus filhos da convocação e de suas conseqüências era a partida para regiões distantes e despovoadas onde não só se estava a salvo de alistamento mas também das batidas da polícia e das punições próximas ou futuras do governo. A esse propósito, precioso é o testemunho de um idoso mineiro, proecto pesquisador, com quem tive a felicidade de dialogar uma porção de vezes, Joaquim Vicente de Souza, que viveu pesquisando a Colônia Mineira, nome antigo da atual Siqueira Campos, no Estado do Paraná, divisa com o Estado de São Paulo, quando afirma que a leva de 150 mineiros que em 1863 deixaram Minas e fizeram uma arrancada temerosa, carregando tudo quanto possuíam, deixando por lá aquelas ubertosas terras não o fizeram por incentivos da conquista duma região mais fértil. "Não; o móvel principal, investigamos muito seriamente e estamos certos, foi o medo da triste Guerra

do Paraguai" (1).

A essas quatro causas da diáspora dos mineiros pode-se acrescentar o gosto de aventura, tão paradoxalmente do feitio do mineiro que o vai impelir e manter em todas as suas migrações Brasil afora.

Refazer a economia ou adquirir novas terras também foram causas que impeliram mineiros para emigrarem no século XIX.

Nessas levas de mineiros que saem de sua terra observa-se o seguinte: o bandeirante, isto é, o paulista partia deixando a família e com a premeditada intenção de regressar, não lhe interessando de imediato a posse de terras para ficar e criar boi, suínos e cultura; o mineiro, pelo contrário, o exemplo exato do pioneiro, parte com a família e familiares, quando não em várias famílias (2), e chega com a premeditada intenção de ficar, interessando-lhe não só a posse mas também a qua-

(1) SOUZA, Joaquim Vicente de. **História da Colônia Mineira e Siqueira Campos**. Siqueira Campos, mimeografado. Essa obra é mais um dos paradoxos da cultura brasileira: uma obra de profundo valor mas que fica inédita porque seu autor é humilde e reside no interior que não lhe oferece chances de edição.

(2) D^a. Neginha, que entrevistei em São Pedro do Turvo, onde reside e onde faleceram seus bisavós, avós e pais, contou-me que seus antepassados e outras famílias, em número de 120 (cento e vinte) pessoas, saíram juntos em 1878 de Cabo Verde, Província de Minas Gerais.

lidade da terra que pegava para cultivar e sobreviver, de modo que o mineiro parte e vive como pioneiro e não como bandeirante. A esse propósito, é interessante a comparação entre, de um lado, a cultura e civilização da Alta Sorocabana que é mineira, com pastos semeados de árvores, com bois e suínos, com sede onde moram os donos, em geral em meio de um pomar e pés de mandioca e de milho enquanto, de outro lado, a cultura e a civilização da Alta Paulista que é paulista, com pés de café dominando as terras, em geral sem nenhuma árvore, com a sede sem os donos residindo e sem pomar, onde em geral não se vê gado e nem milho.

As pesquisas que fiz e as pessoas ouvidas deram-me as seguintes cidades mineiras como sendo os principais lugares de onde, na segunda metade do século XIX, partiram os mineiros em suas arrancadas rumo ao Estado de São Paulo: Juiz de Fora, Santo Antonio do Machado ou Machado, São João Batista do Douradinho ou Douradinho, São Francisco de Paula do Machadinho ou Machadinho, Dolores de Alfenas ou Alfenas, Santana do Sapucaí, São José, Cana do Reino, Pouso Alegre, Caldas, Caracol, Cabo Verde, Carmo da Escaramuça, Campestre, São João dos Botelhos, Botelho, São Joaquim da Serra Negra, Carmo do Pouso Alto, Cristina, São João do Jaguari, Itajubá, Cambuí, São José do Paraíso, Ouro Fino, São Gonçalo do Sapucaí, Passos, Vila Nova de Rezende, Jucuí. No começo e primeira metade do século XIX em sua colonização do noroeste e norte da Pro-

víncia de São Paulo, os mineiros partiam de São João del Rey, Ouro Preto, Sabará, Vila do Príncipe, Jacuí e Pitangui.

Assim, desde 1800 e 1870, seis foram as principais causas da diáspora dos mineiros: 1ª - a diminuição do ouro e diamante; 2ª - a Inconfidência Mineira; 3ª - a Revolução dos Liberais, em 1942; 4ª - a Guerra do Paraguai (1864 a 1870); 5ª - o gosto pela aventura; 6ª - refazer a economia ou adquirir terras.

De modo esquemático e sem rigorismo geográfico ou histórico, dir-se-ia, olhando os dois mapas da Província de São Paulo do século XIX, aqui abaixo, ter havido quatro caminhos que levaram os mineiros da diáspora em demanda de terras de São Paulo: o primeiro desemboca no Vale do Paraíba do Sul; o segundo, inicialmente rumo às terras da fronteira do norte de São Paulo, curva-se depois para seguir a linha Ribeirão Preto-Barretos-Rio Preto-Novos Horizontes, parando por causa das matas e dos índios na barreira dos "Terrenos Desconhecidos" das bacias dos Rios Tietê-Feio; o terceiro, cerca de 1843 (3), seguindo a linha Itapetininga-Faxina-São José do Cristianismo-Colônia Mineira-Tomazina, ia rumo às terras férteis do Paranapanema, atingindo o atual Estado do Paraná, então

(3) Cf. de Joaquim Vicente de Souza, **História da Colônia Mineira e Siqueira Campos**. Siqueira Campos, mimeografado, 1970. p. 8.

nando-se fazendeiros ou fundadores da cidade, perda de sua autonomia passando simplesmente a ser um distrito da Província do Rio de Janeiro, diminuição de seu território pelo desmembramento de outras Províncias e o enfraquecimento provocado pela guerra do sul sustentada por elementos paulistas.

No início do século XIX, a Província de São Paulo tinha cerca de 2/5 de seu território ocupado pelo que chamavam de "Terras Desconhecidas" ou "Terrenos Desconhecidos", isto é, por terras onde o branco ainda não tinha pisado e que compreendiam toda a Alta Sorocabana, toda a Alta Paulista e toda a Noroeste. As demais terras da Província de São Paulo eram ocupadas mais ou menos pelo homem civilizado e cortadas por raras estradas de chão por onde vagarosamente passavam carros de bois, tropas de bestas e homens a cavalo. Assim sendo, na Província de São Paulo, na segunda metade do século XIX, a civilização ia acabar numa linha divisória e imprecisa feita pela junção das cidades de Franca (fundada mais ou menos em 1800), Barretos (em 1856), Rio Preto (mais ou menos em 1852), Jaú (em 1853) e Campos Novos (1868). Os Rios do Peixe e Feio só eram conhecidos em suas nascentes, não se sabendo se desembocavam no Rio Tietê ou no Paraná.

Até o século XIX, os paulistas é que saíam por meio das bandeiras, povoando inclusive a Província de Minas Gerais. Do século XIX em diante, com a diás-

pora dos mineiros, haverá mudança radical, como o estudou Mário Leite em seu "**Paulistas e Mineiros, fundadores de cidades**", os movimentos dos fundadores de cidades da Província de São Paulo vão partir em sua maioria da Província de Minas Gerais para o oeste de São Pauló, abrangendo a Alta Mogiana, Alta Araraquarense, a Noroeste, a Alta Paulista e a Alta Sorocabana, chegando também ao Norte Pioneiro da Província do Paraná.

A Província de Minas Gerais, contrariamente à de São Paulo, acabava de sair de um dos maiores florescimentos culturais de sua História. Na segunda metade do século XVIII, nela se encontrava o maior centro de cultura do Brasil e de Portugal formado pelos poetas e escritores da chamada "Escola Mineira", origem inclusive das idéias que iriam frutificar na Inconfidência Mineira. Pode-se ter uma imagem do que eram cada uma das duas províncias observando-se que em 1836 a Província de São Paulo tinha 326.902 habitantes enquanto a de Minas Gerais 730.000 .

3.3 Campos Novos e o Ciclo do Muar

Os meios de locomoção e a estrada constituem índices reveladores de qualquer época e do grau de prosperidade ou de atraso de qualquer cidade ou região. Na História de Campos Novos do Paranapanema, esse princí-

pio se reveste de particular interesse por causa do contraste representativo de um lado pelo espírito mineiro, dominante em Campos Novos e de outro lado pelo espírito paulista, dominante na Província de São Paulo. O espírito do mineiro, com seu faro para procurar terra e com seu amor por gado vacum e carros de boi, haveria de início de querer estradas de chão e, da segunda metade do século XIX em diante, vai também querer os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana que vinha subindo rumo a Campos Novos do Paranapanema e Conceição de Monte Alegre - Foz do Rio Tibagi. E assim, em Campos Novos, na época uma autêntica capital do sertão, é que se vê desenrolar o embate entre duas eras, entre duas mentalidades e entre dois ciclos: o do Muar, que ia indo e o da Estrada de Ferro, que vai chegando. Campos Novos vai ficar e amarrear-se ao Ciclo do Muar e por isso nunca verá a estrada de ferro, tendo como consequência seu isolamento e posteriormente sua decadência até a chegada do outro ciclo: o do Asfalto que, se não a ressuscitou, pelo menos a impediu de prosseguir caindo e desaparecer. É a lei da Psicologia e da Sociologia: "Quem se isola, depois é isolado; quem se marginaliza, depois é marginalizado".

O Ciclo do Muar, com seu esplendor de 1710 a 1760, havia desaparecido fazia pouco tempo. O gado, trazido no começo do Brasil, já se multiplicara e cavalos e muares vinham da foz do Prata e eram vendidos no

Brasil, particularmente na e através da Feira de Sorocaba, realizada anualmente nos meses de março e abril. O Ciclo do Bandeirante acabara e, com o desenvolvimento, o Brasil cada vez mais necessitava de transporte que era antes consideravelmente feito por via marítima. Mas o progresso continuava, principalmente e cada vez mais rumo oeste, rumo do interior, que não dispunha de mar e os rios só parcialmente e cada vez menos resolviam o crescente avanço do Brasil: daí cada vez mais a urgente necessidade de transporte por terra. Dadas as circunstâncias da abundância de gado vacum e cavalos, a saída e a solução foi servir-se do boi, do cavalo e sobretudo do burro para resolver o problema da necessidade do transporte interno: é a origem do Ciclo do Muar. As estradas continuarão sendo as que até então haviam servido: são os caminhos de chão, muita vez herdados dos índios, quando não dos bichos, com as hospedarias e os pousos que plantarão várias cidades do Brasil.

A nova e imponente figura trazida por este ciclo é a do tropeiro, o continuador do bandeirante e um tanto semelhante ao caminhoneiro do final do século XX. O tropeiro ia do Rio Grande do Sul a São Paulo-Sorocaba e de São Paulo-Sorocaba a Goiás, a Cuiabá; atravessava o São Francisco indo ao Ceará, Piauí e Maranhão; ia pelo Vale do Paraíba, subindo para Minas e Pernambuco. Enfim, as tropas cobriam o Brasil todo, do Prata ao Amazo-

nas e do mar às cordilheiras.

Foi o paulista quem aprendeu com o castelhano da fronteira do sul a cuidar de muares e o resto do Brasil o aprendeu com o paulista. Por isso, na Estrada Boiadeira de Viamão-Sorocaba, paulista é sinônimo de tropeiro. De 1730 a 1880, o Rio Grande do Sul foi o celeiro de muares cujo ciclo se estende de 1814 a 1897, com o apogeu de 1852 a 1872, justamente quando se iniciava na Alta Sorocabana tanto o Ciclo da Estrada de Ferro quanto o crescimento de São José dos Campos Novos do Paranapanema.

É notável a semelhança entre as qualidades do tropeiro e do mineiro, dois personagens estes salientes na História de Campos Novos onde até há pouco, no final do século XX, sempre dominou o muar, o cavalo, o boi, as estradas de chão e os carros de boi. O apogeu de Campos Novos coincidiu com o apogeu do Ciclo do Muar e a decadência de Campos Novos, independente de sua vontade, foi justamente por se prender mais ao superado Ciclo do Muar, quando já imperava o Ciclo da Estrada de Ferro.

3.4 O Fundador de Campos Novos

José Theodoro de Souza nasceu no Rio de Janeiro, filho legítimo de José Ignácio de Souza Teixeira e de Magdalena de Serpa. Autores respeitáveis dizem que

José Theodoro de Souza é mineiro. Ora, nos Arquivos da Igreja de Pouso Alegre se lê: "Aos trinta de janeiro de mil e oitocentos e trinta e oito, pelas seis horas da tarde em minha presença e das testemunhas abaixo declaradas ... se receberam em matrimônio José Theodoro de Souza, **natural do Rio de Janeiro** com Maria José" (5). Quando criança, os pais de José Theodoro de Souza transferiram-se para Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, onde aos 24 anos, no dia 30 de janeiro de 1838, casou-se com Maria José, filha natural de Izabel Claudina de Jesus, natural de Pouso Alegre.

"Mineiro" típico de sua época, José Theodoro de Souza era inteligente, corajoso e resolveu deixar a Província de Minas Gerais e partir em busca de novas terras. De sua infância trouxe, porém, grave deficiência, o analfabetismo, que lhe vai custar caro, fazendo-o perder muito das imensas terras que sua ousadia e bandeirantismo lhe conquistarão, deixando-o numa tal pobreza que a cabará falecendo na miséria, ao ponto de hoje em dia não se saber onde se encontra o túmulo do maior pioneiro e la

(5) Arquivos da Igreja de Pouso Alegre. Livros nºs 2 e 4, Fls. 477, casamentos de 1838.

tifundiário do oeste do Estado de São Paulo. Autores (6) e tradição oral dizem ter ele falecido em São Pedro do Turvo; contudo, apesar dos esforços e pesquisas de várias pessoas, inclusive minhas, nada foi até hoje localizado. Pe. Luís Tibiriçá, em 1980 Vigário de São Pedro do Turvo e estudioso do assunto, contou-me ser voz corrente do povo de sua cidade que, ao falecer, estava José Theodoro tão pobre e abandonado que a população local teve que se cotizar para angariar dinheiro a fim de que se conseguissem roupa e caixão para enterrar aquele que fora dono de toda a Alta Sorocabana e Alta Paulista juntas.

O mineiro antigo tinha o hábito de viajar a cavalo ou de mula, seguindo muita vez o caminho dos índios, quando não o trilho de animais que iam ao bebedouro ou a um lugar de terra de sal. O mineiro raramente avança de canoa pelos rios como costumava fazer o bandeirante paulista; seguro como sempre, prefere a solidez da terra à interrogação de deslizar sobre as águas de um rio; por isso, em sua fazenda ou sítio vêem-se mulas e bois mas raramente canoas e remos. Assim sendo, José Theodoro, um

(6) Segundo Alexandre Chitto, José Theodoro morreu esartejado por índios. **Lençóis Paulista. Ontem e hoje.** Lençóis Paulista, s.ed., 1972. p. 24. Segundo Manoel de Castro Villas Boas, José Theodoro morreu "às margens da Água das Mortes, atravessado pela flexa homicida". **Pedaços de São Paulo.** São Paulo, Cruzeiro do Sul, s.d. p. 55-6.

pouco antes da metade do século XIX, parte de Pouso Alegre, em sua mula marchadeira rumo ao Paranapanema. Em Botucatu pára a fim de ouvir um mineiro, amigo seu, Capitão Tito Correia de Melo, o conhecido Capitão Tito, que lhe explica não mais haver na região terras devolutas, podendo estas contudo serem encontradas para além da Serra de Botucatu, rumo ao Vale do Paranapanema. Todavia, prossegue o Capitão Tito dizendo a José Theodoro que, em virtude da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, não mais era possível a ninguém apossar-se pura e simplesmente de terras devolutas, como sempre fora feito no Brasil. Havia, contudo, possibilidade de se dar um jeito na lei: registrar, com data anterior a 18 de setembro de 1850, terras descobertas após a mesma lei. Assim informado, depois da época das chuvas, José Theodoro rumo para o sertão. Em 1856, voltando de uma de suas incursões, registra em Botucatu, mas com data de 1847, uma gleba de terras de 10 léguas. Com o tempo e com a conquista de novas terras, inclusive com a fundação de cidades como São Pedro do Turvo, Campos Novos Paulista e Conceição de Monte Alegre, veio a merecer o título de maior bandeirante do século XIX.

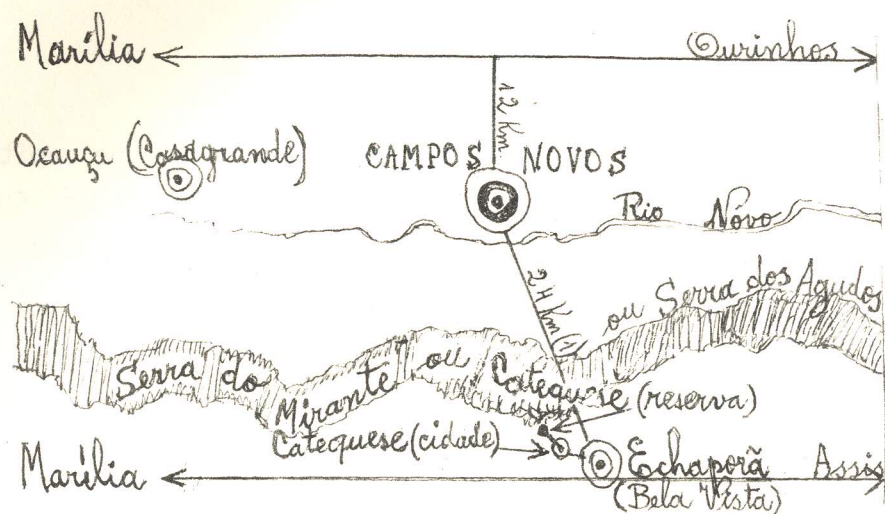
4. CATEQUESE, RESERVA ÍNDIA OU SENZALA DE ÍNDIOS ?

4. CATEQUESE, RESERVA ÍNDIA OU SENZALA DE ÍNDIOS ?

4.1 Introdução

A História de Campos Novos oferece capítulos exóticos como a figura épica de José Theodoro de Souza, a vida cinematográfica de Francisco de Paula Moraes, a personagem trágica de Frei Manoel, o rico tema dos grilos e da divisão de terras, a controvertida personalidade do Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, o episódio da Estrada de Ferro Sorocabana e o significativo capítulo da reserva índia do Vale do Paranapanema: a Catequese. Por outro lado, cidades houve como Conceição de Monte Alegre, Saltinho (hoje Platina), Catequese, Assis, Presidente Prudente, Ocaçu (antiga Casagrande), Garça, Marília e outras cuja origem ou história se prendem de modo direto a Campos Novos do Paranapanema. A Catequese, além de constituir um capítulo na História de Campos Novos, revela bastante da vida e do tratamento dispensados ao indígena do Vale do Paranapanema.

Hoje em dia, a localização da Catequese assim se mapeia:



- (1) Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã. Livro nº 188. Atas da Câmara Municipal e da Prefeitura de Campos Novos. Ofício de 20 de outubro de 1926, de Hilário Bonini, Presidente da Câmara de Campos Novos ao Presidente da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. p. 28 e Livro nº 192. Edital de 20 de setembro de 1925, do Prefeito Augusto Bertoncini.

Não na sua planta e nem em seu projeto aprovado pelas autoridades mas depois de sua fundação, é necessário distinguir-se na Catequese dois aspectos, representativos de duas áreas, de duas sociedades e de duas culturas: 1º - Catequese-cidade, residência dos brancos, de sua sociedade e de sua cultura, Distrito de Campos Novos, do qual resta hoje em dia apenas uma velha igreja e quatro casebres; 2º - a Catequese-reserva, também chamada "casarão", residência ou prisão de índios, mosteiro dos capuchinhos e até certo ponto representativa da sociedade e da cultura indígenas, extinta oficialmente em 1907.

4.2 Os Índios da Catequese

A Catequese prende-se ao problema dos índios na região de Campos Novos, espalhados pelas bacias dos Rios Peixe-Paraná-Paranapanema-Novo e subdivididos em três raças: 1º - os coroados, também chamados de caiganques, temidos e até as primeiras décadas do século XX dominadores da margem direita do Rio do Peixe, atualmente a Alta Paulista; 2º - os caiuás, descendentes dos guaranis, vivendo em ambos os lados do Rio Paranapanema até além da margem esquerda do Rio Tibagi e nas imediações da Serra do Diabo, no Estado de São Paulo; 3º - os chavantes, também chamados oti, mais mansos e habitantes dos cerrados

que se estendiam desde Avaré até as matas da bacia do Rio do Peixe e as cabeceiras do Ribeirão Rebojo, afluente do Paranapanema (2).

Desde a descoberta do Brasil, o índio foi, pelos brancos e suas leis, considerado ora ser livre, ora escravo. Em função disso, D. João VI, pela Carta Régia de 5 de novembro de 1808, determinava: "Deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros índios; ... todo o miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes índios, poderá considerá-los como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier"(3). Em 27 de outubro de 1831, Diogo Antonio Feijó revoga a Carta Régia de 5 de novembro de 1808 dando de novo liberdade aos índios. A Lei de 27 de outubro de 1831, de um lado revogou a Carta Régia de 5 de novembro de 1808 que

(2) Isso era em princípio: na prática, por exemplo em 1906, numa fazenda perto de São Pedro do Turvo, havia índios mansos de diversas tribos enquanto nes ta mesma fazenda havia cerca de trinta coroados e alguns caiuás. Mais tarde, perto de Conceição de Monte Alegre, havia índios chavantes nos campos do Laranja Doce. KRUG, Edmundo. **Os Índios das Margens do Paranapanema**. São Paulo, Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, 1925. p. 6.

(3) **Coleção das Leis do Império do Brasil**, de 1831. Primeira Parte. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1875. p. 165-6.

mandava declarar guerra aos índios da Província de São Paulo, determinando que os prisioneiros servissem por quinze anos aos soldados ou moradores que os aprisionassem e, de outro lado, invalidou as Cartas Régias de 13 de maio e 2 de dezembro de 1808 que estabeleciam o mesmo para os índios da Província de Minas Gerais. Beneficiando-se da Lei de Diogo Feijó, os indígenas voltaram a atravessar o Rio Paranapanema e o Rio Paraná rumo ao Estado de São Paulo e de 1858 em diante vai aumentando sua presença, tornando-se preocupação quando não pesadelo nas cidades de São Manoel, Lençóis e Campos Novos. Multiplicam-se as mortes, tanto de um lado quanto de outro, sendo os indígenas as maiores vítimas de tal maneira que acabam sendo extintos. Por essa época e nessas paragens é que nascem e se avolumam as "dadas" (4), nome de um grupo de brancos armados até os dentes e organizados com a finalidade de chacinar índios - homens, mulheres e crianças - sem exceção. Descritas por diversos autores, as dadas revelam cenas de tal crueldade e requintes em assassinar e esquartejar índios, inclusive crianças e mulheres, que por certo deixam os bárbaros bem para trás.

Dentro de suas limitadas possibilidades, que se resumem ao uso do arco e flecha, o índio reage. Os

(4) As dadas, parece, foram criadas pelo Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, que nelas se celebrizou.

coroados, que em geral matam os brancos, são valentes guerreiros, cujo traço característico é o instinto de vingança quando se sentem ofendidos. Em princípio não são os índios que tiram terras pertencentes aos brancos, mas estes é que vão apossar-se das terras dos índios.

Contudo, é o índio que se sentia cada vez mais apossado por causa do avanço do branco que lhe usurpava as terras, tirando-lhe a caça e a pesca e levando-o a ele e à sua tribo para a fome, para a escravidão e para a extinção (5). Reage. E a história registra vá-

- (5) Frei Bernardino de Lavallo, capuchinho, em conferência pronunciada no dia 24 de novembro de 1902, em São Paulo, dizia: Nas "vizinhanças dos Rios do Peixe, Feio, Dourado e Batalha, esses sangrentos ataques se transformam em sangrentíssimas e cruéis carnificinas contra os infelizes índios e levadas a efeito por 'capangas' desumanos e criminosos, nacionais e estrangeiros, que, mais bárbaros e ferozes que os próprios selvagens, realizam verdadeiras caçadas humanas, trucidando desapiadadamente os índios, sem distinção de idade e sexo, e terminando por exterminar inteiras aldeias, cujos espólios são expostos em nossas cidades e países. - Não quero aqui citar nomes mas declaro que vive ainda alguém que em 1886 não teve escrúpulos em fornecer um quilo de estrequinina para matar, no lapso de 5 ou 6 meses, a população de duas aldeias. Vive ainda quem declara ter assassinado, sozinho, mais de mil índios". BERTO, Frei Nelson. **Tentativas de Missões Indígenas: Campos Novos do Paranápanema e outras.** Mimeografado. Penápolis, 21 out. 1983. p. 8.

rios de seus ataques ou massacres. Em 1874, cerca de mil índios coroados atacaram a cidade de Campos Novos para matar - como afirmam testemunhas do combate - o posseiro José Theodoro de Souza. A luta durou das dez horas da manhã até as duas da tarde (6), quando os índios, vencidos, se retiraram, tendo-se celebrizado nessa batalha uma mulher de nome Leopoldina Maria de Jesus. Mais ou menos em 1878, conforme testemunho de Jerônimo e Joaquim Vieira, os índios massacraram treze trabalhadores de um grupo chefiado por Teodorinho, que é José Teodoro de Souza Júnior, o filho de José Theodoro de Souza. Mons. Claro Monteiro de Melo foi morto (7) no Rio Feio. A 3 de setembro de 1879, Jerônimo Pires Gonçalves, José Antonio de Oliveira e Francisco Antonio de Oliveira foram assassinados e trucidados pelos índios no Município de Lençóis.

Os índios, dizem, tinham ódio de morte contra os companheiros seus que aceitavam morar

- (6) Esse combate é narrado com pormenores por Bruno Giovannetti em seu **Esboço Histórico da Alta Sorocabana.** São Paulo, Revista dos Tribunais, s.d. p. 102-4.
- (7) "Não se pode chamar temerários os que atribuem o assassinio de Mons. Claro a uma injustificável chacina de índios, perpetrada no Rio Feio, pouco antes de lá chegar esse amigo dos pobres selvagens". LAVALLE, Frei Bernardino, capuchinho. Conferência a 24 de novembro de 1902.

com os brancos (8) ou que se catequizavam; seria como se fossem traidores que bandearam de seu exército para o dos inimigos. Em 1898, cerca de dez famílias de índios fugiram da Fazenda Matão, próxima de Palmital, de propriedade do Coronel Francisco Sanches de Figueiredo e instalaram-se na Fazenda São Mateus onde, surpreendidos pelos índios bravos, foram mortos, seus ranchos incendiados e suas plantações destruídas.

4.3 Origem da Catequese

Por ato de 4 de setembro de 1883, o Presidente da Província de São Paulo, por proposta do Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, nomeou o cidadão Lycério Dias Baptista para o lugar do Diretor da Tribo de Índios Chavantes que vagavam pelos campos próximos à Freguesia de São José do Rio Novo, "sendo reconhecida a necessidade de aldeá-los e suprir-lhes o necessário para que possam estabelecer em lugar determinado e dedicar-se à lavoura".

(8) Todavia, Edmundo Krug acrescenta: "Pessoas, porém, que viajaram mais demoradamente nas matas do Paranapanema afirmam o contrário, dizendo que os caigangues bravos se utilizam dos domesticados para espionagem entre os civilizados". KRUG, Edmundo. **Os Índios das Margens do Paranapanema**. ed. cit. p. 7-8.

Em 17 de janeiro de 1887, Barão de Parnaíba, Presidente da Província de São Paulo, dizia haver na Província três aldeamentos: Tijuco Preto, São João Batista do Rio Verde e Itareri, devendo ser declarados extintos os aldeamentos de Pinheiros, Mboi, Carapicuíba, Barueri, São Miguel, Escada, Queluz e Itaquaquetuba. Prossegue o presidente dizendo que o Diretor Geral dos Índios insistia na conveniência de serem fundados novos aldeamentos em Lençóis, Botucatu e Campos Novos do Turvo onde errantes vagavam para cima de mil índios chavantes e coroados em um sertão de mais de trinta léguas (9). Assim, Barão de Parnaíba fala da utilidade da criação de aldeamentos no Vale do Paranapanema, isto é, na Alta Sorocabana, localizando-o perto da foz do Rio Tibagi; essa idéia nasceu de diálogos (10) do Presidente da Província com o co-

(9) PARNAÍBA, Barão do. **Relatório** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo Presidente da Província, Barão do Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo, Tipografia a vapor de Jorge Seckler e Comp., 1887. p. 27-8.

(10) Contudo, de modo teórico, segundo Bruno Giovannetti, é no Instituto Histórico e Geográfico que "foram feitas algumas reuniões para tratar da catequese dos índios". GIOVANNETTI, Bruno. O território de Marília e a sua história. Artigo inédito. Arquivo particular da Família Giovannetti.

nhecido missionário capuchinho, Frei Timóteo de Castelnuovo, fundador no ano de 1855, em Jataí, da primeira colônia de índios coroados e Diretor de Aldeamentos de Índios na Província do Paraná, encarregado por isso pelo Presidente da Província de São Paulo de estudar bem a questão dos índios no Vale do Paranapanema "e de enviar um relatório minucioso a respeito dessa obra filantrópica e civilizadora".

Do encontro com Frei Timóteo e do relatório encomendado é que vão surgir os contatos entre presidentes da Província de São Paulo e capuchinhos do Brasil e da Itália; e esses contatos por sua vez é que vão decidir muito da história do aldeamento dos índios em Campos Novos e particularmente na Catequese. A 5 de março de 1847, Frei Mariano de Bagnaia com doze capuchinhos chega ao Rio de Janeiro e, via Santos, dirige-se para Mato Grosso onde acaba envolvendo-se (11) com a Guerra do Paraguai. Feito prisioneiro e condenado à morte em Assunção, presencia a morte de companheiros, sente os horrores da guerra e encerrado como suíno num cercado para ser morto, consegue escapar e acaba voltando para o Rio

(11) Motivo: Solano Lopes apoderou-se da cidade de Miranda onde residia Frei Mariano que fora pedir aos invasores para evitarem saques e depredações, sendo por isso preso e enviado ao Paraguai onde se desenrolou então seu calvário.

de Janeiro, sendo depois mandado ao Paraná onde por alguns meses substitui a Frei Timóteo de Castelnuovo.

Aos 2 de setembro de 1887, Frei Fidélis de Ávila, Comissário do Rio de Janeiro, nomeou Frei Francisco de Alatri como Diretor da Catequese dos Índios Coroados na raiz da Serra dos Agudos, próximo de Campos Novos. Meses depois, a 22 de março de 1888, Frei Mariano de Bagnaia é nomeado seu auxiliar.

José Ribeiro da Silva Pirajá, engenheiro-chefe da Comissão de Terras do Vale do Paranapanema, no Relatório de julho a dezembro de 1887 ao Sr. Presidente da Província, dizia que fora escolhido para o aldeamento, e portanto para a Catequese, um local próximo da Serra dos Agudos, em terras ocupadas por Geraldo Gerdullo, mandando proceder à devida demarcação e organização da planta e do projeto com a divisão da futura vila em lotes, cuja localização encontra-se no mapa do início do presente escrito.

Em obediência a um despacho do Presidente da Província de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, em ofício de 29 de dezembro de 1887 o Diretor Geral dos Índios, Luiz Joaquim de Castro (ilegível) Leão escrevia ao mesmo Presidente de Província dizendo ter-lhe parecido "boa" "a planta e o projeto, com a competente divisão em lotes, do aldeamento dos índios que se pretende estabelecer no Município de Campos Novos".

Alguns meses depois, a 11 de maio de 1888,

Frei Mariano de Bagnaia, Vice-Prefeito da Catequese do Paranapanema, dirigindo-se em ofício a Francisco Rodrigues Dutra, Vice-Presidente da Província de São Paulo, escrevia solicitando-lhe que fossem "alinhadas as ruas e praças da nova colônia indígena da raiz da serra no lugar marcado pela Câmara Municipal de Campos Novos".

Como se vê pela unanimidade das autoridades civis e religiosas, tanto estaduais quanto municipais e dos capuchinhos, a Catequese, em sua planta e projeto assim como em sua fundação, era destinada aos índios e não aos brancos. Em sua origem, pois, não tem sentido a divisão em Catequese-cidade e Catequese-reserva, ainda mais que são distantes de um quilômetro uma da outra.

A 22 de maio de 1888, Frei Mariano de Bagnaia foi convidado pelo Comissário da Ordem dos Capuchinhos e posteriormente encarregado pelo Presidente da Província de São Paulo "da organização e direção da catequese e civilização dos índios, no vale compreendido entre os Rios Tietê e Paranapanema, com residência na vila de Campos Novos, escolhida também para sede da catequese daquele vale e nomeado Frei Francisco d'Alatri para diretor do primeiro aldeamento que se pretendia fundar". A 7 de março de 1888, Frei Mariano de Bagnaia e Frei Francisco d'Alatri chegam em Campos Novos e põem-se a trabalhar na organização da catequese. Contudo, já havia certo tempo, por efeito principalmente dos sofrimentos e horrores da Guer-

ra do Paraguai, que Frei Mariano vinha tendo visões e acessos de loucura, parecendo-lhe à noite ouvir lamentos e rugidos, gritos lancinantes e brados. Um dia, em São Pedro do Turvo, suicidou-se cortando a carótida com uma navalha. Levado para Campos Novos, veio a falecer nesta cidade, onde, assim como em Cuiabá, existe uma rua com seu nome.

Para substituir Frei Mariano, foi nomeado Frei Sabino de Rimini, outro capuchinho que também não teve sucesso na catequização dos índios em Campos Novos, indo por isso fundar um aldeamento no Rio Batalha, perto de Lençóis, onde os indígenas eram mansos, acabando por ficar como coadjutor do Pe. José Magnani. Assim, durante o Império, termina o que se pode chamar de primeira fase da catequização dos índios na região de Campos Novos e da Catequese que se resume na procura da localização e da fundação da reserva índia; a segunda será durante a República e, construída já a reserva, procurar-se-á sem sucesso contatar com os índios.

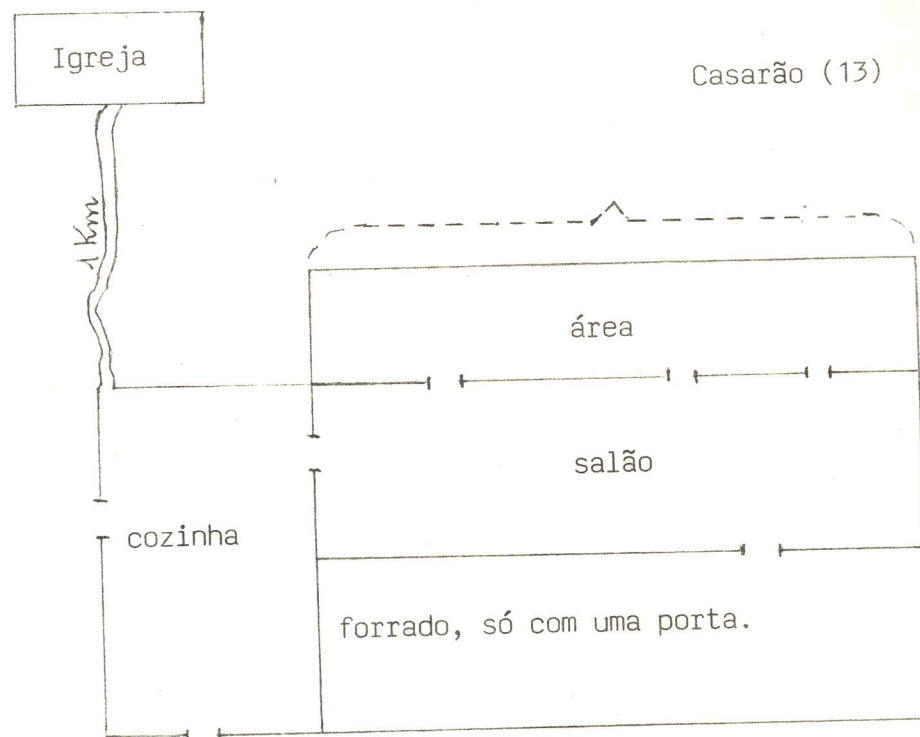
A 23 de julho de 1901, Frei Bernardino de Lavallo, Superior dos Capuchinhos, quis retomar a luta pela fundação da Catequese. Esteve em São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo, São Domingos e, em Lençóis Paulista, visitou Pe. Magnani, indo posteriormente para São Paulo a fim de preparar a catequese de Campos Novos e obter auxílio financeiro do governo da Província. No dia 4 de

maio de 1902, com Frei Daniel de Santa Maria Gardena, Frei Boaventura de Aldeno, Irmão Paulo de Sorocaba e Frei Francisco Savelli, partiu de São Paulo e obedecendo ao combinado com o Presidente da Província veio estabelecer-se nas nascentes do Córrego do Veado, na raiz da Serra do Mirante (12), num lugar pertencente ao Sr. Figueiredo e palco de várias mortes tanto de índios como de brancos. Os capuchinhos, conforme Relatório de Frei Daniel intitulado "Seis Meses de Sertão", no começo moraram numa "casa provisória", situada "entre dois dos três cursos de água, velha e meio destruída, abandonada há muito tempo, de palafitas e coberta de taquarão". Mas havíamos, prossegue Frei Daniel, "decidido inaugurar a Catequese no dia 4 de junho (de 1903)... O dia da inauguração foi de grande trabalho, mas muito alegre". A morada definitiva, chamada depois "casarão", que devia medir dez metros por sete e meio, teve início a 20 de junho e exigiu quatro meses de trabalho e no dia 17 de outubro de 1903 foi inaugurada a fundação definitiva da Catequese.

O Sr. Edgard Bonini, apelidado Dengo, nascido em Conceição de Monte Alegre, farmacêutico e antigo prefeito de Campos Novos, durante 4 anos (13-9-1944 a 13-9-1948), morador da catequese onde se casou e teve

(12) Este local, conforme solicitação do Dr. José Ribeiro da Silva Pirajá, foi escolhido pela Câmara Municipal de Campos Novos.

três filhos, em documento escrito e assinado e conservado em meu arquivo particular, numa das páginas me respondia: "O casarão era dividido - um salão grande e uns 10 metros de comprimento por 4 de largura - 1 cozinha e um corredor de 10 metros de comprimento por 3 de largura e 3 de altura - forrado - e nas entroncas os argolões de ferro".



(13) Desenho de Edgard Bonini.

Instalados, os capuchinhos vão tentar entrar em contato com os índios, servindo-se para isso particularmente de duas pessoas: do Coronel Sanches e de uma índia civilizada, chamada Mariana, irmã de um cacique. Houve várias tentativas de contatar com os índios, sendo três as principais incursões.

A primeira foi constituída, de um lado, pelo Coronel Sanches e um médico russo que, a 30 de agosto de 1903, desceram o vale do Rio do Peixe e, de outro lado, por 25 pessoas que penetraram a mata chamada "Figueiros" para ver se os índios tinham respondido a uns sinais deixados por Mariana que recebeu uma "carta" dos índios chamando-a de volta à aldeia. Entre a primeira e a segunda incursão houve um ataque dos índios contra lavradores, a sete quilômetros da Catequese, morrendo quatro brancos e ficando três gravemente feridos.

Conforme carta (14) de Frei Boaventura de Aldeno, do dia 11 de agosto de 1904, publicada no "Diário Popular", de São Paulo, de 12 de setembro do mesmo ano, a segunda incursão, composta de 20 pessoas, deu-se nos dias 9 e 10 de agosto de 1904 e praticamente consistiu em descobrir "o caminho que conduz às aldeias dos índios", sem ter conseguido porém contatar com nenhum deles.

(14) Esta carta encontra-se em **Tentativas de Missões Indígenas**, de Frei Nelson Berto. ed. cit. p. 16-8.

A terceira incursão, a mais longa, foi do dia 11 a 27 de dezembro de 1904; 16 dias, portanto. Constituída de 102 pessoas, a expedição, como as duas outras, é guiada pelo Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, contando com pessoas como o promotor público e o delegado de segurança pública de Campos Novos. A expedição encontrou acampamento, caminhos, cemitérios e aldeia antiga de índios. Dia 22, à meia-noite, houve um ataque de índios que durou até de manhã, continuando os índios a persegui-los até o final da expedição. Afora esse contato de guerra (15), não houve outros com os índios, tendendo a Catequese a decair rápido e chegando à extinção da Catequese-reserva com a saída dos capuchinhos.

Deste modo, os capuchinhos permaneceram na Catequese até 1907, sem nunca terem tido a ventura que tanto desejavam de batizar um índio por eles próprios recolhido na mata; deixaram-na e assim, em 1907, acabou a Catequese-reserva, permanecendo porém a Catequese-cidade. Foram os missionários para Conceição de Monte Alegre, onde ficaram até 1916, tendo posteriormente feito tentativas para fundar um aldeamento em Porto Tibiriçá, indo porém fundar um rancho na confluência do Ribeirão Marrecas

(15) Amador Nogueira Cobra, que se serve inclusive de uma testemunha ocular, Manoel Ferreira de Paula, diz que esse contato foi um desastre para os missionários e "transformou-se em uma dáda".

com o Rio Paraná, última tentativa de catequese feita na Alta Sorocabana pelos capuchinhos.

Assim, a origem da Catequese é diferente da que, por certo seguindo uma tradição oral, fala Riodante Fontana que, nascido em Campos Novos e educado na Itália, exerceu cargos em Campos Novos e foi três vezes prefeito de Echaporã. À pergunta de meu "Questionário sobre Campos Novos" : "21 - O Sr. conheceu Frei Manoel ? Se sim, diga o que sabe sobre ele", respondeu Riodante Fontana: "Não conheci Frei Manoel, mas sei que esteve em Campos Novos para catequizar os índios existentes na região e em companhia de outros companheiros se fixou a uns vinte quilômetros de Campos Novos, em terras cobertas de matas, abrindo clareiras e construindo uma casa rústica (pau-a-pique). Nesse lugar, dado a catequização dos índios e depois de decorridos vários anos, cresceu um pequeno povoado com a denominação de **Catequese**. Mais tarde passou a ser distrito de paz e extinto com a localização da sede do município de Campos Novos, para ser povoado de Bela Vista" (16).

Pesquisando nos arquivos de Bruno Giovan

(16) Arquivo particular do autor. A entrevista do Sr. Riodante Fontana foi feita, escrita e assinada pelo Sr. Nilson de Souza, fidedigno funcionário da Prefeitura de Campos Novos, que ao voltar para tomar as assinaturas do Sr. Riodante Fontana, soube de seu falecimento.

netti, precisamente no "Livro: Publicações-1924", encontrei um recorte de jornal, provavelmente do "Correio Paulistano", de 18 de abril de 1945, onde se lê: "**A Primeira Catequese** - O Sr. Bruno Giovannetti, procedendo ao levantamento da Fazenda de Lara Bueno e Cia., localizou o ponto certo em que surgiu a sede da catequese dos índios fundada em março de 1888 nas imediações da cidade de Campos Novos. O lugar achega-se à margem direita do Córrego 'Catequezinha', afluente da margem direita do Ribeirão Fanchona ou São José ... Foi aberta uma estrada acompanhando o curso da 'Fanchona' até a Vila de São José do Rio Novo, num percurso aproximado de 12 quilômetros, ligando o sertão com um centro civilizado".

4.4 Decadência

Com a retirada dos capuchinhos e a extinção da Catequese-reserva entrou em decadência também a Catequese-cidade (17). Em 1939, a sede do Município de Campos Novos foi transferida para Bela Vista (Echaporã) que por sua vez teve jurisdição sobre Casa Grande (hoje Ocau

(17) A Catequese-cidade foi florescente, chegando a ter padaria, armazéns, duas farmácias, máquina de arroz, estrada de rodagem entre Campos Novos e a Catequese etc.

çu), Oscar Bressane, Lutécia e Catequese, sendo os três primeiros locais elevados a município enquanto a Catequese-cidade foi desaparecendo cada vez mais; o casarão foi destruído e os dois cemitérios viraram pasto. Atualmente, em 1984, reduz-se a uma velha igreja (18) e a quatro casebres em ruínas.

4.5 Aspecto Social da Catequese

Até aqui focalizei a Catequese em seu aspecto histórico-jurídico. Existe porém, o aspecto social, ou melhor, sócio-trabalhista, de que pretendemos falar agora.

Na perspectiva do missionário capuchinho de Campos Novos, o Índio devia ser tratado como o quer o cristianismo e como já era feito no Paraná por seu companheiro de ordem, Frei Timóteo de Castelnuovo, isto é, como pessoa humana que tem por finalidade a si mesma e não pode por isso servir só ou principalmente como mão-de-obra barata ou gratuita de terceiros. Dessa maneira, não

(18) Segundo o Pe. Antonio Alborghetti, há onze anos vigário de Echaporã, a igreja da Catequese que tem 70 anos, foi por ele reformada há oito anos no mesmo estilo antigo, sendo de novo por ele reformada há um ano, tendo então supressa a torre que tinha três sinos.

pode o Índio nem moral e nem socialmente ser usado com a finalidade última de ser empregado de fazenda.

Ora, se nessa época ainda havia escravidão para os negros, por que negá-la para os Índios? Aliás, até 1831, os Índios também eram escravos por decisão do próprio D. João VI. Por isso e por causa da ganância, o Índio na região de Campos Novos foi mais de uma vez usado como mão-de-obra gratuita; em outros termos, será socialmente escravizado.

O Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, o autêntico representante do coronelismo na região de Campos Novos, mandava em todos e em toda parte, simbolizando o domínio da política-partidária por sobre o direito; abastado fazendeiro (19), dono da futura Estrada de Ferro Campos Novos-Barranca do Rio Paraná, temido por todos, era o homem mais importante na política de Campos Novos; em 1895, tenente-coronel da Guarda Nacional, dono de jagunços e Co

(19) Em 1895, entre os 32 "fazendeiros criadores" e entre os 22 "fazendeiros de café" da Comarca de Campos Novos do Paranapanema, o Tenente-Coronel Francisco Sanches de Figueiredo está respectivamente em 3º e 1º lugares. THORMAN, Camito. **Completo Almanaque Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo**. Contendo todos os municípios e distritos de paz. Nono ano. Reorganizado segundo os decretos por Camito Thorman. São Paulo, Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1985. p. 401.

mandante do 76º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional de Campos Novos do Paranapanema, foi intendente da Comarca apontado por vários (20) como o maior inimigo de índios, sendo por estes odiado com ódio de morte (21). Ao descrever as dadas, Bruno Giovannetti termina dizendo que os índios "que não morriam eram levados como prisioneiros e alojados na Fazenda Matão (entre Palmital e Platina) de propriedade do Coronel Sanches" (22). Aliás, a bem da

(20) Amador Nogueira Cobra, Balthazar de Godoy Moreira, Arruda Dantas e Bruno Giovannetti apontam o Coronel Sanches como o maior matador de índios.

(21) Coriolano Costa e Silva e Cincinato Costa e Silva, netos do célebre "Paulista", fundador do Mirante e personagem mais famoso da história da região de Ocaçu, contam o seguinte, assinado por eles: "Quando o Paulista veio ao Mirante (em 1898) havia muitos índios por aqui, mas o Paulista não deixava matar nem judiar e eles ficaram muito amigos dele. Então eles, os índios, falaram ao intérprete (Coronel José Cândido que vivia com os índios, apesar de ser branco) que mesmo de longe eles conheciam os que eram do Paulista e os que eram do Sanches, que o povo do Sanches eles matavam quantos pudessem, inclusive fizeram uma panela que queriam estrear com a cabeça do Coronel Sanches". Arquivo particular de José Antonio Tobias.

(22) GIOVANNETTI, Bruno. **A Luta contra os Índios no Rio do Peixe.** Artigo publicado em jornal mas sem dados da ABNT. Arquivo da família Giovannetti.

justiça, é necessário acrescentar que a crueldade contra os índios e o ambiente de heroificar as dadas e seus executores não era privilégio do Coronel Sanches e da região de Campos Novos. Pedro Alencar Silveira, pesquisador da região de São Pedro do Turvo, em documento que devo à cortesia de D^a. Neguinha, habitante de São Pedro do Turvo, escreve dizendo que "o heroísmo dos sertanistas consistia em serem implacáveis contra os selvagens. Massacravam-nos indistintamente, fossem homens, mulheres ou crianças. Muitas vezes ouvi Chico Pontes e outros contarem os episódios de uma 'dada'. Eram de arrepiar as solércias, as traições, as falsidades que empregavam para destruí-los. Aliás, a história está cheia desses fatos dolorosos, ao ponto dos conquistadores disseminarem entre os selvagens a peste, a varíola e a lepra, além de mazelas da civilização, como a sífilis e as doenças venéreas e ainda querem merecer o respeito, a obediência e a estima dos homens simples" (23).

(23) Arquivo particular de José Antonio Tobias.

Ora, uma pessoa que chefia dadas (24) deve tomar como acontecimento muito suave ou mesmo normal obrigar os índios a trabalhar numa fazenda, escravizando os portanto.

Mas a respeito da Catequese, autoridade no assunto é o Sr. Edgard Bonini, que viveu três anos na Catequese, onde se casou e teve três filhos. Com a palavra o Sr. Edgard Bonini, respondendo às perguntas que lhe fiz por escrito e cujas respostas vêm por ele assinadas:

"6º - O Sr. chegou a conhecer a Catequese quando os índios moravam lá?

- Não.

7º - Os índios moravam na Catequese mesmo?

- Não. Somente os que o Coronel Sanches com suas investidas aprisionava e deixava no casarão jun

(24) Os autores descrevem as dadas com cenas comuns como a de levantar indiozinhos do chão ou do leito e de os atirar para o ar espetando-os depois na ponta do facão, ou tomando-os pelos pés e dando com as cabecinhas deles em paus até parti-las, ou então rasgando o ventre das mulheres grávidas. Para se saber como eram planejadas e executadas as dadas, cf. COBRA, Amador Nogueira. **Recanto do Sertão Paulista**. ed. cit. p. 140-4, assim como MOREIRA, Balthazar de Godoy e MAGALHÃES, Alcides Lages de. **Marília**. Cidade Nova e Bonita. Marília, Oficinas do "Alto Cafezal", 1936. p. 173-4.

to aos capuchinhos.

8º - Quais eram os lugares em que os índios moravam?

- Moravam no Rio do Peixe e na aldeia perto de Conceição de Monte Alegre.

9º - Quando é que levavam os índios à Catequese?

- Quando eram aprisionados nas investidas feitas no item 7º.

10º - O Sr. tem idéia de como os índios eram amansados na Catequese? Se sim, descreva-o, por favor.

- Eram aprisionados e conservados amarrados nuns argolões de ferro na casa dos capuchinhos. Isso diversos dias.

...

13º - Como os índios eram amansados ou educados na Catequese?

- Eram amansados a maioria no chicote. Amarrados nos argolões de ferro por 30 ou 50 dias" (25).

Mais adiante, respondendo à 16ª pergunta minha, responde o Sr. Edgard Bonini: "Os argolões eram presos nas entroncas junto as paredes do casarão, e eram

(25) BONINI, Edgard. **Questionário sobre a Catequese**, em 10 de novembro de 1981. Arquivo particular de José Antonio Tobias.

usados para aprisionar os índios que não aceitavam os brancos".

4.6 Conclusões

1ª - Os capuchinhos que trabalharam para ou na Catequese - nove ao todo: Frei Mariano de Bagnaia, Frei Francisco d'Alatri, Frei Sabino de Rimini, Frei Daniel de Santa Maria Gardena, Frei Bernardino de Lavallo, Frei Boaventura de Aldeno, Irmão Paulo de Sorocaba, Frei Francisco Savelli, Frei Policarpo de Léxico (26) - eram em sua maioria italianos, salvo o irmão, necessitando pois de informações, de orientação, enfim de uma educação brasileiro-sertaneja, podendo por isso ter sido involuntários instrumentos de terceiros, mais interessados na manutenção ou no uso do que na evangelização dos índios;

2ª - a finalidade inicial das autoridades assim como da planta e do projeto de fundação era fazer da Catequese, inclusive da futura aldeia ou cidade, uma

(26) Frei Policarpo de Léxico, silenciado pelos autores, é acrescentado por Frei Nelson Berto, capuchinho. Escrito mimeografado, publicado em Penápolis, a 21 de outubro de 1983 com o título de **Tentativas de Missões Indígenas** (capuchinhos de São Paulo): Campos Novos do Paranapanema, SP; Jataí, PR; Rio Verde, MS e Marrecas, SP. p. 10.

aldeia de índios e não de brancos;

3ª - a finalidade inicial da Catequese foi desviada e transformada fazendo da Catequese-cidade uma aldeia só de brancos;

4ª - a Catequese-reserva na prática pois, parece ter sido mais uma senzala de índios do que uma reserva ou um aldeamento.

5. O PORQUÊ DA DECADÊNCIA DE CAMPOS NOVOS

5. O PORQUÊ DA DECADÊNCIA DE CAMPOS NOVOS

5.1 Introdução

Quem conhece, por pouco que seja, a História de São José dos Campos Novos do Paranapanema, atualmente chamado Campos Novos Paulista, logo se pergunta: "Mas, como uma cidade do porte histórico de Campos Novos, boca de sertão de 1880 em diante, comarca em 1892, com 26.000 habitantes em 1891, capital da imensidão compreendida entre Campos Novos-Rios Feio-Paraná-Paranapanema veio a ser o que é hoje em dia Campos Novos, estância climática com 3802 habitantes, segundo o censo de 1980 ?"

O Ciclo do Muar nasceu em 1729 com a construção da estrada do Rio Grande do Sul a São Paulo e vai até 1870, quando principia o Ciclo da Estrada de Ferro, justamente no início de Campos Novos, fundada segundo a maioria dos autores em 1868. Mas é teoria que o Ciclo do Muar acabou em 1870, pois na prática como em Campos Novos do Paranapanema, privado para sempre de estrada de ferro, ele foi vivido intensamente até cerca de 1900. Referente à passagem da Estrada de Ferro Sorocabana por Campos Novos, existe uma tradição oral, transmitida até hoje e conhecida do povo camposnovense, assim resumida em 1970 por um jornalista da "Folha de S. Paulo": Os engenheiros da

Sorocabana chegaram a Campos Novos "e foram recebidos pelo 'Coronel' Sanches, chefe político, patriarca e dono da maior parte das terras de Campos Novos. Este, depois de receber os engenheiros com lauto almoço, ordenou aos jagunços que aplicassem violenta surra nos técnicos. Aos surrados, disse mais tarde: 'Não preciso de caminho de ferro. Minhas mulas estão suficientemente fortes para me levar a qualquer parte" (1).

5.2 As Estradas de Rodagem

Os governos da Província de São Paulo, por dois motivos desejavam cada vez mais penetrar pelos "sertões desconhecidos": 1º - por causa das terras e riqueza que encerravam; 2º - para chegar à Província de Mato Grosso e de lá trazer o gado que então passava pela Estrada de Rodagem Coxim (Baús)-Santa Ana do Parnaíba onde se bifurcava indo, de um lado, para Uberaba-Passos-Rio de Janeiro e, de outro lado, para a cidade de São Paulo. O trajeto para a capital paulista era de 270 léguas enquanto o novo traçado, indo por Campo Grande-Cam-

(1) APARECIDO, José. Campos Novos procura um lugar para o seu turismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1970.

pos Novos-cidade de São Paulo, perfazia 174 léguas, economizando pois 96 léguas por viagem só de ida. O primeiro governador da Província de São Paulo a ocupar-se da realização deste sonho foi Francisco Glicério que para este fim nomeou uma comissão presidida pelo Dr. José Alves de Lima. Finalidade dessa comissão era estudar e projetar a abertura de uma estrada de rodagem que, saindo dos campos de Lençóis e indo até o Rio Paraná, ligasse a Província de São Paulo à de Mato Grosso. Feito o projeto e aprovado, Dr. José Alves de Lima pôs-se a construir a estrada, chegando às cabeceiras do Rio Feio onde parou.

Em 1892, nova comissão foi nomeada; presidida pelo engenheiro Olavo A. Hummel, mudou o traçado, dirigindo-o para a foz do Rio Santo Anastácio. A caravana partiu de Campos Novos no dia 17 de janeiro de 1893 e no dia 27 de janeiro chegou ao Rio São Mateus, começando daí para diante os trabalhos de construção. A largura da estrada em geral era de 4 metros (2), escreve Olavo Hummel. Finalidade: era o transporte de bois e a passagem

(2) HUMMEL, Olavo A. **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, M.D. Secretário d'Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Chefe da Comissão da abertura e construção de uma estrada de rodagem de Salto Grande do Paraná. São Paulo, Tipografia de Hennies e Irmãos, 1894. p. 15.

de carros de boi. A estrada chegou ao Rio Paraná 200 metros abaixo da foz do Rio Santo Anastácio. Foi a primeira construção da "Estrada do Alto Paraná", também chamada de "Estrada Boiadeira", tão falada na História de Campos Novos, da Alta Sorocabana e do Vale do Paranapanema. Algumas causas fizeram porém, com que a primeira construção da Estrada Boiadeira acabasse abandonada: 1º - não havia porto, nem sequer uma balsa onde a estrada acabasse; 2º - não se encontravam povoações ao longo da estrada; 3º - do lado de Mato Grosso não existia estrada.

Mais tarde, em 1904, o Governo do Estado de São Paulo resolveu abrir de novo a Estrada Boiadeira e, para isso, contratou a Firma Tibiriçá e Diederichsen, à qual sucedeu a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso. O encarregado e chefe desta nova comissão foi o Dr. Otto Meusser, o historiador da segunda abertura da Estrada Boiadeira (3) e amigo particular do Coronel Francisco Sanches de Figueiredo. No dia 24 de abril de 1906, reunidos em Platina (antiga Saltinho), cidade fundada pelo Coronel Sanches, ouviram missa os 100 homens da expedi-

(3) **Estrada do Alto Paraná.** Impressões de viagem. Organizadas pelo Dr. Otto Meusser, engenheiro de serviço e oferecidas ao Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, chefe de trabalhos. São Paulo, Estabelecimento Gráfico Riedel e Franco, 1906. 11 p.

ção e partiram com 4 carros de boi e 12 muares carregados de mantimentos. No dia 1º de setembro chegaram às margens do Rio Paraná; no dia 17 de setembro concluíram os trabalhos e no dia 24 chegaram de volta a Platina.

A presente introdução teve por finalidade não só falar da construção da primeira estrada de rodagem pela Alta Sorocabana mas também introduzir neste escrito o principal personagem da História de Campos Novos do (4) Paranapanema, o Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, mostrando sua profunda ligação com a construção da Estrada Boiadeira e deixando entrever a possibilidade de o mesmo Coronel Sanches poder sonhar com a construção de uma estrada de ferro, sua mesma, que ele chegou a concretizar no Projeto nº 10, discutido e aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal e depois transformado na Lei nº 10 pelo intendente, isto é, pelo prefeito de Campos Novos do Paranapanema. Em sua obra, **Estrada do Alto Paraná**, são significativos os dizeres com que Otto Meusser dedica sua obra. Escreve ele: "Ilmo. Sr. Coronel Sanches de Figueiredo. Meu prezado amigo e companheiro. Ao terminar o serviço de abertura da Estrada do Alto Paraná em que juntos convivemos no espaço de seis meses e sabendo que meu dedicado amigo nutre o louvável desejo de dei-

(4) Existem as duas grafias: Campos Novos **do** Paranapanema e Campos Novos **de** Paranapanema.

xar a cada um dos companheiros uma lembrança destes trabalhos, tomei a liberdade de organizar esta modesta narrativa, fruto das minhas impressões que espero aceitará para por sua vez oferecê-la aos nossos amigos e companheiros. Seu amigo de coração, Otto Meusser". Aliás, o exemplar da "Estrada do Alto Paraná" de que dispomos, tem a seguinte dedicatória, escrita à mão e assinada pelo Coronel Sanches com os três pontos em triângulo usados pelos maçons: "Ao meu dedicado amigo Dr. Mário Pedro da Silva, ofereço este incognificante (sic) livro em sinal de amizade. Francisco Sanches de Figueiredo . . . Platina 20 de janeiro de 1907".

5.3 A Estrada de Ferro

Conforme a Lei nº 34, da Província de São Paulo, em março de 1870 foi autorizada a primeira construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que então devia ligar São Paulo a Sorocaba. Em 1878, foi até Bacacava; em 1897, até Boituva e em 1882 foi lavrado o contrato para o prolongamento dos trilhos até Botucatu. E, assim, a Estrada de Ferro Sorocabana vinha avançando. Pelo ano de 1880, a disputa era entre a Ituana e a Sorocabana pela posse de novas zonas de penetração. Uma lei sociológica já imperava e vai cada vez mais tomando conta

do avanço das estradas de ferro Brasil afora, inclusive da Sorocabana em sua marcha rumo ao Vale do Paranapanema: "Os tempos anunciavam claramente a falência daquela das companhias que não lograsse o avanço de seus trilhos para o Oeste".

Contudo, era a Sorocabana que vinha cada vez mais conquistando novas áreas: em 1883, era inaugurada a chegada dos trilhos em Cerquilha; em 1885, em Laranjal; em 1887, em Conchas; em 1888, em Pirambóia; no dia 20 de abril de 1889, em Botucatu e, em 1893, os trilhos vão chegando em Avaré.

O grande sonho do Governo do Estado de São Paulo continuava o mesmo que nos tempos da Estrada Boiadeira: "chegar ao Estado de Mato Grosso"; só que agora era por via férrea, traduzindo o tempo da chegada do Ciclo da Estrada de Ferro. Por isso, a 11 de dezembro de 1882, em assembléia geral realizada no Rio de Janeiro, dizia um relatório aos acionistas da Estrada de Ferro Sorocabana: "Em virtude deste plano a Estrada Sorocabana será a que com menos tempo e mais vantajosamente poderá resolver o grande problema da viagem para a nossa longínqua Província de Mato Grosso". A idéia geral era fazer com que a estrada de ferro tivesse seu ponto terminal na foz do Rio Tibagi com o Paranapanema, daí prosseguindo por via fluvial até o Rio Paraná.

A 9 de junho de 1892, a Lei nº 28 do gover

no estadual autorizava a mandar abrir concurso para construção de uma estrada de ferro indo do porto de Cananéia às margens do Rio Paranapanema (5).

5.4 A Estrada de Ferro do Coronel Sanches

O Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, nascido em 1858 e assassinado em 1912, a maior figura da História de Campos Novos, fazendeiro, caçador de índios, fundador de Platina, um dos líderes da construção da Estrada Boiadeira, em 1897 levou à Câmara Municipal da Comarca de Campos Novos do Paranapanema solicitação para conseguir apoio legal em vista da construção de uma lei que lhe autorizasse o privilégio para a construção e uso de uma estrada de ferro.

Em nome do Coronel Francisco Sanches de Figueiredo e do Major Azarias Gomes Ferreira, o Projeto foi oficialmente apresentado à Câmara, sendo na sessão do dia 7 de abril de 1897 nomeada uma comissão de redação para se pronunciar sobre "a proposta e pedido de privilégio" da construção de uma estrada de ferro. A comis-

(5) CEZAR, J.A. de Cerqueira. **Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo - 1892**. 3.ed. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1940. t.II. p. 6-8.

são, "depois de bem examinado e considerado sobre o pedido e as condições expostas, entendido que traz benefício ao Município sem que cause o menor prejuízo a Municipalidade, é de parecer que seja aprovado o seguinte projeto: 1º - de ser-lhes concedido ou a empresa que organizarem privilégio de gozo por vinte anos a contar desta, para a construção, uso e domínio de uma linha férrea que partindo desta Vila vá entroncar-se a estrada de rodagem de Mato Grosso concedida ao cidadão Octaviano Mascarenhas no Rio Paraná, no ponto mais conveniente; 2º - ser-lhes igualmente concedido uma feira de gado vacum nas proximidades desta Vila; 3º - ...; 4º - ser-lhes igualmente concedido o trânsito pela Estrada do Alto Paraná ao Porto XV de Novembro até que a Via Férrea Sorocabana em tráfego chegue até o ponto de partida mais conveniente da linha projetada" (6).

Colocado em discussão, foi aprovado o Projeto nº 10. Contudo, de acordo com o Regulamento da Câmara Municipal de Campos Novos, o Projeto tinha que ser trazido, discutido e aprovado em mais duas sessões seguintes, o que realmente aconteceu, conforme o mesmo

(6) Atas da Câmara Municipal de São José do Rio Novo do Paranapanema. Dia 7 de abril de 1897. Livro nº 14 do Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã, em Echaporã, Estado de São Paulo.

Livro 14 (7) das Atas da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema. A segunda sessão foi no dia 9 de abril de 1897; a ordem do dia tinha um único assunto: o Projeto nº 10, que foi por isso logo colocado em discussão e, "ninguém pedindo a palavra foi posto a votos e aprovado por unanimidade". A terceira e última sessão, do dia 10 de abril de 1897, contava, como aliás também as duas primeiras sessões, com os mesmos quatro vereadores: Capitão Manoel Bernardino Martins - Presidente; Major Thomé José de Souza, Major João Gizzi e Tenente João Vieira Júnior. O Senhor Presidente, ao pôr o Projeto nº 10 em discussão, lembrou que o referido Projeto tinha que ser discutido artigo por artigo, o que foi feito. "E posto a votos foi unanimemente aprovado, pelo que o Senhor Presidente, em virtude do Artigo vinte e oito do Regimento Interno da Municipalidade, fez em voz alta a seguinte declaração = Foi aprovado o Projeto número dez por unanimidade de votos. Foi em seguida mandado que fosse remetido ao Intendente para ser cumprido". Através de seis artigos, o Intendente Municipal transformou o Projeto nº 10 em Lei nº

(7) A numeração do "Livro nº 14" assim como as numerações dos outros 228 "livros" dos manuscritos sobre Campos Novos do Paranapanema, que encontrei em Echaporã, foram numerações minhas a fim de lhes facilitar a localização, o uso e o manuseio. O levantamento dessa documentação encontra-se na revista de **História**, publicação da UNESP, v. 3, 1984 assim como no final desta obra.

10 que, promulgada no dia 11 de abril de 1897, foi registrada e publicada no dia seguinte, 12 de abril de 1897.

5.5 A Estrada de Ferro Sorocabana

Ora, quando a Sorocabana, cumprindo ordens de sua diretoria, decidiu enviar seus engenheiros a Campos Novos para tratar in loco da passagem e prolongamento da estrada de ferro pela cidade, por certo não sabia que, desde 11 de abril de 1897, já vigorava uma lei solenemente dando privilégio de construção, uso e domínio de uma estrada de ferro de Campos Novos ao Rio Paraná ao Coronel Francisco Sanches de Figueiredo e ao Major Azarias Gomes Ferreira. Já fora previsto até o entroncamento com a Sorocabana que, por isso, era benvinda contanto que parasse onde determinava a Lei nº 10 da Câmara Municipal e da Prefeitura de São José do Rio Novo do Paranapanema e contanto, por outro lado, que não viesse para substituir a estrada de ferro do Coronel Sanches e do Major Azarias, destruindo-a assim para sempre. O texto de lei era bem claro e referia-se explicitamente à Sorocabana, talvez por já preverem o Coronel Sanches e o Major Azarias o confronto que um dia iriam ter com a Sorocabana. Por isso, o ítem 3º da Lei nº 10 prescrevia "ser-lhes igualmente concedido ou a empresa que organizarem o trânsito pela Estrada do Alto Paraná ao

Porto XV de Novembro até que a Via Férrea Sorocabana esteja em tráfego até o ponto de partida mais conveniente da linha projetada" e arremata no ítem 5º, "finalmente, serlhes igualmente concedidos os direitos de concessão (aqui há uma palavra no manuscrito que não consegui ler), de fendendo-os, mantendo em sua plenitude de conformidade com as leis em vigor, bem como o direito de expropriação de qualquer espécie".

Mas a Sorocabana, de um lado, veio para ficar e para ir até a barranca do Rio Paraná e, de outro lado, para destruir a Lei nº 10 e os sonhos do Coronel Sanches e do Major Azarias. O antigo projeto da Sorocabana era chegar à confluência do Tibagi com o Paranapanema, e dali, via Rio Paraná, à Província de Mato Grosso.

Contudo, os anos passavam e as assembleias gerais da Sorocabana tomavam novas decisões criando traçados novos e mudando traçados antigos. Quando o acervo da Estrada de Ferro Sorocabana se encontrava em considerável parte pelo chão na Biblioteca da Estrada de Ferro Sorocabana, na Praça Júlio Prestes, eu encontrei e com pulsei por várias vezes um mapa num dos relatórios da Sorocabana onde uma decisão da Diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana era desenhada em um mapa de duas páginas que mostrava a estrada de ferro vindo e chegando a Campos Novos onde se bifurcava, indo, de um lado, para a barranca do Rio Paraná e, de outro lado, para a confluência do Ti-

bagi. Voltei algumas vezes à Biblioteca da Sorocabana, especialmente à procura desses mapas mas não consegui ainda encontrá-lo. Esse mapa demonstra não só que realmente a Sorocabana ia passar por Campos Novos mas ainda a importância atribuída pela Diretoria à cidade de Campos Novos a ponto de fazer dessa comarca o início do entroncamento das duas linhas da Campos Novos-Rio Paraná e de Campos Novos-Rio Tibagi.

E, nessa altura, é quando de novo entra em cena a decantada surra aplicada pelos jagunços do Coronel Sanches nos engenheiros da Sorocabana. Pode mesmo ter havido a histórica surra. Contudo, como se viu pela exposição do presente escrito, o motivo não foi como repete uma espalhada tradição oral porque o Coronel Sanches fosse um superado mineiro de viseira curta, tão atrasado no tempo que não admitia a chegada da estrada de ferro, arraigado que estava ao tempo dos muares como arrematava o jornalista da "Folha de S. Paulo": "Não preciso de caminho de ferro. Minhas mulas ainda estão suficientemente fortes para me levar a qualquer parte". A verdade é que o Coronel Sanches precisava, a qualquer preço, afastar a chegada da Sorocabana como se fosse proteger um filho seu que, no caso, era "o projeto de construção da Estrada de Ferro Campos Novos-Rio Paraná", transformado na Lei nº 10, que lhe outorgava, a ele e ao Major Azarias, "privilégio, uso e domínio por vinte anos para construir uma estrada de

ferro de bitola estreita (um metro) que partindo das margens do Rio Paraná em fronteira ao Porto Quinze de Novembro, vinha terminar nesta Vila ou aonde julgar convenientemente, a entronca com a Estrada Sorocabana". É o que, aliás, vem confirmado pela tradição oral, representada hoje em dia pelo testemunho de Riodante Fontana, antigo morador de Campos Novos, educado na Itália e três vezes prefeito de Bela Vista (Echaporã): "Como já disse não conheci o Cel. Sanches como costumavam chamá-lo, mas sei, por intermédio de antigos moradores, que foi um grande opositor da passagem da estrada de ferro por Campos Novos, chegando mesmo a rechaçar por meios violentos, os engenheiros encarregados na demarcação do traçado e dizia: tenho burro bom para andar e não preciso de trem de ferro" (8).

5.6 A Perda da Comarca

Deu-se finalmente o confronto entre a Estrada de Ferro Sorocabana e o Coronel Francisco Sanches

(8) FONTANA, Riodante. Resposta escrita, assinada a entrevista por Nilson de Souza, a um questionário por nós distribuído e recolhido a 15 de outubro de 1979 entre os descendentes de famílias antigas e pessoas importantes de Campos Novos.

de Figueiredo. Em sua região e em sua cidade, Campos Novos, o Coronel Sanches era o coronel, era rei e por isso venceu sempre tanto contra os políticos e o povo simples quanto contra os brancos e os índios porque dominava a política, os tribunais, os advogados, as pendências e os processos de divisão de terras. Mas agora seu inimigo era diferente: a Estrada de Ferro Sorocabana, que estava fora e acima da política local, era mais poderosa, lançava raízes e domínio na política estadual, tinha ligação direta com o governo do Estado, comprava políticos, gozava de larga experiência de lida com outros coronéis em pendências semelhantes, possuía experiência de tribunais e de disputas com outras companhias de estradas de ferro, fatores esses que o Coronel Sanches, residente numa boca de sertão, a 600 Km da capital, não podia ter, preso que estava a uma política interiorana e a tribunais de Campos Novos.

Conseqüência: o Coronel Francisco Sanches de Figueiredo perde, ainda mais que é assassinado em 1912; sua estrada de ferro não foi além da Lei nº 10 e por isso também ele - não na teoria mas sim na prática - sentiu o amargor daquela lei sociológica que afirmava "a falência da companhia de estrada de ferro que não lograsse o prolongamento de seus trilhos para o Oeste". E, mais uma vez, triunfante, avançou a Estrada de Ferro Sorocabana. Contudo, e aqui entram as paixões humanas; não, po-

rém, as paixões humanas da Sorocabana mas sim de seus dirigentes e engenheiros cujos bríos e dignidade tinham certamente - como o comprovam a tradição da surra - sido ofendidos e humilhados pelo Coronel Sanches: numa identificação compreensível mas condenável estenderam a vingança contra o coronel para a cidade de Campos Novos. Foi o atestado de óbito contra a importante Comarca de Campos Novos do Paranapanema (9). E, assim, começa a agonia de Campos Novos cujo toque de finados encontra-se no fatídico dia 2 de dezembro de 1918 quando, pela Lei nº 1630-A, a comarca lhe é retirada e transferida para Assis. Mais; em 1938, a sede do município e, com ela, considerável parte de seu acervo histórico, são transferidos para o Distrito de Paz de Bela Vista, nome antigo de Echaporã. A decadência chegou ao ponto em que o Decreto nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, transformou o Município de Campos Novos em distrito, mudando-lhe até o histórico nome para Nuretama e subordinando-o a Ibirarema.

5.7 Tentativas de Construção de uma Estrada de Ferro

(9) E também contra a florescente Conceição de Monte Alegre que igualmente mergulhou junto com a decadência de São José do Rio Novo do Paranapanema.

Quando perceber o perigo de morte que vai rondar-lhe a comarca e o município, Campos Novos tentará, várias vezes e de diversos modos, conseguir a passagem de uma estrada de ferro até sua cidade. Tudo em vão; nunca mais conseguirá uma estrada de ferro, passando direto do Ciclo do Muar para o Ciclo do Asfalto. Tão verdade é isto que o ressurgimento da cidade iniciar-se-á a partir da construção da BR-153, no trecho Marília-Ou-rinhos que, inaugurado em 1972, teve acesso para Campos Novos Paulista.

Tentativas e dados históricos documentam a luta de Campos Novos para procurar, até 1918, conseguir sua estrada de ferro: 1º - a Lei nº 10, promulgada no dia 11 de abril de 1897, concedendo ao Coronel Francisco Sanches de Figueiredo e ao Major Azarias Gomes Ferreira privilégio, uso e domínio para a construção de uma estrada de ferro de Campos Novos do Paranapanema à baranca do Rio Paraná; 2º - a Resolução nº 14, de 17 de maio de 1911, que dizia: "Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar com o Governo do Estado a construção de um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que parta de Salto Grande ou outro" lugar e chegue até Campos Novos; 3º - a Lei nº 54, de 18 de novembro de 1911, que autoriza o Prefeito, Dr. Antonio Ferreira Palma, a assinar com o Dr. Angelo Benevenuto, Luiz Baptista Lopes, Roberto de Siqueira Lopes, Dr. José Cyrillo Cas-

tex e Joaquim Barboza Filho, contrato de concessão por 90 anos para a construção de uma estrada de ferro entre Campos Novos e "qualquer estação em tráfego ativo nas Estradas de Ferro Sorocabana ou Estrada de Ferro Noroeste do Brasil"; 4º - a Lei nº 58, de 26 de setembro de 1912, que no artigo primeiro diz ficar o Prefeito Municipal de Campos Novos autorizado a reformar o contrato com a Companhia Tração, Força, Luz e Melhoramentos do Paranapanema, com sede em São Paulo, para a construção da Estrada de Ferro Campos Novos - Salto Grande; 5º - em 15 de outubro de 1912, ofício do Presidente da Prefeitura Municipal de Campos Novos ao Presidente da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais solicitando o prolongamento da estrada de ferro de Piratininga a Campos Novos; 6º - a Lei nº 63, de 1º de março de 1913, que diz: "Art. 1º - Fica aprovado o traçado constante da planta da Linha Tronco-Campos Novos-Pau d'Alho (Ibirarema) da Estrada de Ferro da Companhia Tração, Força, Luz e Melhoramentos do Paranapanema"; 7º - a Lei nº 69, de 11 de julho de 1917: "Art. 1º - Fica o Prefeito autorizado a assinar com o Sr. Carlos Egydio de Souza Aranha a construção de uma estrada de ferro 'partindo da primeira estação da Estrada de Ferro Sorocabana, adiante de Indiana, ou outra estação que mais convier"; 8º - finalmente, a Lei nº 73, de 15 de maio de 1918, que depois das várias tentativas de construção de uma estrada de ferro, melancolicamente conclui: "Art. 1º - A estrada

de ferro a que se refere a Lei nº 69 não terá ligação com a Linha Férrea Sorocabana, nem entroncamento em nenhuma das estações desta linha; Art. 2º - Fica concedida à Companhia dos Fazendeiros de São Paulo autorização para construir uma estrada de automóveis na direção da linha férrea a que se refere a Lei nº 69" (10).

5.8 Conclusão

Assim, pois, na História de Campos Novos, cremos ter-se explicado historicamente - através de uma das causas, talvez a principal - tanto o episódio da ausência da Estrada de Ferro Sorocabana quanto a decadência de São José do Rio Novo do Paranapanema que são, por isso, dois aspectos de uma só e mesma realidade: o Ciclo da Estrada de Ferro, que ficou para sempre ausente da cidade e do município de Campos Novos Paulista.

(10) Os dados aqui expostos e referentes às tentativas de construção de uma estrada de ferro até Campos Novos foram retirados dos manuscritos, sobretudo de Atas da Câmara e da Prefeitura Municipal de Campos Novos do Paranapanema, encontrados hoje em dia no Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã. So^omente os dados do item 5º foram retirados da obra de Bruno Giovannetti. **Ramal Borebi-Quatá**. Araguaçu, Tipografia Modelo, 1948. p. 5-6.

6. DR. BRUNO GIOVANNETTI

6. DR. BRUNO GIOVANNETTI

6.1 Notícia Histórica

Nascido a 5 de dezembro de 1889 na Vila de Pieve Fosciana, na Província de Lucca, no centro da Itália, Bruno Giovannetti passou a infância em sua terra natal que, de um lado, tem a Cordilheira dos Apeninos e, de outro, os Alpes Apuanos. Fez o primeiro e segundo grau em Lucca, freqüentou o Seminário de Castelnuovo Garfagnana (1), cursando posteriormente a Universidade de Pisa, onde se formou em engenharia e se inscreveu para doutoramento.

Idealista a vida inteira, espírito humano e justiceiro, homem empreendedor e líder, sempre teve e cultivou uma vocação nata de pesquisador e escritor. Como autêntico italiano, gostava de falar, de se reunir horas com seus patriotas e naturalmente de tomar um

(1) Em suas "Publicações-1943", um dos volumes de seu arquivo particular, hoje em dia existente na residência de seus filhos, Dr. Osmar e Dr. Demos, escreve Bruno Giovannetti junto à notícia de falecimento de Paulino Cafalli: "Foi um velho amigo e companheiro no Seminário de Castelnuovo Garfagnana em 1902".

bom vinho (2). Através de Pietro Gori, um dos expoentes do movimento anárquico, aproximou-se e envolveu-se com o socialismo, tornando-se colaborador de jornais socialistas, inclusive do "Giornale del Mattino", de Bolonha. Como fruto dessas idéias tenta criar uma espécie de sindicato de pequenos proprietários, unidos por uma plataforma de reivindicações econômicas (3). Com sua prática de agrimensura e com seus vastos conhecimentos de sertões e de pendências de terras de Campos Novos do Paranapanema, da Alta Sorocabana e dos Estados de Mato Grosso e Paraná, se quisesse poderia ter-se tornado fazendeiro e homem rico, quando na realidade acabou a vida modestamente. Na Itália, onde já se manifestava sua tendência para ser escritor, publicou as seguintes obras: **Sobre a Utilidade das Matas** (Lucca, Tip. Rocchi, 1909), **Notas sobre a Medi-**

(2) "O meu pai", diz Dr. Demos, "gostava disso: reunir a turma de italianos e de espanhóis e ficar do meio dia até a noite falando, brincando e bebendo vinho. Uma vez, é a primeira vez que viajei com ele, nós saímos de Parapuã, eu, meu pai, um industrial de Botucatu e fomos a Mato Grosso, em Cuiabá onde ficamos num hotel. Então descobrimos uma reserva de vinho Chianti Orvieto que foi uma festa para nós". Entrevista com Demos Giovannetti. Arquivo particular de José Antonio Tobias.

(3) GIOVANNETTI, Bruno. La democrazia rurale. II Camporgiano, Garfagnana, 16 nov. 1913.

da dos Tonéis (extraída da revista "O Eco dos Engenheiros", de Peschia, 1911), **Funerais de Mocidade** (Urbino, Itália, 1911), **Memórias de um Infeliz** (Urbino, Itália, 1911), **1º Maggio** (Cittá di Castello, Unione Arti Grafiche, 1912) e **Lo Scrivano Avventizio Catastale**; nestas duas últimas obras defende os direitos das classes desprotegidas e exploradas (4).

Bruno Giovannetti chegou ao Brasil em janeiro de 1914, tendo-se antes casado na Itália com a Srta. Filomena Bonini, que então passou a chamar-se D^a. Filomena Bonini Giovannetti. Bruno e D^a. Filomena tiveram quatro filhos: uma filha, Vanda, falecida na Itália e três filhos que são Osmar, médico; Demos, formado em Ciências Econômicas e Omero, o único ainda residente na Itália, também formado em Ciências Econômicas. Os quatro nasceram em Campos Novos, onde residiram até 1924; os filhos fizeram o primário, o secundário e a universidade na Itália. De 1924 em diante, Bruno Giovannetti permanece no Brasil enquanto a família fica na Itália a fim de que os filhos pudessem com mais segurança beneficiar-se

(4) Não consegui nenhum exemplar de nenhuma dessas seis obras. Informaram-me Osmar e Demos Giovannetti não saberem atualmente da existência de nenhuma delas, uma vez que, na época da Primeira Grande Guerra, para evitarem de ser acusados de subversivos, eles mesmos e seus parentes, na Itália, queimaram todos os exemplares que tinham.

da instrução e da formação superior.

Provavelmente por efeito de seu espírito bandeirante e de seu amor ao sertão e aos índios (5) Bruno Giovannetti veio fixar-se na cidade de Campos Novos do Paranapanema, então famosa comarca e conhecida boca-de-sertão que muito bem se casava com sua personalidade por que: 1º - ele era engenheiro-agrimensor e Campos Novos de então era considerada uma das mais quentes comarcas para demandas e pendências de terras; 2º - tinha o instinto de aventura e de escrever e Campos Novos apresentava-se como lugar ideal para andanças e varações de sertão, fonte de escritos seus e de realização de sua personalidade; 3º - em Campos Novos iria ter oportunidade e ocasião para conhecer e narrar um mundo de fatos e de episódios virgens, particularmente da Alta Sorocabana que deve a este engenheiro italiano gratidão como a poucos homens de sua história.

Como consequência, pois, de uma existência repleta de aventuras e de conhecimentos próprios do

(5) Tenório de Brito o qualifica de "sertanista dos mais abalisados". Prefácio ao **Esboço Histórico da Alta Sorocabana**.

pesquisador (6) e do historiador é que nasce a notável atividade de escritor desse homem, feito de um misto de italiano e de paulista bandeirante, podendo por isso ser considerado como um dos principais vultos da História da Alta Sorocabana, endossando nós o que dele faça Ruy da Silva Santana: Bruno Giovannetti "será para a Zona Sorocabana o que Saint-Hilaire foi para o Brasil" (7). E, longe de Paraguaçu Paulista, patrulhando as costas brasileiras, prossegue Ruy da Silva Santana: "Recordei-me então do grandioso trabalho que esse grande amigo do sertão vem há muitos anos realizando, proporcionando-nos um documentário colhido in loco de toda história sertaneja da rica Alta Sorocabana" (8).

Quem, como nós, durante anos, teve o privilégio de poder estar compulsando os escritos, publicados e inéditos do Saint-Hilaire da Alta Sorocabana fica

(6) Não foi só na área das Ciências Humanas. Do Paraná Bruno Giovannetti trouxe vários cargueiros de hulha-preta que foi experimentada nas locomotivas da Estrada de Ferro Sorocabana e da qual foram remetidas amostras para análise na Escola Politécnica de Zurique com resultados animadores.

(7) SANTANA, Ruy da Silva. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 18 out. 1942.

(8) SANTANA, Ruy da Silva. **Recordar é viver. A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 18 out. 1942.

impressionado com a atividade intelectual desse agrimensor, medidor de terras e varador de sertões que passou a vida inteira escrevendo como uma grande homenagem ao Brasil e à Itália. Daí além de algumas centenas de artigos, expostos na bibliografia, aqui anexa, obras como **No Sertão do Paranapanema** (1921), **Esboço Histórico da Alta Sorocabana** (1943), **Álbum Histórico do Município de Quatá** (1953) e **Álbum Histórico do Município de Parapuã**, obra póstuma. Colaborou em jornais e revistas do Brasil e da Itália como "La Garfagnana" (de 1915 a 1933), "Varietas", "Message ro di Luca", "Fanfulla" (São Paulo), "Il Piccolo" (São Paulo), "A Comarca" (Paraguaçu Paulista), "Correio de Quatá" (Quatá), "Jornal de Tupã" (Tupã), "O Imparcial" (Presidente Venceslau), "Diário Paulista" (Marília), "Jornal de Assis" (Assis), "O Estado de Mato Grosso" (Cuiabá) e outros. Em ordem e bem arrumados, Bruno Giovannetti deixou cinco grossos volumes de artigos seus, publicados em jornais. Contudo, era mais de cinco, uma vez que no volume "5º", com sua própria letra, Bruno Giovannetti escreve que "os anteriores foram queimados pelas tropas revolucionárias de 1924 em sua passagem por Cardoso de Almeida".

Em 1943 sai a lume **Esboço Histórico da Alta So-**

rocabana (9) que, junto com **Recanto do Sertão Paulista**, de Amador Nogueira Cobra, constituem as duas obras básicas para quem pretender de qualquer maneira lidar com a História da Alta Sorocabana. Mas, toda obra assim como todo autor têm sua vida particular e sentimental que não aparecem de modo direto nas idéias e nas páginas de seus escritos. A honestidade científico-profissional de Bruno Giovannetti e seu amor a Campos Novos, aliados à sua vontade de melhorar, fizeram com que suas descrições (10) da admi

(9) Por ocasião da publicação do **Esboço Histórico da Alta Sorocabana**, escreveu Philemon Patrículo no "Correio Paulistano", de São Paulo: "A Alta Sorocabana está tendo os seus historiadores. E bem seria que as outras regiões do Estado também os fossem tendo. E que todos possuíssem a paixão descritiva de Bruno Giovannetti e um verdadeiro enamorado da terra e pesquisador minucioso dos arquivos". Arquivo particular de Bruno Giovannetti, 3º volume: "Publicazioni Varie".

(10) **No Sertão do Paranapanema** escreve que Campos Novos "teve fama" pelas violentas lutas políticas que por muitos anos desenrolaram-se numa fogueira de paixões, prejudicando enormemente o progresso do lugar. Hoje está em franca decadência. As ruas, calçadas de gramas, são franqueadas de casas esparsas, muito mal construídas e conservadas. Nas ruas pascem tranqüilamente vacas e cavalos... Da igreja, existem somente ruínas que aumentam a tristeza da antiga cidade, deserta como um fantasma de guerra". A esse propósito, elucidativo é o artigo "O Período Trágico de nossa Zona" (Campos Novos), que se encontra no "4º volume: Publicações-1943", do arquivo particular de Bruno Giovannetti.

nistração municipal lhe valessem desafetos, rancores e pressões de políticos e pessoas da cidade. Em decorrência disso, como já acontecera para outras personalidades, por exemplo para Amador Nogueira Cobra, Bruno Giovannetti foi obrigado a deixar a comarca e a transferir-se para o Município de Quatá, para a Fazenda Santa Lina, de propriedade do Comendador José Giorgi, da qual veio a ser administrador. Depois mudou-se para Tupã e finalmente para a cidade de Parapuã onde viveu e veio a falecer, no dia 6 de setembro de 1955, cercado da estima e gratidão do povo e autoridades locais. Bruno Giovannetti ajudou a fazer a Estrada de Ferro Sorocabana desde Salto Grande até a barranca do Rio Paraná: José Giorgi foi o empreiteiro e Giovannetti o engenheiro de construção.

Por causa de seu espírito idealista prestou a título gracioso serviços fundamentais a Parapuã como: 1º - levantamento de guias e sarjetas; 2º - em estilo renascença, planta da capela do cemitério municipal; 3º - planta do jardim da igreja matriz; 4º - doação ao município de objetos e documentos históricos e indígenas de alto valor para a criação do museu municipal, cuja planta é de sua autoria, passando a denominar-se "Museu Municipal Dr. Bruno Giovannetti".

Pesquisador nato, Bruno Giovannetti em lombo de cavalo (11) palmilhou terras e sertões, tornando-se fonte

(11) Cf. entrevista de Dr. Demos Giovannetti, em 26/06/1975. Arquivo particular de José A. Tobias.

primária e autor indispensável para quem pretende conhecer a História da Alta Sorocabana e do Vale do Paranapanema, sendo sua obra mais importante **Esboço Histórico da Alta Sorocabana**, em que se encontram contribuições originais como: 1º - a vinda e a obra dos padres capuchinhos na fundação e direção da Catequese, espécie de reserva índia da região de Campos Novos; 2º - a narração do ataque de cerca de mil índios à cidade de Campos Novos. Foi realmente o pioneiro da Alta Sorocabana porque ainda a viu quando era mata virgem e a observou quando começava a ser colonizada. Por isso, escreve Bruno Giovannetti: "Eu tenho bem presente na memória o espetáculo que me oferecia a terra quando em 1912 (12) comecei a palmilhar a zona da Alta Sorocabana. Mataria e mataria! Nas vertentes do Paranapanema havia apenas alguns clarões abertos por intrépidos sertanejos" (13). **No Sertão do Paranapanema**, além do

(12) Aqui, houve equívoco, ou de Bruno Giovannetti, ou do jornal, colocando o ano de 1912, pois que seus dois filhos, Osmar e Demos, afirmam que somente em 1914 seu pai veio para o Brasil enquanto Umberto Sereni diz: "No início de 1913, (Bruno Giovannetti) voltava a Garfagnana, onde ficou somente, um ano, porque em janeiro de 1914 transferiu-se para o Brasil, vindo a residir na cidade de Campos Novos do Paranapanema". SERENI, Umberto. **La Piramide Rovesciata**. Lotte politiche e sociali in Garfagnana. 1900-1915. Lucca, Maria P. Fazzi Editore, 1983. p.103, nota 233.

(13) GIOVANNETTI, Bruno. A origem da propriedade em nossa zona. **A Comarca**. Araguaçu, 29 jun. 1946.

levantamento de nove afluentes do Rio Paraná e de onze afluentes do Rio Paranapanema feitos por Bruno Giovannetti, existem observações suas sobre os índios, inclusive a narração de um encontro em pleno sertão com uma tribo de coroados. Mas não foi só sobre Campos Novos e o Rio Paranapanema que Bruno Giovannetti escreveu; deixou também notícias e reflexões sobre cidades e pessoas da Alta Sorocabana, sobre episódios da História do Brasil e do Estado de São Paulo contados a seus compatriotas da Itália assim como sobre italianos residentes no Brasil. Exemplificam essas contribuições artigos como "a psicologia do imigrante italiano no Brasil", "Amador Nogueira Cobra: o primeiro jornalista do sertão do Paranapanema", "o período trágico de nossa zona", os quatro artigos sobre "episódios pitorescos da vetusta Conceição de Monte Alegre", "gravuras rupestres no Rio Paranapanema", "La città del miracolo: Marília", "a Estrada de Ferro Borebi-Quatá" e "a imprensa na nossa zona". Aliás, não é de se esquecer que a história deve a esse palmilhador do sertão do Paranapanema a salvação do único (que o saibamos) exemplar existente do Livro do Tombo de Conceição de Monte Alegre, que se encontra, por doação sua, no "Museu Municipal Dr. Bruno Giovannetti", de Parapuã, onde também por doação sua podem ser vistos vários outros documentos históricos e objetos indígenas.

Todos os que falam de Bruno Giovannetti ou so-

bre ele escrevem, reconhecem seu profundo amor ao Brasil, lembrando Ruy da Silva Santana que, devido à iniciativa sua, é que existe um museu de coisas brasileiras em Pisa. Da. Emérita Bonini Reginato, antiga moradora de Campos Novos, em seu depoimento sobre Campos Novos do Paranapanema, ao falar de seu parente, Bruno Giovannetti, escreve: "Poderia dizer muito sobre o Bruno. Basta dizer Dr. Bruno, foi o maior engenheiro e conhecedor do sertão, mas tinha um mal, era italiano que amava o Brasil e considerava o Brasil sua terra" (14). Foi semeador de cultura brasileira na Itália, principalmente através de "La Garfagnana", em que durante anos colaborou através da coluna chamada "Lettere dall'America Latina", que de junho de 1930 em diante passou a chamar-se "Lettere dal Brasile".

Nosso trabalho, nesse escrito, é um primeiro passo para estudar esse emérito pesquisador do Vale do Paranapanema, com justiça chamado de Saint-Hilaire da Alta Sorocabana; outros, ou por meio de artigos ou através de teses de mestrado e doutorado, encontrarão férteis terrenos de pesquisa, como "Bruno Giovannetti e a Cidade de Campos Novos", "Bruno Giovannetti e a História da Alta Sorocabana", "Bruno Giovannetti, Elo de União entre Brasil e Itália" e "Os índios e Bruno Giovannetti".

(14) Resposta ao "Questionário sobre Campos Novos do Paranapanema", de 15 de outubro de 1979. Arquivo particular de José Antonio Tobias.

Uma observação final: apesar das muitas e profundas pesquisas monográficas, paradoxalmente não existe, de conjunto, uma História do Estado de São Paulo; o que de maior se encontra no sentido de uma História do Estado de São Paulo pertence a dois pesquisadores estrangeiros, a dois franceses, Augusto de Saint-Hilaire e Pierre Monbeig (15) e agora, acrescentaríamos um terceiro, um italiano, amante do Brasil, Bruno Giovannetti, juntamente com o nome de Amador Nogueira Cobra, brasileiro, autor de **Recanto do Sertão Paulista**. E, finalizando, uma frase de seus dois filhos, Demos e Oscar Giovannetti: "Mérito e valor dos escritos de nosso pai: viu, quando não fez ele mesmo o que narra. A vida inteira, ele a passou viajando pelas florestas, observando e escrevendo sempre" (16).

6.2 Documentação Histórica

6.2.1 Obras

1. **No Sertão do Paranapanema.** Impressões e recor-
-
- (15) Aliás, fato difícil de ser explicado: Pierre Monbeig, que editou seu "Pionniers et Planteurs de São Paulo" em 1952, não cita Bruno Giovannetti, nem mesmo o **Esboço Histórico da Alta Sorocabana**.
- (16) Entrevista escrita com Demos e Osmar Giovannetti. Arquivo particular de José Antonio Tobias.

- dações de trabalho. São Paulo, Poligráfica Apra e Martini, 1921. 16 p.
2. **Esboço Histórico da Alta Sorocabana.** São Paulo, Rev. Tribunais, 1943. 168 p.
 3. **Álbum Histórico do Município de Quatá.** Poços de Caldas, D. Bosco, 1953.
 4. **Santalina.** São Paulo, Artes Gráficas, s.d. 52 p.
 5. **Álbum Histórico do Município de Parapuã.** Tupã, "A Notícia", s.d. 88 p.

6.2.2 Artigos

1º Volume: Note (17)

1. L'avvenire agricolo dello Stato di S. Paolo. (Campos Novos, 08 jun. 1917 (18).
 2. No Sertão do Paranapanema: Presidente Prudente. (Presidente Prudente, 30 set. 1920).
-
- (17) O nome de cada um dos "volumes" é de autoria de Bruno Giovannetti. Todos e cada um dos artigos e numerados nesta bibliografia estão em letra de forma e foram publicados em jornais ou revistas,
- (18) Quando no recorte do jornal ou revista não existe dado solicitado pelas normas da ABNT: "nome do periódico, cidade ou data", colocamos entre parêntesis a data (dia, mês, ano), escrita no artigo pelo próprio Bruno Giovannetti.

3. O Carvão do Estado do Paraná. (Cardoso de Almeida, 30 set. 1926).
4. Dal Rio Paranapanema al Rio Laranjinha. (Cambará, 4 ago. 1926).
5. Il problema del carbon fossile in Brasile.
6. Attraverso il "Sertão do Paranapanema": il Rio do Peixe.
7. Santalina. (Santalina, 20 mar. 1926).
8. La cascata di "Sete Quedas".
9. Attraverso lo Stato del Paraná. (Del Bosco, 25 jan. 1926).
10. Leggenda indigena: "Nhandejara".
11. Il Rio Iguassu. **Il Piccolo**, São Paulo, 22 maio 1926.
12. Bellezze brasiliane: da Paranaguá a Curitiba.
13. Porto Tibiriçá. (Porto Tibiriçá, 4 mar. 1926).
14. La colonizzazione nella Comarca di Presidente Prudente.
15. Le grandi affermazione all'estero: l'Impresa Giorgi.
16. Una metropoli italiana: S. Paolo. (Lucca, 13 jan. 1927).
17. L'Amazonia misteriosa. (Lucca, 3 fev. 1927).
18. L'espansione del nostro lavoro all'estero: l'Impresa Giuseppe Giorgi. (Lucca, 18 fev. 1927).
19. L'emigrazione garfagnina in Brasile. **Garfagnana**.

- (Lucca, 24 mar. 1927).
20. Le missioni salesiane en Brasile. (Lucca, 30 mar. 1927).
21. Il problema emigratorio italo-brasileiro. (Lucca, 14 abr. 1927).
22. I riflessi della situazione finanziaria in Brasile. (Lucca, 22 abr. 1927).
23. L'emigrazione lucchese in Brasile. (Lucca, maio 1927).
24. Attraverso le Alpi Apuane. (Trassilico, maio 1927).
25. I cercatori di diamanti nel "far-west" brasileiro. (jun. 1927).
26. Il lavoro italiano nell'agricoltura brasiliana. I.
27. Il lavoro italiano nell'agricoltura brasiliana. II. (Lucca, 5 jul. 1927).
28. Attraverso l'Alta Sorocabana. (Presidente Veneslau, 25 jan. 1928).
29. Fra le colonie agricole del "Rio do Peixe". (Varpa, 6 abr. 1928).
30. Attraverso l'Alta Sorocabana: Salto Grande - Il Paranapanema. (Salto Grande, 5 maio 1928).
31. Una razza che scompare: gli indigeni.
32. Gli abitanti delle foreste vergini brasiliane.
33. Attraverso le colonie agricole del Rio Paraná:

- uma colonia ungherese. (Caiuá, 22 jul. 1928).
34. Attraverso l'Alta Sorocabana: un garfagnino fondatore di città. (Salto Grande, 5 maio 1928).
35. La colonizzazione nella regione nordica dello Stato del Paraná. (Dal Paraná, 30 jul. 1928).
36. Euclides da Cunha.
37. La poesia della foresta vergine. (Dal Bosco, ago. 1928).
38. Quatá: aristocrazia rural, sforzi intensi e sviluppo grandioso. *Il Piccolo*. São Paulo, 5 dez. 1928.
39. Attraverso il "sertão" brasiliano: sul do Rio Paraná, fra i pescatori, Mato Grosso. (Dal Rio Paraná, jan. 1929).
40. Destruindo explorações. (Quatá, 26 fev. 1929).
41. Attraverso l'Alta Sorocabana: Cardoso de Almeida, Roseta, Maracaí. (Maracaí, abr. 1929).
42. Una nuova strada ferrata: Santo Antonio de Jiquiá a Sete Barras.
43. Attraverso l'Alta Sorocabana: Sapezal, Paraguaçu, Conceição de Monte Alegre. (Conceição de Monte Alegre, maio 1929).
44. Attraverso il "sertão paranaense": lungo le vertenti del Rio Ribagi. (S. Lina, 15 jul. 1929).
45. Il clero come pioneri di civiltà in Brasile. (São Paulo, 22 mar. 1929).

2º Volume: Pubblicazione Varie

46. Lettere dall'America Latina: l'inferno verde. (Dalle foreste equatoriali, ago. 1929).
47. Il diamante e l'oro paranaense (19).
48. Frei Thimoteo da Castelnuovo. (Jataí, set. 1929).
49. Le vestigia dei grandi catechizzatori: Boschi, montagne, città del sertão paranaense nella colorita descrizione di un viaggiatore instancabile.
50. Una página di storia italo-brasiliana: gli italiani in difesa del Brasile. (São Paulo, 20 ago. 1929).
51. Quatá, la città fondata da un italiano in mezzo ai tesori nascosti della terra feconda.
52. La città della colonizzazione: Presidente Veneslau.
53. Un angolo di ridente ed ubertosa toscana: Cardoso de Almeida.
54. Santo Anastácio dell'Alta Sorocabana una delle capitali agricole del Brasile.
55. Cambará. (Cambará, dez. 1929).

(19)

Quando deixamos sem nenhum dado, é porque se encontra assim no recorte e no "volume" dos arquivos da Família Giovannetti.

56. La regina dell'Alta Sorocabana: Assis. (Assis, dez. 1929).
57. La Canaã del Sud: Prainha. (Prainha, dez. 1929).
58. La regina del Paranapanema: Salto Grande. (Salto Grande, dez. 1929).
59. Lettere dall'America Latina: Brasile (20). (São Paulo, 20 jan. 1930).
60. Salto Grande. I.
61. Salto Grande. II.
62. Una ridente città dell'Alta Sorocabana: Paraguaçu. (Paraguaçu, jan. 1930).
63. Una pittoresca cittadina della douradense: Itápolis. (Itápolis, maio 1930).
64. Una pittoresca escursione: da Marília ad Assis. (Assis, maio 1930).
65. Il lavoro garfagnini in Brasile: la Ditta Lunardi di Botucatu. (Botucatu, abr. 1930).
66. Impressioni del far-west brasiliano: i gaúchos. (Dalle pampas riograndensi, abr. 1930).
67. Una città preistorica del Brasile: Singorá.
68. Il progresso del Paraná: la strada ferrata da S. Paulo. (Bandeirantes, 25 set. 1930).
69. Le ricchezze minerali di Ipanema.

(20). Há muitas notícias com o nome de **"Lettere dall'America Latina: Brasile"** que, por serem pequenas não colocamos nesta bibliografia.

70. La zona dell'Alta Sorocabana e l'attuale crisi finanziaria. (S. Anastacio, 2 out. 1930).
71. La Rivoluzione in Brasile. **La Garfagnana**, Castelnuovo de Garfagnana, 9 out. 1930).
72. A luz elétrica e o Comendador José Giorgi. Quatá, 1 fev. 1931.
73. Progetto di colonizzazione italiana in Brasile? Santa Lina, 22 fev. 1931.
74. A hulha branca na nossa zona. (Quatá, 16 fev. 1931).
75. O grande desenvolvimento da Alta Sorocabana. (Quatá, 6 mar. 1931).
76. Latifúndio e pequena propriedade.
77. A sindicalização do trabalho. **A Folha de Quatá**, Quatá, 19 abr. 1931.
78. I Bororos.
79. L'architettura italiana in S. Paulo.
80. Fra le ombre misteriose delle foreste brasiliane: i "Inhay".
81. Lettere dal Brasile: la più grande ferrovia di S. Paulo costruida da toscani.
82. A colônia Varpa: notas e impressões. **A Vida de Quatá**, Quatá, 21 fev. 1932 e em **O Salto Grande**, Salto Grande, 20 mar. 1932.
83. Missioni cappuccini toscani in Brasile.
84. La psicologia del nostro emigrante osservata in

Brasile.

85. I garfagnini nello Stato di S. Paolo: Luigi Santucci, Pietro Aloisi, Massimiliani Ambrogi, Alberto Borromei, Angelo Rossi, Emilio Benelli, Pellegrino Baccili, Paolo Cafalli, Angelo Bertoncini, Ambrogio Puliti. **La Garfagnana**, Castelnuovo de Garfagnana, 25 fev. 1932, supplemento nº 8.
86. As possibilidades hidráulicas do Município de Salto Grande. **O Salto Grande**, Salto Grande, 10 abr. 1932.
87. Lutécia e Frutal. **A Comarca**, Paraguaçu, 12 jun. 1932.
88. A Estrada de Ferro Borebi-Quatá. **Folha de Quatá**, Quatá, 3 jul. 1932.
89. Lettere dal Brasile: il veneno dei selvaggi.
90. A catequese dos Índios na nossa zona. **A Comarca**, Paraguaçu, 11 dez. 1932.

3º Volume: Publicazioni Varie

91. Giuseppe Bernardini. **Il Mondo Italiano**, 15 fev. 1934.
92. Un amico che scrive da S. Paolo. **La Garfagnana**, Castelnuovo de Garfagnana, 31 dez. 1933.
93. A Empresa José Giorgi e o desenvolvimento da

- Alta Sorocabana. **O Imparcial**, 20 mar. 1934.
94. A Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema. **O Jornal de Assis**, Assis, 21 abr. 1934.
95. Santalina.
96. A erosão nas zonas novas. **O Município**, Quatá, 9 maio 1934.
97. A epopéia das divisões de terras em nossa zona. **O Palmital**, Palmital, 29 abr. 1934.
98. Santa Lina: Enlace Fimiani-Basseto. **O Município**, Quatá, 29 abr. 1934.
99. O fator demográfico na opulência da Alta Sorocabana. **O Município**, Quatá, 20 maio 1934.
100. A propriedade em face da coletividade. **O Palmital**, Palmital, 17 jun. 1934.
101. Estrada de ferro Marília-Quatá.
102. O imposto territorial e as comissões municipais. **O Paraguaçu**, 8 jul. 1934.
103. A zona da Alta Sorocabana e o Comendador José Giorgi. **A Verdade**, Paraguaçu, 9 out. 1934.
104. Attraverso l'Alta Paulista. **Il Fanfulla**, São Paulo, 12 mar. 1935.
105. Jataí e Frate Timoteo. (Jataí, 16 mar. 1935).
106. La capitale della colonizzazione: Londrina. (Londrina, mar. 1935).
107. La città del miracolo: Marília.
108. I cappuccini nella catechizzazione degli indige

- ni nella regione dell'Alta Sorocabana.
109. Impressione sull'Alta Sorocabana.
110. La grandezza e opulenza dell'Alta Sorocabana: la canaã del futuro.
111. La grandezza economica dell'Alta Sorocabana. (Quatá, nov. 1935).
112. La brillante epopea della colonizzazione dell'Alta Sorocabana. (Quatá, dez. 1935).
113. Síntese histórica de Quatá.
114. Attraverso la Serra del Mirante. (Quatá, 16 maio 1938).
115. Una città storica: Campos Novos do Paranapanema. (Campos Novos, maio 1938).
116. Lungo il prolungamento della Strada Ferrata Paulista. (Tupã, jun. 1938).
117. Italiani illustri vissuti in Brasile: Carlo Borromei. (Quatá, jul. 1938).
118. Attraverso la regione della nuova Paulista: Garça. (Garça, 15 set. 1938).
119. Ensaio histórico da nossa região. I. **A Comarca**, Paraguaçu, 23 out. 1938.
120. Ensaio histórico da nossa região. II. **A Comarca**, Paraguaçu, 30 out. 1938.
121. Lungo il corso del Rio Paranapanema: Iepê. (Iepê, nov. 1938).
122. Os primeiros habitantes de nossa zona.

123. A variação da agulha magnética em nossa zona. **A Comarca**, Paraguaçu, 12 fev. 1939.
124. L'inaugurazione della ceramica benincasa in Paraná. **Il Fanfulla**, São Paulo, 26 fev. 1939.
125. Esboço geológico da nossa zona. **A Comarca**, Paraguaçu, 26 fev. 1939.
126. O regime fluvial da nossa zona. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 25 jun. 1939.
127. Per la Faccenda della "Madeira-Mamoré". (Quatá, 6 ago. 1939).
128. Il contributo del lavoro italiano alla costruzione della Strada Ferrata Sorocabana. **Fanfulla**, São Paulo, 30 ago. 1939.
129. Attraverso l'Alta Paulista: Iacri. (Iacri, 25 set. 1939).
130. Ensaio geológico da Alta Paulista. **Diário Paulista**, Marília, 23 out. 1939.
131. Bandeira Paulista de Marília. **Diário Paulista**, Marília, 14 maio 1940.
132. Belezas panorâmicas de Jundiáí: a Serra do Japi. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 1 ago. 1940.
133. Attraverso la ricca zona dell'Alta Paulista. (Rinópolis, 9 maio 1940).
134. Le missioni gesuitiche nel nord del Paraná e l'opera meravigliosa di due padri italiani. (Jundiáí, ago. 1940).

135. Attraverso il prolungamento dell'Alta Paulista. (Zona da Mata, 15 maio 1940).
136. Pionieri italiani in Brasile: il fondatore di Salto Grande do Paranapanema. (Salto Grande, 10 set. 1940).
137. Itu: città delle missioni e della storia. (Itu, 4 nov. 1940).
138. Una città fondata da un italiano: Rinópolis.
139. Os índios que habitavam nossa zona.
140. Gli italiani e il progresso paulista: Itapeva, antiga Faxina. (Itapeva, 24 nov, 1940).
141. Ruínas históricas no Rio Paranapanema. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista (21 set. 1940).
142. Visões gigantescas da zona da mata: a maior riqueza do Estado no setor Peixe-Feio.
143. Centenario della nascita di un grande indianista: Telemaco Morosini Borba. (Quatá, 11 dez. 1940)
144. L'opera degli italiani al progresso del Brasile: Tibagi. (Tibagi, 21 dez. 1940).
145. 5 Maggio (poesia de 18 estrofes). (Londrina, 20 jan. 1941).
146. Attraverso la zona nordica del Paraná: Londrina. (Londrina, 10 jan. 1941).
147. Ingegneri e geometri italiani al progresso geografico del Brasile. (Londrina, 20 jan. 1941).
148. Rivocando la storia: una colonia comunista ita-

- liana nel Paraná. (Londrina, 6 fev. 1941).
149. A nossa zona de ontem e de hoje.
150. Paesagi brasiliani da Assis a Londrina. (Londrina, 22 fev. 1941).
151. A visão dantesca do Cruzeiro do Sul.
152. Haverá petróleo em nossa zona? **Jornal de Assis**, Assis, 1 mar. 1941.
153. Attraverso l'Alta Sorocabana: la centrale idroelettrica "Caiuá". (Rancharia, 12 mar. 1941).
154. As grandes realizações na nossa zona: a Usina Caiuá.
155. Operários que desaparecem: "os picadeiros".
156. O nomadismo dos índios do Rio do Peixe.
157. Lungo i solchi della catechizzazione: S. Jerônimo e Frate Luigi Semitile. (S. Jerônimo, 18 jun. 1941).
158. Fósseis em Lucélia. (Tupã, 10 maio 1941).
159. Sertanópolis. (Sertanópolis, 10 maio 1941).
160. Os fracionadores dos latifúndios na nossa zona. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 1 jun. 1941.
161. Uma página de história da nossa zona: Frei Manoel.
162. Il drama della Fazenda Fortaleza. (Quatá, 12 jul. 1941).
163. Plano rodoviário de Rancharia.
164. Lungo i solchi della catechizzazione: Frate Giu-

- seppe Maria di Macerata.
165. Un paese fondato da un italiano: Sussui. (Sussui, ago. 1941).
166. As terras da nossa comarca.
167. As termas de Santa Bárbara do Rio Pardo: a Caxambu da Sorocabana. (Santa Bárbara, 23 nov. 1941).
168. A imprensa na nossa zona.
169. Caminhos trilhados pelos povoadores da nossa zona.
170. Nos vestígios da nossa história, um desbravador: José Teodoro de Souza.
171. Nos vestígios da nossa história, a herança de um grande latifundista: Francisco de Paula Moraes.
172. A abertura da estrada boiadeira.
173. De Tupã ao Porto Marrecas. **Diário Paulista**, Marília, 6 set. 1942.
174. O espírito romântico dos nossos primeiros sertanejos.
175. A grandeza e a decadência da arte.
176. As vítimas do progresso na nossa zona.

4º Volume: Publicações 1943

177. Nicolau de Maio: um fidalgo na fundação de Campos Novos. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, s.d. e no **Diário Paulista**. Marília, s.d.

178. Fazenda Boa Esperança.
179. A Colônia Cecília: uma colônia comunista no Brasil. **Diário Paulista**, Marília, s.d.
180. Frei Manuel: O Rasputim de Campos Novos. **Diário Paulista**, Marília, 8 abr. 1943.
181. A catequese dos índios em nossa zona. I. **Diário Paulista**, Marília, 30 abr. 1943.
182. A catequese dos índios em nossa zona. II. **Diário Paulista**, Marília, s.d.
183. A catequese dos índios em nossa zona. III. **Diário Paulista**, Marília, s.d.
184. Um grande colonizador de nossa zona: Coronel João Gomes Martins.
185. A Itália reconquistou seu lugar. **Diário Paulista**, Marília, 12 set. 1943.
186. A iluminação da cidade.
187. A situação política interna da Itália. **Diário Paulista**, Marília, s.d.
188. Dr. Amador Nogueira Cobra. **Jornal de Tupã**, Tupã, 11 jun. 1944.
189. Quatá e seu passado. **Correio de Quatá**, Quatá, 11 jun. 1944.
190. Amador Nogueira Cobra, o primeiro jornalista do sertão do Paranapanema. **Correio de Quatá**, Quatá, jun. 1944.
191. Um longínquo recanto da nossa comarca: Água Boa.

- A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 29 jul. 1944.
192. Guilherme Ferraro e o Brasil. **Diário Paulista**, Marília, s.d.
193. Esboço antropológico da Alta Paulista.
194. A potência hidráulica da nossa zona. **Jornal de Tupã**, Tupã, 25 out. 1944.
195. A imigração interna na Alta Paulista. **Jornal de Tupã**, Tupã, 17 dez. 1944.
196. A meteorologia na nossa zona. **Jornal de Tupã**, Tupã, 24 dez. 1944.
197. Recital Carlo Prina e Diva Alegrucci. **Jornal de Tupã**, Tupã, 12 dez. 1944.
198. Aspecto da nossa agricultura. **Jornal de Tupã**, Tupã, 25 jan. 1945.
199. O Ramal Borebi-Quatá. **Correio de Quatá**, Quatá, 13 maio 1945.
200. Um precursor do progresso da nossa zona: Comendador José Giorgi. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 21 jul. 1945.
201. Como nasceu Quatá.
202. O progresso animador de nossa cidade. **Correio de Quatá**, Quatá, 1 jan. 1946.
203. A luta contra os índios do Rio do Peixe.
204. A imprensa de Quatá. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 3 mar. 1946.
205. Descoberta de um cemitério indígena em Parapuã.

- Jornal de Tupã**, Tupã, mar. 1946.
206. A interlândia de nossa comarca. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, mar. 1946.
207. As Primeiras Escolas Reunidas do Município de Quatá.
208. O problema imigratório. **Correio de Quatá**, Quatá, 2 jun. 1946.
209. A origem da propriedade em nossa zona. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 29 jun. 1946.
210. O período trágico da nossa zona.
211. Salto de Ibiporã e o Canal do Inferno.
212. A interlândia do nosso município Campinho. **Cidade de Quatá**, Quatá, s.d.
213. Um grande sacerdote: Padre David Corso. **Jornal de Assis**, Assis, s.d.
214. Degli indigeni: Frate Mansueto di Valforiano. **Diário Latino**, Itália, 18 fev. 1947.
215. Un cappuccino italiano fondatore di S. Jeronimo: Frate Luigi Semitile. **Diário Latino**, Itália, 26 fev. 1947.
216. Chuva, tempestades e abalos de 18 de fevereiro. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 6 mar. 1947.
217. Em estudo o problema da emigração italiana. **Diário Latino**, São Paulo, 9 abr. 1947.
218. Un eroe degli indigeni "caduveus" e un martire degli "chamacos": Guido Boggiani.

219. Araguaçu no ano de 1917.
220. Em estudo o problema da emigração italiana. **O Sertão**, Tupã, s.d.
221. L'elemento italiano nella costruzione della So rocabana.
222. L'elemento italiano al progresso dell'Alta So cabana.
223. L'elemento italiano al progresso della Noroeste.
224. Como se processou a colonização da Alta Sorocabana.
225. Un italiano fondatore di Itaporanga: Frate Pacífico di Monte feltro.
226. La congregazione dei giuseppini fonda un collegio in Ourinhos.
227. Episódios pitorescos da vetusta Conceição de Monte Alegre. I.
228. Episódios pitorescos da vetusta Conceição de Monte Alegre. II.
229. Episódios pitorescos da vetusta Conceição de Monte Alegre. III.
230. Episódios pitorescos da vetusta Conceição de Monte Alegre. IV.
231. Observações orográficas da zona de Quatá.
232. A Serra do Diabo. **Oeste Paulista**, Santo Anastácio, s.d.
233. Novas fontes de riqueza para Santo Anastácio: re

- talhamento de latifúndios e produção agrícola.
234. Um grande empreendimento local: a Usina Hidrelétrica de Iepê.
235. Omaggio postumo al grande italiano: Manilo Gobbi. **Fanfulla**, São Paulo, 16 nov. 1949 e em **A Tribuna**, Paraguaçu Paulista, 19 nov. 1949.
236. Il clero italiano per il progresso dell'Alta So rocabana. **Fanfulla**, São Paulo, 6 ago. 1950.
237. Quatá e suas grandes realizações. **A Tribuna**, Paraguaçu Paulista, 13 ago. 1950.
238. No reino dos bororos. **A Tribuna**, Paraguaçu Paulista, 29 out. 1950.
239. Pionieri italiani nello Stato del Mato Grosso. **Fanfulla**, São Paulo, 18 nov. 1950.
240. Belezas geológicas matogrossenses. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 26 jul. 1951.
241. O Engenheiro Bruno Giovannetti e as minas de ouro e diamante do Estado de Mato Grosso. **A Tribuna**, Paraguaçu Paulista.
242. Pionieri italiani nel Mato Grosso: splendore e decadenza di Diamantino.
243. O problema da colonização em nosso Estado. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá.
244. Índios e Colonização. **O Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 14 fev. 1952.
245. Lucchesi e garfagnini in Botucatu. **Messaggero di**

- Lucca, Lucca, ago. 1952.
246. La famiglia Rappa in Jundiaí. **Messaggero di Lucca**, Lucca, maio 1952.
247. Gravuras rupestres no Rio Paranapanema. **O Imparcial**, Presidente Venceslau, 4 nov. 1952.
248. Garfagnini fondatori di città. **Messaggero di Lucca**, Lucca, nov. 1952.
249. Garfagnini nell'Alta Sorocabana. **Messaggero di Lucca**, Lucca, jan. 1953.
250. O início do prolongamento da Sorocabana. **A Imprensa**, Quatá, 28 fev. 1953.
251. Don Giuseppe Magnani. **Messaggero di Lucca**, Lucca, dez. 1953.
252. Dúvidas sobre a data de fundação de Santa Cruz. **O Regional**, Santa Cruz do Rio Pardo, 7 mar. 1954.
253. A questão social em São Paulo. **A Imprensa**, Quatá, 31 mar. 1954.
254. Demarcação de terras. **A Imprensa**, Quatá, 15 abr. 1955.

5º Volume: Miscelanea (21)

- (21) Todos os artigos desse "5º Volume", mesmo sendo cópias em carbono de folhas batidas à máquina, não estão em letras de jornal, apesar de estarem em letras grandes, escritas na primeira página pelo próprio Bruno Giovannetti: "Miscelanea: Artigos publicados em Jornais e Revistas". Foram supressos os nomes dos artigos que já constam dessa bibliografia, restando no "5º Volume" somente os artigos abaixo relacionados.

255. Uma civilização implantada no seio da mata virgem: Varpa e Palma. (18 set. 1933).
256. Luz elétrica em Maracaí. (13 jun. 1934).
257. La grandezza economica dell'Alta Sorocabana. (Quatá, nov. 1935).
258. La grandezza e opulenza dell'Alta Sorocabana. (Quatá, 15 set. 1935).
259. Município de Paraguaçu.
260. Italiani illustri vissuti in Brasile: Don Giuseppe Magnani. (Rancharia, out. 1938).
261. Attraverso la regione della nuova Paolista: Garça. (Garça, 15 set. 1938).
262. Italiani illustri vissuti in Brasile: Giovanni Cervasoni. (Paraguaçu, 7 set. 1938).
263. Italiani illustri vissuti in Brasile: Carlo Borromei. (Quatá, jul. 1938).
264. La capitale della colonizzazione dell'Alta Sorocabana: Presidente Venceslau. (Presidente Venceslau, jan. 1936).
265. A nossa zona de ontem e de hoje.

6.2.3 Sobre Bruno Giovannetti

1. MIROLA, Gian. L'emigrazione in garfagnana-statistiche e documentazione. **La Provincia di Luc-**

ca. Lucca, suplemento AL n.1-XIV. p. 56-80.

2. REDAÇÃO, Che cosa succede in Brasile ? **La Garfagnana**. Castelnuovo de Garfagnana, 16 out. 1930.
3. SANTANA, Ruy da Silva. Recordar é viver. **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 18 out. 1942.
4. REDAÇÃO. A Itália reconquista o seu lugar, afirma ao Diário Paulista um intelectual italiano. **Diário Paulista**, Marília, 12 set. 1943.
5. REDAÇÃO. A Itália reconquista o seu lugar. **Diário Paulista**, Marília, s.d.
6. REDAÇÃO. "Esboço Histórico da Alta Sorocabana". **Diário Paulista**, Marília, 28 out. 1943.
7. ALMEIDA, Pio de. "Esboço Histórico da Alta Sorocabana". **Jornal de Tupã**, Tupã, 31 out. 1943.
8. REDAÇÃO. "Esboço Histórico da Alta Sorocabana". **A Comarca**, Paraguaçu Paulista, 31 out. 1943.
9. REDAÇÃO. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, s.d.
10. REDAÇÃO. "Esboço Histórico da Alta Sorocabana". **Folha da Manhã**, São Paulo, s.d.
11. REDAÇÃO. "Esboço Histórico da Alta Sorocabana". **Correio de Quatá**, Quatá, 27 fev. 1944.
12. PATRACULO, Philemon. A Alta Sorocabana. **Correio Paulistano**, São Paulo, s.d.
13. BRITO, Tenório de. Prefácio ao "Esboço Históri-

- co da Alta Sorocabana".
14. BONINI, Basílio. "Esboço Histórico da Alta Sorocabana". **Correio de Quatá**, Quatá, 21 jan. 1945.
 15. PATI, Francisco. Alta Sorocabana. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 abr. 1945.
 16. BONINI, Basílio & GIOVANNETTI, Bruno. **A Cidade de Quatá**, Quatá, 27 jun. 1946.
 17. M., J. P. Homenagem do "Jornal de Tupã" aos seus colaboradores. **Jornal de Tupã**, Tupã, 25 out. 1953.
 18. REDAÇÃO. Álbum Histórico de um Município. **A Imprensa**, Quatá, 1 mar. 1954.
 19. REDAÇÃO. "Álbum Histórico de Quatá". **Jornal de Assis**, Assis, 20 mar. 1954.
 20. Un grande amico della val di serchio. **Messaggero di Lucca**. Lucca, jun. 1955.
 21. NETO, A. Corrêa. Bruno Giovannetti. **A Notícia**. Tupã, 15 jul. 1955.
 22. REDAÇÃO. Bruno Giovannetti. **A Notícia**, Tupã, 9 set. 1955.
 23. M., G. Una grande perdita. **Messaggero di Lucca**. Lucca, 1955.

7. OS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE CAMPOS NOVOS

7. OS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE CAMPOS NOVOS

7.1 Introdução

Em 1988, são poucos os monumentos da antiga Campos Novos. Muitos já desapareceram: um, o tradicionalmente chamado "Cemitério dos Bandeirantes", das pessoas atuais não encontramos ninguém que dele saiba alguma coisa; da Catequese, tanto da cidade quanto da reserva, só existem ruínas. Outros monumentos, como a residência do primeiro juiz de direito e muitas casas em estilo colonial, foram destruídas, o mesmo acontecendo com o trajeto de antigas estradas, por exemplo da Estrada Boiadeira. Além disso, existem monumentos históricos como a Capela do Mirante (de Ocaçu) e a antiga residência do Dr. Bruno Giovannetti que tendem a desaparecer: aquela, destruída pelo tempo e esta, pela descaracterização. A antiga Igreja de Campos Novos, na Praça Sagrado Coração de Jesus, assim como o prédio do fórum da Comarca de Campos Novos do Paranapanema, casas em estilo colonial, os túmulos de Nicolau de Mayo e de Padre Paulo de Mayo são monumentos que ainda existem mas precisam, alguns com urgência, de serem tombados pelo CONDEPHAAT ou por outra entidade encarregada da conservação de monumentos históricos, sob pena de tenderem a desaparecer, roídos pelo tempo, ou pelo pro-

gresso, ou por lucros imobiliários. A modo de parêntese, vale lembrar que hoje em dia residem em Campos Novos monumentos vivos da História da Alta Sorocabana, constituídos por pessoas, testemunhas e testemunhos vivos de uma história de que participaram ou que viram, como, por exemplo, o Sr. Edgard Bonini (1), apelidado Dengo, ex-prefeito de Campos Novos, nascido em 1922, em Conceição de Monte Alegre, durante quatro anos habitante da Catequese onde lhe nasceram três filhos; Paulo Inácio Franco, conhecido por Tota, respeitado caçador de onças e pronto para contar histórias assim como descendentes dos Mayo, dos Goulart (2), Bertoncini, Franco, Paes, Ferreira e outros.

7.2 Cemitério dos Bandeirantes

Desde que cheguei em Campos Novos, há mais ou menos doze anos, ouço falar do Cemitério dos Bandeirantes como sendo o antigo, pelo jeito o primeiro cemitério de Campos Novos. Mas, quando nas conversas alguém tentava localizar este cemitério, ficava tudo impreciso. O pessoal antigo indicava o Sr. Edgard Bonini como sendo

(1) O Sr. Edgard Bonini acaba de falecer, em 1987.

(2) São parentes e ascendentes de Francisco de Paula Goulart, o fundador de Presidente Prudente.

o entendido no assunto. Procurei-o e ele me disse encontrar-se o cemitério num local, na zona rural, à direita de quem sai de Campos Novos para Palmital. Pessoalmente estive no local indicado, falando inclusive com pessoas dali que de nada disseram saber. Tudo estava arado e não havia sinal de cemitério. Além disso, as pessoas me haviam falado do Sr. Pedro Biondi como outra pessoa conhecedora da localização do Cemitério dos Bandeirantes e residente no caminho para Palmital, no desvio que dá para a mina de água mineral comercializada com o nome de Sofiazinha. Estive, por isso, com o Sr. Pedro Biondi e fomos a um local onde ele dizia ser possível ter estado o Cemitério dos Bandeirantes. Quando lhe perguntei, inclusive por escrito, se sabia onde se encontrava o cemitério, ele respondeu em depoimento escrito e assinado: "Pela informação que tenho, sei, é ali mesmo, porque tem tijolos, e tinha sinal de sepultura". Baseando-se nesta informação, o Sr. Biondi e eu andamos pelo local por ele indicado; era mato cerrado ali; fomos em várias direções. Contudo, nada de vestígio direto de cemitério. Encontramos, é verdade, pelo chão, em locais diferentes, tijolos antigos e pedaços de tijolos e telhas. Contudo, dizia o Sr. Biondi ter havido ali antigamente casas de tijolos.

7.3 Catequese

Da catequese falei atrás. Estive, há tem

po, com o vigário de Echaporã para com ele falar sobre a Catequese, que vai desaparecendo, para daqui a pouco nada restar; como exemplo, o sino do campanário da igreja que foi retirado para ser levado para uma igreja dali perto.

7.4 Cruzeiro

Quando comecei a freqüentar Campos Novos, geralmente eu chegava pela estrada de chão (hoje asfaltada), que dava acesso à Rodovia Marília-Ourinhos. A uns 500 metros da cidade via-se, como hoje ainda se vê, à beira da estrada, um cruzeiro de madeira, alto, tamanho grande, que dizem ser da antiga Campos Novos (3).

7.5 A Casa de Amador Nogueira Cobra

Eu a conheci. Ficava na Rua 24 de Maio, esquina com a 13 de Maio. Casa em estilo colonial. Tamanho normal.

(3) A 23 de outubro de 1938, em "A Comarca", jornal de Paraguaçu Paulista, escrevia B. Giovannetti: José Theodoro de Souza, "em 1868 fundou S. José do Rio Novo, hoje Campos Novos. A primitiva Vila estava marcada a dois quilômetros de distância da atual na beira da estrada que vai a S. Pedro do Turvo, onde vemos erguido o Cruzeiro, única lembrança que aí ficou".

7.6 A Casa do Avô do Ex-Governador Sodré

Dr. José Balthazar de Abreu Cardoso Sodré, primeiro juiz de direito de Campos Novos, residia na esquina da Rua 12 de Outubro com a Avenida José Theodoro de Souza. Residência linda, espaçosa, imponente; ficou abandonada muito tempo, anos, deixando entrever a preciosidade da madeira com que foi feita assim como os tamanhos e a excelência dos tijolos e telhas, fora dos padrões atuais. O Sr. Nilson de Souza e eu temos fotos.

7.7 O Prédio do Forum

O prédio da antiga Comarca de Campos Novos existe hoje em dia, completo e imponente, ainda que mal conservado. Por certo foi, como ainda é, o maior e mais representativo monumento da História de Campos Novos. Uma família reside nele. Anos atrás, o prédio e o terreno foram vendidos a um fazendeiro, o Sr. Rodolfo Renaux Bauer que, falecido, teve seu inventário feito, passando então o prédio do forum para seus descendentes que, por sua vez, pretendem, segundo testemunho do Sr. Nilson de Souza, dele fazer doação à Prefeitura de Campos Novos Paulista.

7.8 A Igrejinha do Mirante

Mirante é um bairro distante cerca de seis quilômetros da cidade de Ocauçu, município da região de Marília. A Capela do Mirante foi construída pelo famoso "Paulista", apelido de João Francisco Costa e Silva, que mandou levantar a igrejinha para o casamento de sua filha Juventina, que aí se realizou. A capela é pequena. Ainda não a medi mas suponho ter cerca de oito metros de comprimento por quatro de largura. As paredes laterais, quando a visitei em 1975, eram de madeira, enquanto a parede de entrada e a do altar eram de pau-a-pique, estando já a mostrar os sinais do tempo, uma vez que se via a descoberto o barro e madeira usados na construção. O assoalho era todo de madeira e já se encontrava estufado em quase sua totalidade; contudo, a madeira se conservava intata de podridão, mostrando tratar-se de madeira de lei. O forro é uma obra de arte: as telhas eram originariamente paulistas, segundo testemunho do Benzinho (apelido do Sr. Coriolano Costa e Silva, neto do Paulista), mas em 1975 já estavam substituídas, encontrando-se o forro, que também é obra do Paulista, coberto por um tecido único, artisticamente feito de taquara e bem conservado até hoje em dia. O altar é simples como o modelo das igrejinhas antigas. No fundo existe um oratório que se percebe ser do tempo do Paulista; estava

bastante sujo mas muito bem conservado. Não havia bancos na Capelinha; nenhum. Não havia pinturas nas paredes. Tudo é simples; mas tudo ali é grandioso por causa do tempo que já atravessou e da mensagem e do mundo do Paulista que carregou até os nossos dias. A porta é bem trabalhada; sem chave, estava abandonada às intempéries e aos azares do tempo. O cercadinho de madeira, que a protegia, não resistiu ao tempo; dele só restam algumas tábuas de pé. A escadaria que leva para dentro da capelinha encontra-se em parte aos pedaços, tendo a gente que tomar cuidado quando sobe.

7.9 A Casa de Bruno Giovannetti

Dr. Bruno Giovannetti, engenheiro-agrimensor, veio, em 1944, da Itália direto para Campos Novos. Palmilhou a pé ou em lombo de burro toda a Alta Sorocabana. Seus três filhos nasceram em Campos Novos e Bruno Giovannetti tornou-se o maior pesquisador-escritor da Alta Sorocabana. A casa onde morou existe ainda e está situada na Rua 7 de Setembro. Foi transformada mais de uma vez, inclusive com acréscimos. Atualmente é residência particular, está conservada e sem perigo de ser destruída.

7.10 A Igrejinha de Campos Novos

A Igreja do Sagrado Coração de Jesus, a mais antiga de Campos Novos, ainda existe. O Sr. Nilson de Souza pesquisou no arquivo do Bispado de Assis para saber a data da fundação da igrejinha de Campos Novos. Não conseguiu mas supõe-se que seja cerca de 1885.

Nos Encontros de História sobre o Vale do Paranapanema, promovidos pelo Centro de Pós-Graduação do Curso de História da UNESP - Campus de Assis, assim como em outras oportunidades, eu e outras pessoas temos procurado sensibilizar pessoas, físicas e jurídicas, para que ajudem a salvar um pouco do pouco que restou dos monumentos de Campos Novos. Em 1978, ouvidos o prefeito, o presidente da Câmara Municipal de Campos Novos e o Sr. Nilson de Souza, secretário da Prefeitura Municipal, escrevi ao CONDEPHAAT solicitando-lhe informações sobre a possibilidade de tombamento da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e do prédio do antigo fórum da Comarca de Campos Novos assim como da Capela do Mirante. Respondeu-me o CONDEPHAAT solicitando-me "informações sobre os (três, acima referidos) imóveis, compostas de fotos, plantas, resenhas históricas, depoimentos, notícias de jornais e tudo enfim que possa subsidiar estudos para um provável tombamento". Ora, essas informações, solicitadas pelo CONDEPHAAT, não existem e nem serão fáceis de serem encontradas, se é que se-

jam, exigindo dinheiro e tempo longo de pesquisa.

E lembrar-se que Campos Novos hoje em dia é uma cidade de turismo; é uma estância climática! A conservação, pois, e a possível restauração desses monumentos, tanto da zona urbana quanto da zona rural, não só incrementarão o turismo e o erário público e particular, mas ainda semearão um pouco mais de cultura e de conhecimento dos valores regionais e da História de Campos Novos e do Estado de São Paulo.

8. LEVANTAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DE
CAMPOS NOVOS

8. LEVANTAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DE CAMPOS NOVOS (1)

8.1 Apresentação

Raiz do povoamento da Alta Sorocabana, Campos Novos foi origem de várias cidades e do início de divisão de terras do Vale do Paranapanema, sendo por isso acertado dizer-se que é preciso pesquisar e conhecer Campos Novos como meio e instrumento para se pesquisar o Vale do Paranapanema, objetivo este de uma pesquisa global do Curso de História do Instituto de Letras, História e Psicologia da UNESP - Campus de Assis. Daí a utilidade, entre outras, do presente levantamento da documentação histórica de Campos Novos do Paranapanema.

A documentação aqui arrolada, primeiros passos de uma longa caminhada a ser percorrida, oferece temas para pesquisas e dissertações, como: 1º - levantamento da documentação histórica e história de São Domingos, a primeira povoação do Oeste do Estado de São Paulo; 2º - biografia histórica de José Theodoro de Souza, fun-

(1) Este "levantamento" foi publicado pela revista de **História**, São Paulo, UNESP, 3: 69-96, 1984.

dador de São Pedro do Turvo, de Campos Novos do Paranapanema e de Conceição de Monte Alegre; 3º - levantamento da documentação histórica e biografia do Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, a principal figura de Campos Novos e fundador de Platina, antiga Saltinho; 4º - levantamento da documentação histórica e história de Conceição de Monte Alegre; 5º - a imprensa em Campos Novos do Paranapanema e Conceição de Monte Alegre; 6º - estudo comparativo entre os coronéis da região de Campos Novos: Capitão Tito (Botucatu), Tonico Lista (Santa Cruz do Rio Pardo), Coronel Francisco Sanches de Figueiredo (Campos Novos do Paranapanema), Capitão Francisco de Assis Nogueira (Assis) e Coronel Joaquim Severo Batista (Jacarezinho); 7º - a civilização e a cultura mineiras em Campos Novos e na Alta Sorocabana; 8º - prosseguimento do levantamento, por mim iniciado, da documentação de fontes primárias da história de Campos Novos, existente em pastas do Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã; 9º - estudo do grilo através de processos de divisão de terras na Comarca de Campos Novos do Paranapanema; 10º - pesquisas de campo, nomeadamente por meio de questionários assinados página por página, entre os descendentes de famílias de pioneiros de Campos Novos, como a dos Bonini, dos Mayo, dos Sodrê, dos Bertoncini e dos Franco a fim de recolher o que ainda resta do passado na memória dessas pessoas; 11º - histórico

e traçado da Estrada Boiadeira; 12º - histórico e traçado da Estrada de Ferro Sorocabana pela Alta Sorocabana; 13º - biografia e significado psicológico-social da singular figura de Frei Manoel; 14º - levantamento histórico-geográfico das estradas de rodagem de Campos Novos de 1860 a 1918; 15º - "Cia. Pecuária e Agrícola de Campos Novos", organizada em 1914: origem, formação e desintegração.

Essa mesma documentação, aqui arrolada, tanto apresenta possíveis dissertações para o Curso de História quanto oferece oportunidades de pesquisas para o Curso de Letras, como "o Realismo na obra de Vicente Goulart Tozzi", ou "a sociedade de Campos Novos na obra de Vicente Goulart Tozzi", ou ainda "o grilo como instituição social-jurídica na literatura sobre Campos Novos (obra de Amador Nogueira Cobra, de Bruno Giovannetti, de Vicente Goulart Tozzi e de Leoni Ferreira da Silva)".

Ao ensejo da publicação deste livro sobre Campos Novos do Paranapanema, é oportuno lembrar-se a necessidade e a responsabilidade de se prosseguir na conservação e preservação do monumental acervo histórico pertencente à Câmara Municipal de Echaporã, muito bem conservado através dos tempos e agora passado para uso do público; em virtude disso, faz-se necessário a confecção de um regimento interno ou coisa semelhante para, de um lado, se poder estabelecer uma sistemática de atendimento e, de outro lado, para se poder evitar desvios de documentos ou

perdas irreparáveis de fontes primárias.

8.2.1 ASSIS

A. Cartório de Registro de Imóveis e Anexos (2)

Livros para transcrição de transmissão de imóveis da Comarca de Campos Novos do Paranapanema.

1. Livro 3. 7 de fevereiro de 1886.
2. Livro 3A. 8 de janeiro de 1887.
3. Livro 3B. 28 de janeiro de 1898.
4. Livro 3C. 26 de abril de 1900.
5. Livro 3D. 28 de janeiro de 1901.
6. Livro 3E. 24 de fevereiro de 1902.
7. Livro 3F. 8 de maio de 1903.
8. Livro 4. 21 de outubro de 1892.
9. Livro 4A. 11 de dezembro de 1892.
10. Livro 4B. 12 de julho de 1899.
11. Livro 4C. 26 de abril de 1895.

(2) Os livros estão bem conservados e em ordem. As indicações foram retiradas do respectivo "Termo de Abertura".

B. Cartório de Registro Civil de Hipotecas e Anexos.

Servirá este livro, no Cartório de Registro Geral de Hipotecas e Anexos desta Comarca para nele serem escrituradas as transcrições de imóveis, de harmonia com os Arts. 25 e 245 do Regulamento nº 370, de 2 de maio de 1890. Campos Novos do Paranapanema.

Livro 3G. 14 de fevereiro de 1905.

C. 1º Cartório de Notas e Ofícios de Justiça.

Para auxiliar de notas para nele serem lavradas todas as procurações e documentos.

1. Livro 1. 2 de maio de 1888.
2. Livro 2. 3 de novembro de 1888.
3. Livro 3. 7 de janeiro de 1889.
4. Livro 4. 31 de janeiro de 1890.
5. Livro 5. 22 de agosto de 1890.
6. Livro 6. 22 de abril de 1890.

D. 1º Cartório de Notas e Ofícios de Justiça (3)

(3) Os livros estão bem conservados e em ordem. As indicações foram retiradas do respectivo "Termo de Abertura".

Livros nºs 2, 3, 4, 5, 6 de notas em geral; para todas as notas em geral. Campos Novos do Paranapanema.

Livro 3. 19 de agosto de 1887.

Livro 4. 22 de fevereiro de 1888.

Livro 8. 28 de abril de 1888.

Livro 9. 18 de março de 1889.

Livro 11. 6 de setembro de 1888.

Livro 13. 27 de junho de 1889.

E. Arquivos de Assis. 1º Cartório de Notas e Ofício de Justiça.

Livro nº 2 de notas em geral; para notas do escrivão do juiz de paz do Distrito de São José do Rio Novo de Campos Novos, para nele serem lavradas todas as escrituras e contratos. Santa Cruz do Rio Pardo.

Livro 6. 10 de dezembro de 1884.

Livro nº 3 de notas em geral; para notas do escrivão de paz da Freguesia de Campos Novos do Paranapanema. Santa Cruz do Rio Pardo.

Livro 7. 5 de janeiro de 1886.

Livro de notas em geral nº 4; para nele serem lançados os termos de audiência do juízo de paz da Vila de Campos Novos do

Paranapanema. Santa Cruz do Rio Pardo.

Livro 12. 27 de agosto de 1886.

Livro de notas em geral nºs 14 e 15; para neles serem lançadas as notas em geral do tabelionato desta Vila, isto é, as escrituras, procurações e o mais que necessário for. Campos Novos do Paranapanema.

Livro 21. 4 de fevereiro de 1891.

Livro 22. 27 de fevereiro de 1891.

Livro de notas em geral nº 5; para notas do escrivão do juiz de paz do Distrito desta Vila para nele serem lavradas todas as escrituras, procurações e contratos. Campos Novos do Paranapanema.

Livro 10. 10 de maio de 1887.

Livro de notas em geral nºs 7, 8; para as notas em geral, escrituras, procurações, contratos e tudo o mais que for necessário. Campos Novos do Paranapanema.

Livro 14. 16 de dezembro de 1889.

Livro 15. 14 de abril de 1890.

Livros de notas em geral nºs 2, 10 a 13, 16 a 43; para as notas em geral, escrituras, procurações e tudo quanto for necessário. Campos Novos do Paranapanema.

Livro 5. 14 de agosto de 1890.

- Livro 16. 16 de setembro de 1890.
 Livro 17. 4 de dezembro de 1890.
 Livro 18. 24 de fevereiro de 1890.
 Livro 20. 8 de janeiro de 1891.
 Livro 23. 8 de maio de 1891.
 Livro 24. 8 de junho de 1891.
 Livro 25. 15 de setembro de 1891.
 Livro 26. 23 de novembro de 1891.
 Livro 27. 12 de março de 1892.
 Livro 28. 6 de dezembro de 1892.
 Livro 29. 2 de agosto de 1893.
 Livro 30. 11 de novembro de 1899.
 Livro 31. 20 de julho de 1894.
 Livro 32. 2 de março de 1895.
 Livro 33. 19 de agosto de 1895.
 Livro 34. sem data.
 Livro 35. 27 de julho de 1896.
 Livro 36. 12 de dezembro de 1896.
 Livro 37. 28 de abril de 1897.
 Livro 38. 2 de março de 1898.
 Livro 39. 16 de agosto de 1898.
 Livro 40. 14 de fevereiro de 1899.
 Livro 41. 12 de setembro de 1899.
 Livro 42. 10 de julho de 1900.
 Livro 43. 6 de fevereiro de 1901.
 Livro 44. 2 de agosto de 1901.

- Livro 45. 6 de junho de 1903.
 Livro 46. 7 de julho de 1904.
 Livro 47. 17 de março de 1905.
 Livro 48. 20 de fevereiro de 1906.
 Livro 49. 9 de novembro de 1906.
 Livro 50. 16 de outubro de 1907.
 Livro 51. 1 de julho de 1910.
 Livro 52. 24 de janeiro de 1912.
 Livro de notas nº 12: para auxiliar de notas do Cartório do 1º Tabelião desta Comarca e para registro de documentos e procurações. Campos Novos do Paranapanema.
 Livro 19. 31 de janeiro de 1901.
 Livros de notas em geral nºs 44, 47, 48, 49, 50 a 55; para nele serem lavradas todas as escrituras que tenham de ser outorgadas no Cartório do 1º Tabelionato ao qual pertencem. Campos Novos do Paranapanema.
 Livro 53. 3 de setembro de 1912.
 Livro 54. 17 de março de 1913.
 Livro 55. 12 de janeiro de 1914.
 Livro 56. 26 de agosto de 1909.
 Livro 57. 12 de dezembro de 1914.
 Livro 58. 24 de setembro de 1915.
 Livro 59. 28 de outubro de 1916.

- Livro 60.** 16 de abril de 1917.
Livro 61. 17 de fevereiro de 1918.
Livro 62. 1 de outubro de 1918.

F. 2º Cartório de Notas e Ofício de Justiça

1. **Livro de Ações e Diversos.** O livro contém separação judicial, falências, alvarás, etc.
2. **Livro de Ações Ordinárias.** Não possui termo de abertura, mas contém divisões, demarcações, ações ordinárias e possessórias.
3. **Índice Geral de Inventários** e arrolamentos findos, distribuídos e arquivados no Cartório do 2º Ofício. 1906.

8.2.2 CAMPOS NOVOS DO PARANAPANEMA

A. Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais e Anexos.

A.a Registro de Nascimento

1. **Livro 1-A.** 19 de maio de 1888 a 23 de agosto de 1897.

2. **Livro 2-A.** 1 de setembro de 1897 a 31 de dezembro de 1899.
3. **Livro 3-A.** 1 de janeiro de 1900 a 30 de novembro de 1901.
4. **Livro 4-A.** 1 de dezembro de 1901 a 24 de abril de 1906.
5. **Livro 5-A.** 31 de março de 1906 a 17 de abril de 1909.
6. **Livro 6-A.** 12 de abril de 1909 a 11 de junho de 1911.
7. **Livro 7-A.** 17 de abril de 1911 a 15 de dezembro de 1913.
8. **Livro 8-A.** 5 de novembro de 1913 a 8 de fevereiro de 1916.
9. **Livro 9-A.** 8 de fevereiro de 1916 a 19 de junho de 1917.
10. **Livro 10-A.** 20 de junho de 1917 a 10 de abril de 1918.
11. **Livro 11-A.** 13 de abril de 1918 a 23 de abril de 1920.
12. **Livro 12-A.** prosseguem sucessivamente até o presente.

A.b. Registro de Casamento

1. **Livro 1-B.** 19 de novembro de 1888 a 20 de agosto de 1890.

2. **Livro 2-B.** 28 de agosto de 1899 a 20 de junho de 1908.
3. **Livro 3-B.** 23 de junho de 1908 a 21 de junho de 1913.
4. **Livro 4-B.** 5 de julho de 1913 a 7 de julho de 1917.
5. **Livro 5-B.** 14 de julho de 1917 a 16 de abril de 1921.
6. **Livro 6-B.** prosseguem sucessivamente até o presente.

A.c. Registro de Óbitos

1. **Livro 1-C.** 21 de janeiro de 1889 a 29 de junho de 1905.
2. **Livro 2-C.** 7 de julho de 1905 a 25 de abril de 1910.
3. **Livro 3-C.** 25 de abril de 1910 a 10 de abril de 1913.
4. **Livro 4-C.** 17 de abril de 1913 a 23 de dezembro de 1916.
5. **Livro 5-C.** 23 de dezembro de 1916 a 2 de outubro de 1920.
6. **Livro 6-C.** prosseguem sucessivamente até o presente.

B. Cartório de Registro de Imóveis

As escrituras e procurações até 1919 fo-

ram transferidas para o 1º e 2º Cartório de Notas e Ofícios da Justiça de Assis, onde ainda se encontram, em consequência da transferência da sede da Comarca de Campos Novos do Paranapanema para Assis, conforme Resolução publicada no Diário Oficial de 12 de março de 1919.

C. Prefeitura

Todo o acervo da Prefeitura de Campos Novos, desde o início da cidade até 1919, foi transferido para o Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã, onde se encontram até hoje.

8.2.3 ECHAPORÃ. Arquivo da Câmara Municipal

A. Livros (4)

(4)

Neste arquivo encontram-se 228 (duzentos e vinte e oito) volumes, todos manuscritos, em ordem e em geral bem conservados, pertencentes à Comarca de Campos Novos do Paranapanema. A numeração dos volumes, que chamarei de "livros", abaixo relacionados, é a mesma existente no Arquivo da Prefeitura e da Câmara Municipal de Echaporã. As indicações, feitas ao lado de cada um desses 228 volumes, foram retiradas do respectivo termo de abertura de cada um deles, salvo exceção, invariavelmente assim começa: "Servirá este livro para nele ser ...", palavras estas que por uma questão de economia de espaço serão supressas.

Livro 1. Para atas de eleição, de 27 de abril de 1892 a 15 de abril de 1895.

Livro 2. Para as leis municipais da Vila de São José do Rio Novo do Paranapanema, de 8 de fevereiro de 1893 a 14 de agosto de 1905.

Livro 3. Para atas de eleição, de 14 de agosto de 1892 a 20 de dezembro de 1906.

Livro 4. Para recenseamento da população escolar do Município de Campos Novos do Paranapanema (sem data por estar o papel danificado).

Livro 5. Para marcar o ponto do movimento escolar da Escola Provisória de Campos Novos do Paranapanema, de junho de 1898 a fevereiro de 1901.

Livro 6. Para o que foi o movimento da Escola Provisória de Campos Novos do Paranapanema, de novembro de 1895 a maio de 1898.

Livro 7. Para atas da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema, de 14 de janeiro de 1887 a 27 de setembro de 1888.

Livro 8. Para receita e despesa da In-

tendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, de 14 de janeiro de 1892 a 1895 (quando se encontra sem a especificação devida é porque ela não existe).

Livro 9. (Não tem nenhuma indicação mas pelo conteúdo do volume pode-se concluir ser livro para assinaturas de eleitores nas eleições).

Livro 10. Para juramento dos empregados da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema, de 14 de janeiro de 1887 a 26 de março de 1908.

Livro 11. Para termos de multas impostas pela Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema, de 8 de outubro de 1887 a 11 de fevereiro de 1905.

Livro 12. Para termos de despesas da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema, de 31 de julho de 1888 a 1 de abril de 1890.

Livro 13. (A página do termo de abertura está quase toda danificada).

Livro 14. Para atas da Câmara Municipal de São José do Rio Novo do Paranapanema, de 6 de fevereiro de 1893 a 10

de janeiro de 1898.

Livro 15. Para atas das sessões da Câmara Municipal (5), de 15 de dezembro de 1905 a 7 de janeiro de 1908.

Livro 16. Para matrícula dos alunos da Escola Provisória, de 30 de setembro de 1895 a 1 de outubro de 1901.

Livro 17. Para receita e despesa da Câmara Municipal, de agosto de 1892 a dezembro de 1895.

Livro 18. Para os eleitores da secção de Saltinho, de 7 de março de 1892 a 30 de julho de 1895.

Livro 19. Para movimento diário da escola do Sexo Feminino, de abril de 1896 a fevereiro de 1904.

Livro 20. Para receita e despesa da Câmara Municipal, de dezembro de 1896 a janeiro de 1899.

Livro 21. Para receita e despesa da Câmara Municipal, de 9 de janeiro de 1904 a 31 de janeiro de 1904.

(5)

De agora em diante, quando se tratar de "Campos Novos do Paranapanema", será omitido, só citando o nome quando se tratar de outra cidade, como por exemplo Conceição de Monte Alegre.

Livro 22. Para assinatura de eleitores do Município, de 12 de setembro de 1890 a 1 de março de 1894.

Livro 23. Para termos de compromisso dos juizes de paz e vereadores da Câmara Municipal, de 7 de janeiro de 1892 a 15 de janeiro de 1929.

Livro 24. Para assinaturas dos eleitores que hão de votar nas eleições municipais de 30 de agosto de 1892 a 30 de julho de 1895.

Livro 25. Para atas da terceira secção eleitoral, de 6 de janeiro de 1893 a 30 de julho de 1895.

Livro 26. Para lançamento de impostos devidos à Câmara Municipal, de 1892 a 29 de abril de 1903.

Livro 27. Para qualificação dos eleitores que têm de votar nos deputados à Assembléia Constituinte Nacional, de 7 de abril de 1890 a 20 de junho de 1900.

Livro 28. Para officios da Câmara Municipal, de 8 de fevereiro de 1887 a 5 de maio de 1891.

Livro 29. Para atas da Câmara Municipal, de 7 de outubro de 1888 a 16 de

fevereiro de 1893.

Livro 30. Para atas das assinaturas dos eleitores que votaram na 1ª. secção eleitoral, de 15 de fevereiro de 1896 a 12 de fevereiro de 1902.

Livro 31. Para atas do registro de editais e contratos, de 1 de fevereiro de 1895 a 26 de março de 1898.

Livro 32. Para termos de juramento dos empregados da Intendência, 18 de junho de 1893 a 22 de agosto de 1907.

Livro 33. Para atas da Câmara Municipal, de 11 de janeiro de 1898 a 27 de dezembro de 1901.

Livro 34. Para registro dos talões dos alvarás de licença, de 2 de julho de 1890 a 28 de janeiro de 1898.

Livro 35. Para eleições da 1ª secção, de 14 de fevereiro de 1896 a 5 de março de 1905.

Livro 36. Para termo e assinaturas da 2ª secção eleitoral, de 5 de fevereiro de 1896 a 11 de janeiro de 1922.

Livro 37. Para relação do número de gasto existente no Município em 1893 e para relação da receita e despesa de 1892.

Livro 38. (Não há indicação de termo de abertura mas existem recortes de leis assim como de decretos de 1885 e de outros nomes.

Livro 39. Para exames e atas da Escola Pública Provisória do Sexo Feminino, de 1 de dezembro de 1896 a 17 de dezembro (não há o ano).

Livro 40. Para alistamento dos eleitores no alistamento geral do Município, 6 de março de 1892.

Livro 41. Para atas da 3ª secção eleitoral da Paróquia de Conceição de Monte Alegre, de 29 de abril de 1891 a 14 de dezembro de 1908.

Livro 42. Para atas da eleição na 4ª secção de Saltinho, de 6 de março de 1892 a 30 de julho de 1895.

Livro 43. (Não se percebem mais indicações do termo de abertura mas trata-se de secção eleitoral de Campos Novos do Paranapanema, de 16 de maio de 1892 a 15 de abril de 1895).

Livro 44. Para registro de leis da Câmara Municipal, de 16 de dezembro de 1905 a 12 de junho de 1917.

Livro 45. Para atas das eleições, de 4 de setembro de 1890 a 15 de abril de 1895.

Livro 46. Para atas do alistamento militar e da armada do Município, de 10 de agosto de 1886 a 30 de outubro de 1891.

Livro 47. (Não há indicação de termo de abertura mas existem editais, certidões etc.) , de 10 de janeiro de 1889 a 25 de fevereiro de 1905.

Livro 48. Para receita e despesa, de 28 de fevereiro de 1889 a 21 de fevereiro de 1889.

Livro 49. (Não há indicação).

Livro 50. Para atas das eleições da 2ª Secção eleitoral da Vila, de 7 de fevereiro de 1896 a 17 de setembro de 1922.

Livro 51. Para receita de indústria e profissão, de 28 de fevereiro de 1917 a 31 de março de 1918.

Livro 52. Para lançamento do imposto de indústria e profissões do Distrito, de 4 de julho de 1917 a 1923.

Livro 53. Para receita do imposto de indústria e profissão do Distrito de

Platina, de fevereiro de 1914 a dezembro de 1915.

Livro 54. Para lançamento do imposto predial da sede do Distrito de Campos Novos do Paranapanema, de 3 de março de 1914 a 1918.

Livro 55. Para inscrição de cães na cidade de Campos Novos do Paranapanema, 17 de julho de 1914 a 17 de janeiro de 1927.

Livro 56. (Não há termo de abertura mas existem anotações de recibos), de janeiro de 1895 a janeiro de 1899.

Livro 57. Para assentamento de enterros no Cemitério de Campos Novos do Paranapanema, exercício de 1917 a exercício de 1920.

Livro 58. Para caixa geral da Câmara Municipal (6), de 31 de janeiro de 1914 a 7 de julho de 1916.

(6)

Como estive fazendo até agora, quando se trata de "Campos Novos do Paranapanema", não tenho repetido esse termo que se encontra em quase todos os livros; ao se referir, porém, a outra cidade, sempre digo de qual delas se trata.

Livro 59. Para assentamentos dos enterros no cemitério, exercício de 1914 a exercício de 1917.

Livro 60. Para assentamento dos enterros no cemitério do Patrimônio de Assis, exercício de 1917 a exercício de 1924.

Livro 61. Para lançamento do imposto cafeeiro do Distrito, de 14 de fevereiro de 1914 a 3 de fevereiro de 1918.

Livro 62. Para lançamento do imposto de viação urbana da Cidade, de 3 de março de 1914 ao exercício de 1918.

Livro 63. Para lançamento do imposto de indústria e profissão do Distrito de Platina, de 4 de fevereiro de 1914 a 15 de maio de 1915.

Livro 64. Para receita e despesa da Câmara Municipal, de 5 de fevereiro de 1908 a 31 de dezembro de 1912.

Livro 65. Para lançamento do imposto predial do Distrito, janeiro de 1914 a março de 1917.

Livro 66. Para receita do matadouro da sede do Município, de janeiro de 1918

a março de 1918.

Livro 67. Para assinantes ou consumidores de luz, de 31 de janeiro de 1918 a 31 de janeiro de 1921.

Livro 68. Para receita do imposto do matadouro da cidade, janeiro de 1918 a junho de 1926.

Livro 69. Para receita do imposto da taxa funerária da sede do Município, de 28 de fevereiro de 1918 a 30 de setembro de 1918.

Livro 70. Para receita do imposto da taxa funerária do Distrito de Paz de Palmital, de 28 de fevereiro de 1918 a 30 de junho de 1919.

Livro 71. Para receita do imposto não lançado do Distrito de Palmital, de 28 de fevereiro de 1917 a 30 de maio de 1919.

Livro 72. (Não há termo de abertura mas é um índice de alistamento militar).

Livro 73. Para lançamento de imposto de indústria e profissões, de 10 de fevereiro de 1914 ao exercício de 1919.

Livro 74. Para registro de pesos e medidas do Distrito de Platina, exercício

de 1914.

Livro 75. Para registro de imposto não lançado do Distrito da Cidade, de 15 de janeiro de 1917 a 2 de agosto de 1920.

Livro 76. Para registro do Regimento Interno da Câmara Municipal e de leis de Campos Novos do Paranapanema, 1 de julho de 1917.

Livro 77. Para caixa geral da Câmara Municipal, de janeiro de 1917 a março de 1918.

Livro 78. Para receita do imposto de animais dentro do perímetro interno da sede do Município, do exercício de 1918 a março de 1923.

Livro 79. Para receita do imposto de veículos do Distrito, de 31 de março de 1917 a 28 de fevereiro de 1925.

Livro 80. Para registro de leis e resoluções da Câmara Municipal, de 22 de outubro de 1917 a 2 de outubro de 1929.

Livro 81. (Não há termo de abertura mas só índices).

Livro 82. Para registro de nomes dos eleitores que votaram nas eleições esta

duais e municipais da 2ª seção do Distrito da Cidade, de 8 de fevereiro de 1913 a 23 de outubro de 1927.

Livro 83. Para lançamento do imposto predial do Distrito de Platina, do exercício de 1914 ao exercício de 1915.

Livro 84. Para registro da aferição de pesos e medidas, do exercício de 1914 ao exercício de 1918.

Livro 85. Para lotação total do imposto municipal a pagar nos anos de 1904 a 1905.

Livro 86. Para lotação de impostos a pagar no ano de 1903.

Livro 87. Para nele ser lançada a arrecadação de impostos municipais e pagamentos feitos por ordem da Câmara Municipal, de 16 de janeiro de 1900 a 24 de novembro de 1900.

Livro 88. Para receita e despesa da Câmara Municipal, de 1 de dezembro de 1900 a 6 de janeiro de 1902.

Livro 89. Para recenseamento do Município, realizado em 1 de janeiro de 1901.

Livro 90. Para registro dos títulos científicos dos diplomados residentes no

Município, em 1 de fevereiro de 1902.

Livro 91. Para lançamento do imposto municipal da Câmara Municipal, exercício de 1902.

Livro 92. Para atas das sessões da Câmara Municipal, de 2 de janeiro de 1902 a 16 de novembro de 1902.

Livro 93. Para lançamento do imposto de negociantes, oficinas, oficiais, cartórios públicos, escritórios de advogados, engenheiros, agrimensores e médicos do Município de Campos Novos do Paranapanema, Platina e Conceição de Monte Alegre, do exercício de 1903 a 1908.

Livro 94. Para receita e despesa da Câmara Municipal, de fevereiro de 1905 a dezembro de 1907.

Livro 95. Para as assinaturas dos eleitores que votaram na 2ª secção eleitoral do Distrito, de 1 de dezembro de 1903 a 10 de junho de 1905.

Livro 96. Para registro dos nomes dos eleitores, ano de 1902.

Livro 97. Para receita e despesa da Comarca, de 1902 a 1904.

Livro 98. Para registro das atas das

sessões da Câmara Municipal, de 27 de novembro de 1903 a 24 de novembro de 1905.

Livro 99. Para atas das sessões da Câmara Municipal, de 15 de julho de 1913 a 1 de fevereiro de 1917.

Livro 100. Para atas das sessões da Câmara Municipal, de 14 de abril de 1908 a 3 de fevereiro de 1909.

Livro 101. Para atas das sessões preparatórias da nova Câmara Municipal eleita, de 9 de janeiro de 1908 a 28 de março de 1908.

Livro 102. Para registro de ofícios da Intendência Municipal, de 23 de junho de 1890 a 15 de maio de 1908.

Livro 103. Para registro dos trabalhos da revisão do alistamento preparados pelas comissões seccionais do Município, de 11 de junho de 1902 a 30 de junho de 1902.

Livro 104. Para registro do alistamento geral de Campos Novos do Paranapanema, Platina e Conceição de Monte Alegre, ano de 1905.

Livro 105. Para lançamento do imposto

predial do Distrito de Conceição de Monte Alegre e de outros municípios de Campos Novos do Parapanema, de 27 de fevereiro de 1908 a 4 de maio de 1917.

Livro 106. Para registro do lançamento do imposto predial sobre negócios, oficinas e outras indústrias e profissões do Distrito de Platina, exercício de 1910.

Livro 107. Para registro do lançamento de imposto sobre negócios, oficinas, oficiais e outras profissões, de 1908 a 1910.

Livro 108. (Não há termo de abertura mas são editais), de 24 de janeiro de 1908 a 5 de novembro de 1908.

Livro 109. Para atas das eleições da 1ª secção eleitoral da Vila, de 7 de junho de 1905 a 15 de março de 1907.

Livro 110. Para atas das eleições da 1ª secção, de 13 de dezembro de 1907 a 1 de março de 1912.

Livro 111. Para lançamento do imposto municipal sobre negócios, oficinas, oficiais e outros impostos industriais e profissões do Distrito de Conceição de

Monte Alegre do Município de Campos Novos do Parapanema, do exercício de 1908 ao exercício de 1910.

Livro 112. Para registro do imposto predial do Distrito de Platina do Município de Campos Novos do Parapanema, de 28 de fevereiro de 1908 a 4 de maio de 1910.

Livro 113. Para atas dos trabalhos eleitorais da 2ª secção da Vila, de 13 de dezembro de 1907 a 23 de outubro de 1927.

Livro 114. Para atos dos ofícios expedidos pela Câmara Municipal, de 23 de maio a 31 de dezembro de 1911.

Livro 115. Para atas das eleições federais da 2ª secção eleitoral do Distrito, de 30 de janeiro de 1909 a 2 de outubro de 1909.

Livro 116. Para termos de compromisso dos empregados da Câmara Municipal, de 30 de abril de 1908 a 27 de janeiro de 1922.

Livro 117. Para as assinaturas dos eleitores que compareceram e votaram na 2ª secção eleitoral estadual desta Vila, de

14 de dezembro de 1907 a 28 de novembro de 1926.

Livro 118. Para as assinaturas dos eleitores que compareceram e votaram na 1ª secção eleitoral da Vila, de 30 de janeiro de 1906 a 6 de julho de 1906.

Livro 119. Para registro de óbitos, de 26 de janeiro de 1905 a 5 de setembro de 1907.

Livro 120. Para lançamento do imposto predial da Vila de Campos Novos do Paranapanema, de Platina, de Conceição de Monte Alegre, exercício de 1906 a 1910.

Livro 121. Para assinaturas dos eleitores que votaram na 1ª secção eleitoral, de 1 de março de 1902 a 15 de março de 1907.

Livro 122. Para atas das sessões da Câmara Municipal, de 4 de fevereiro de 1908 a 8 de outubro de 1910.

Livro 123. Para atas das sessões da Câmara Municipal, de 14 de outubro de 1910 a 24 de maio de 1913.

Livro 124. Para chamada dos alunos do sexo masculino da 1ª Escola, de feve-

reiro de 1907 a abril de 1909.

Livro 125. Para as assinaturas dos eleitores que compareceram e votaram na 1ª secção eleitoral estadual, de 14 de dezembro de 1907 a 1 de março de 1912.

Livro 126. Para lançamento do imposto municipal sobre negócios, oficinas, oficiais e outros impostos industriais e profissões do Distrito, do exercício de 1908 a 1910.

Livro 127. Para impostos sobre carros e veículos, anos de 1909 a 1910.

Livro 128. Para atas da Câmara Municipal, de 26 de julho de 1918 a 10 de março de 1922.

Livro 129. Para lotação de todos os impostos com exceção do imposto escolar e predial, exercício de 1906 a 1907.

Livro 130. Para atas das eleições federais da 1ª secção eleitoral da Vila, de 30 de janeiro de 1909 a 2 de outubro de 1909.

Livro 131. Não há termo de abertura, mas é para inventário do material existente na 1ª Escola e na 2ª Escola de Campos Novos do Paranapanema, na Esco-

la de Conceição de Monte Alegre e na do Bairro do Rosário.

Livro 132. Para termos de visita do inspetor municipal e mais autoridades escolares em visita à Escola do Rosário do Município, de 19 de julho de 1906 a 15 de novembro de 1908.

Livro 133. Para inventário dos objetos da Escola do Bairro do Rosário do Município, de 18 de maio de 1906 a 4 de junho de 1906.

Livro 134. Para as assinaturas dos eleitores que votaram nas eleições para presidente e vice-presidente da República, em 27 de fevereiro de 1906.

Livro 135. Para receita do imposto predial do Distrito de Platina, em 18 de janeiro de 1918.

Livro 136. Para registro dos contratos da Câmara Municipal, em 24 de outubro de 1914.

Livro 137. Para lançamento do imposto de viação urbana do Distrito, em 30 de janeiro de 1912.

Livro 138. Para lançamento do imposto de indústria e profissões, em 20 de ja

neiro de 1912.

Livro 139. Para receita do imposto do Distrito, em 18 de janeiro de 1918.

Livro 140. (Não há termo de abertura mas inclui impostos de luz e outros), anos de 1913 e 1914.

Livro 141. Para receita da dívida ativa do Município, em 18 de janeiro de 1914.

Livro 142. Para receita do imposto de viação urbana em 18 de janeiro de 1914.

Livro 143. Para lançamento do imposto predial do Distrito de Platina, em 20 de janeiro de 1912.

Livro 144. Para receita e despesa da Câmara Municipal, em 1 de janeiro de 1913.

Livro 145. Para receita do imposto de veículos, em 1 de janeiro de 1916.

Livro 146. Para as assinaturas dos eleitores que compareceram e votaram na eleição do dia primeiro de março do corrente ano para presidente e vice-presidente da República, em 24 de fevereiro de 1910.

Livro 147. Para assinatura dos eleitores que compareceram e votaram na 2ª secção eleitoral do Distrito de Conceição de Monte Alegre, em 26 de fevereiro de 1912.

Livro 148. Para receita do imposto de indústria e profissões, em 18 de janeiro de 1914.

Livro 149. Para registro da dívida passiva da Câmara Municipal, em 15 de fevereiro de 1914.

Livro 150. Para lançamento do imposto de indústria e profissões, em 18 de janeiro de 1912.

Livro 151. Para receita do imposto não lançado do Distrito de Platina, em 18 de janeiro de 1914.

Livro 152. Para registro dos ofícios da Prefeitura, em 6 de fevereiro de 1914.

Livro 153. Para as assinaturas dos eleitores que votaram em eleições para juiz de paz do Distrito de Varpa e (é ilegível o outro nome) do Município de Campos Novos do Paranapanema, em 10 de outubro de 1929.

Livro 154. Para a escrita da subprefeitura de Garça, em 1 de fevereiro de 1928.

Livro 155. (Não há termo de abertura mas o livro contém receita do imposto de viação urbana de Campos Novos do Paranapanema), exercício de 1928.

Livro 156. (Não há termo de abertura).

Livro 157. Para assinatura dos contratos da Prefeitura de Campos Novos do Paranapanema, exercício de 1921.

Livro 158. Para lançamento dos impostos municipais de Campos Novos do Paranapanema, de 1918 a 1928.

Livro 159. Para lançamento dos impostos municipais da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema, de 1918 a 1924.

Livro 160. Para caixa geral da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema, em 15 de janeiro de 1917.

Livro 161. (Não há termo de abertura mas é para registro de impostos), 1923.

Livro 162. Para registro do compromisso dos agentes recenseadores, 1920.

Livro 163. Para receita da dívida ati-

va do Município, em 19 de março de 1917.

Livro 164. Para lançamento do imposto de veículos do Distrito, em 30 de janeiro de 1915.

Livro 165. (Não há termo de abertura, mas é para o lançamento de impostos), ano de 1916.

Livro 166. Para lançamento do imposto de viação urbana do Distrito, 15 de fevereiro de 1917.

Livro 167. (Não há termo de abertura).

Livro 168. Para atas das eleições estaduais e municipais que se tiverem de proceder, 7 de fevereiro de 1913.

Livro 169. Para receita do imposto não lançado do Patrimônio de Assis, 18 de fevereiro de 1914.

Livro 170. Para a receita do imposto do matadouro do Distrito de Paz de Palmital, 1 de janeiro de 1918.

Livro 171. Para prestarem compromisso os inspetores de caminho do Município, 1 de janeiro de 1919.

Livro 172. Para lançamento do imposto predial, 20 de janeiro de 1913.

Livro 173. Para atas dos trabalhos da Câmara Municipal, 1 de fevereiro de 1917.

Livro 174. Para receita do imposto cafeeiro da cidade, 15 de fevereiro de 1917.

Livro 175. Para lançamento do imposto de veículos, 1 de março de 1917.

Livro 176. (Não há termo de abertura mas é para receita de indústria e profissão), ano de 1924.

Livro 177. (Não há termo de abertura mas é para impostos de 1920).

Livro 178. Para registro dos termos de compromisso dos empregados da Câmara Municipal, 17 de junho de 1922.

Livro 179. Para receita do imposto da taxa funerária do Distrito, 1 de janeiro de 1918.

Livro 180. Para registro de cartas de habilitação de chofer expedidas pela Câmara Municipal, 24 de novembro de 1926.

Livro 181. (Não há termo de abertura mas o livro é de concorrências de 1930).

Livro 182. Para atas dos trabalhos de sindicância, 29 de dezembro de 1930.

Livro 183. (Não há termo de abertura mas o livro é de concorrências de 1930).

Livro 184. (Não há termo de abertura mas é de despesas da administração municipal, de 1930).

Livro 185. Para "Razão B" da escrituração da Câmara Municipal, 1 de novembro de 1930.

Livro 186. (Não há termo de abertura mas é para lançamento de taxa escolar, 1921).

Livro 187. Para atas da Câmara Municipal, 1 de março de 1922.

Livro 188. Para ofícios da Prefeitura, 23 de novembro de 1920.

Livro 189. Para contratos de locação de serviços da Câmara Municipal, 1 de julho de 1920.

Livro 190. Para receita do imposto não lançado da Câmara Municipal, 1 de janeiro de 1922.

Livro 191. (Não há termo de abertura).

Livro 192. Para registro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal, 17 de setembro de 1923.

Livro 193. Para lançamento do imposto de indústria e predial, 15 de fevereiro de 1917.

Livro 194. Para receita do imposto cafeeiro, 18 de janeiro de 1914.

Livro 195. Para inscrição do alistamento geral do Município, 2 de dezembro de 1912.

Livro 196. Para lançamento do imposto de indústria e profissão, 18 de janeiro de 1911.

Livro 197. Para receita do imposto de viação urbana, 15 de fevereiro de 1917.

Livro 198. Para receita do imposto predial, 15 de fevereiro de 1917.

Livro 199. Para lançamento do imposto de indústria e profissões do Distrito de Conceição de Monte Alegre, 20 de janeiro de 1912.

Livro 200. Para receita do imposto não lançado do Distrito de Platina, 18 de janeiro de 1914.

Livro 201. Para inscrição de cães da cidade, 1 de maio de 1917.

Livro 202. Para lançamento do imposto predial e de viação urbana, 18 de janeiro de 1911.

Livro 203. Para assinatura dos eleitores que votaram nas eleições estaduais e municipais do Distrito, 2 de fevereiro de 1916.

Livro 204. Para registro de animais a batidos para consumo público no Distrito de Platina, 18 de janeiro de 1914.

Livro 205. Para registro de animais a batidos para consumo público na cidade, 18 de janeiro de 1914.

Livro 206. Para caixa geral da Câmara Municipal, 1 de outubro de 1916.

Livro 207. Para lançamento do imposto predial, 20 de janeiro de 1913.

Livro 208. Para registro de recibos de material entregue à Prefeitura (não há data).

Livro 209. (Não há termo de abertura mas é para concorrências, 1934).

Livro 210. (Não há termo de abertura).

Livro 211. Para registro de recibos de material entregue à Prefeitura (não há data).

Livro 212. (Não há termo de abertura mas é para receita de veículos, 1925).

Livro 213. (Não há termo de abertura mas é para receita da dívida ativa da Câmara Municipal, 1929).

Livro 214. Para atas dos trabalhos da Câmara Municipal, 1 de fevereiro de 1929).

Livro 215. Para atas da Comissão Censitária do Município, 2 de julho de 1920.

Livro 216. (Não há termo de abertura mas é para receita do Distrito de Garça, 1925).

Livro 217. Para atas dos trabalhos da Câmara Municipal, 27 de dezembro de 1926.

Livro 218. Para receita do imposto da taxa funerária, 1 de outubro de 1927.

Livro 219. (Não há termo de abertura).

Livro 220. Para receita do imposto do matadouro municipal, 1 de julho de 1926.

Livro 221. Para atas da Prefeitura, 2

de janeiro de 1924.

Livro 222. Para receita do imposto predial, 25 de outubro de 1927.

Livro 223. (Não há termo de abertura mas o livro é um índice onde em ordem alfabética encontram-se muitos nomes de pessoas).

Livro 224. (Não há termo de abertura mas trata-se de concorrências).

Livro 225. (Não há termo de abertura).

Livro 226. (Não há termo de abertura mas o livro todo é um índice onde em ordem alfabética encontram-se muitos nomes de pessoas).

Livro 227. (Não há termo de abertura mas trata-se de concorrências; nesse livro também se encontram seis páginas com a lista dos proprietários de terrenos de Campos Novos do Paranapanema).

Livro 228. (7) (Não há termo de abertura mas o livro refere-se ao transpor

(7) Além desses 228 livros, existem no Arquivo da Câmara Municipal de Echaporã uma porção de Pastas com muitos documentos referentes à história de Campos Novos do Paranapanema. Fiz o levantamento, aqui abaixo exposto, das primeiras pastas, devendo ser prosseguido posteriormente.

te coletivo rodoviário; faltam cento e cinquenta páginas; é do ano de 1940 e outros).

B. Ofícios

1. Ofício de Estevam Leão Bourrou (?), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema(8), comunicando a remessa do título, incluso, de naturalização do súdito italiano Geraldo Gerdulo. São Paulo, Secretaria do Governo da Província de São Paulo, 27 de maio de 1887.
2. Ofício de Elias Antonio Pacheco Chaves, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, solicitando informações. São Paulo, Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo, 17 de junho de 1887.

(8) Como fiz até agora, a omissão do nome da cidade indica que se trata de "Campos Novos do Paranapanema", que também é escrito "Campos Novos de Paranapanema", ou então "São José dos Campos Novos do Paranapanema", ou mesmo, "Campos Novos do Paranapanema".

3. Ofício de Manoel Jacintho Marquez ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, comunicando afastamento, 27 de julho de 1887.
4. Ofício de Estevam Leão Bourrou (?) ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, comunicando o envio dos títulos de nomeação do 1º, 2º e 3º suplentes do Juiz Municipal de Campos Novos do Paranapanema. São Paulo, Secretaria do Governo da Província de São Paulo, 27 de julho de 1887.
5. Ofício de José Vicente de (?), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, solicitando que o relevem da multa, 2 de agosto de 1887.
6. Ofício de João Ignácio da Silva, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, comunicando ausência em sessão da Câmara, 5 de agosto de 1887.
7. Ofício do Visconde de Parnaíba, ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, em resposta à solicitação de pesos e medidas para servir de padrão no Município. São

- Paulo, Palácio do Governo da Província de São Paulo, 11 de agosto de 1887.
8. Ofício de Adolpho A. Pinto, ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, solicitando informações. São Paulo, Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo, 16 de agosto de 1887.
 9. Ofício de Marcelino Pinto Cabral, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, comunicando recebimento de Ofício da Câmara Municipal. Lençóis Paulista, 27 de agosto de 1887.
 10. Ofício de Marcos Arruda, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, comunicando a remessa, inclusa, de seis tubos de tinta vacínica. São Paulo, Inspetoria de Higiene de São Paulo, 5 de outubro de 1887.
 11. Receita e despesa da Vila de Campos Novos do Paranapanema, 13 de janeiro de 1888.
 12. Ofício de João da Silva Nilo, dirigido a

José Brasil Paulista da Piedade, sobre construção de escola pública. Campos Novos do Paranapanema, 14 de fevereiro de 1888.

13. Ofício de João da Silva Ribeiro, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, sobre a construção de escola pública, 15 de fevereiro de 1888.
14. Ofício de Manoel Jacintho Marques, dirigido ao Presidente do Município, comunicando ausência em sessão, 24 de abril de 1888.
15. Ofício de Estevam Leão Bourrou (?) dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, sobre prorrogação do prazo de juramento do cargo de juiz. São Paulo, Secretaria do Governo da Província, 5 de julho de 1888.
16. Ofício de (?), dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, solicitando colaboração através de um questionário para o "Dicionário Geográfico do Brasil". São Paulo, Pa

lácio da Presidência da Província de São Paulo, 4 de setembro de 1888.

17. Ofício de Lino Bispo, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, solicitando verba para Frei Francisco de Alatri, Diretor Geral da Catequese. São Paulo, Secretaria do Bispado de São Paulo, 21 de setembro de 1888.
18. Ofício de Domingos Ursais, dirigido ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, transmitindo a presidência da Câmara Municipal, 10 de novembro de 1888.
19. Ofício de Estevam Leão Bourrou (2), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, remetendo os inclusos títulos de nomeação para o 1º e 2º suplentes do Juiz Municipal. São Paulo, Secretaria do Governo da Província de São Paulo, 2 de janeiro de 1889.
20. Ofício de (?), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, sobre eleição de novo suplente de juiz municipal.

São Paulo, Palácio do Governo da Província de São Paulo, 5 de janeiro de 1889.

21. Ofício de Estevam Leão Bourrou (?), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, remetendo a inclusa carta de naturalização do súdito italiano Nicolau de Maio Sobrinho. São Paulo, Secretaria do Governo da Província de São Paulo, 12 de janeiro de 1889.
22. Ofício de (?), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, comunicando a vaga da eleição para o Conselho de Instrução de Campos Novos do Paranapanema. São Paulo, Palácio do Governo da Província de São Paulo, 14 de fevereiro de 1889.
23. Ofício de João José Martins, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, comunicando a eleição de vereador. Campos Novos do Paranapanema, Câmara Municipal, 26 de março de 1889.
24. Ofício de Estevam Leão Bourrou (?), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara

Municipal, remetendo a inclusa carta de naturalização. São Paulo, Secretaria do Governo da Província de São Paulo, 3 de abril de 1889.

25. Ofício de (?) José Justino (?), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, comunicando que deixará de comparecer a sessões da Câmara, 7 de abril de 1889.
26. Ofício de Barão de (?). dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, acusando o recebimento de ofício da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema. São Paulo, Palácio do Governo da Província de São Paulo, 6 de maio de 1889.
27. Ofício de Ernesto Júlio Bandeira de Mello (Chefe de Polícia), dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, comunicando o recebimento do ofício sobre abusos do Destacamento local. São Paulo, Secretaria de Polícia da Província de São Paulo, 29 de maio de 1889.

28. Ofício de Luiz Gonzaga de Oliveira Costa, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, acusando recebimento de um ofício acompanhado de uma cópia da planta do território de Campos Novos do Paranapanema. São Paulo, Secretaria do Governo da Província de São Paulo, 13 de junho de 1889.
29. Ofício de João de Souza Amaral Gurgel, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, remetendo as inclusas cartas de naturalização dos súditos portugueses Pulchério Antonio Ferreira e Bernardo Antonio de Figueiredo. São Paulo, Secretaria do Governo da Província de São Paulo, 7 de agosto de 1889.
30. Ofício de João de Souza Amaral Gurgel, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, enviando os inclusos títulos de nomeação para 2º e 3º suplentes de juiz municipal e órfãos de Campos Novos do Paranapanema. São Paulo, Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, 23 de janeiro de 1890.

31. Rascunho de José Pedro Coimbra, comunicando a posse de Domingos Ursaia como 2º suplente do juiz municipal do Termo de Campos Novos do Paranapanema. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 9 de fevereiro de 1890.
32. Rascunho de José Pedro Coimbra, dirigido ao Subdelegado de Polícia, Sr. Alfredo de Vasconcelos, comunicando a posse da Câmara Municipal. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 14 de março de 1890.
33. Rascunho de José Pedro Coimbra, dirigido ao Dr. Prudente José de Moraes Barros, Governador do Estado, comunicando posse de cargo de Intendente Municipal. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 8 de abril de 1890.
34. Ofício de Tobias Gonçalves dos Santos, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, solicitando demissão do cargo de secretário da Intendência, 12 de abril de 1890.

35. Ofício de Prudente José de Moraes Barros, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, comunicando o envio de material para alistamento eleitoral. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 14 de abril de 1890.
36. Ofício de Prudente José de Moraes Barros, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, comunicando estar enviando 50 folhas para o serviço de alistamento militar e um livro de talões de títulos de eleitores. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 14 de abril de 1890.
37. Ofício de Prudente José de Moraes Barros, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, comunicando a elevação de três para cinco o número de membros da Intendência Municipal. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 9 de maio de 1890.
38. Rascunho de (?) dirigido ao Dr. Jerônimo Francisco Coelho, Engenheiro-Chefe de Co-

- missão em Santa Cruz do Rio Pardo, informando em resposta a ofício nada poder dizer sobre as terras devolutas do vale do Paranapanema. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 19 de maio de 1890.
39. Ofício de Prudente José de Moraes Barros, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, determinando ser nula a eleição quando são irmãos membros do Conselho de Instrução. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 11 de junho de 1890.
40. Cópia de Ofício de (?) dirigido a (?) sobre imposto predial cobrado por Lençóis Paulista, 16 de junho de 1890.
41. Ofício de José Pedro Coimbra, dirigido a (?), comunicando ser nula a eleição para membro do Conselho Municipal de Instrução Pública porque Pe. Paulo de Mayo e Nicolau de Mayo são irmãos. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 25 de junho de 1890.

42. Ofício de Prudente José de Moraes Barros, dirigido ao Presidente e demais Membros da Câmara Municipal, orientando sobre o modo de cobrança do imposto predial solicitado por Lençóis Paulista. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 27 de junho de 1890.
43. Ofício de Joaquim Ricardo Marques, dirigido ao Intendente e Membros da Intendência Municipal, comunicando não poder comparecer a sessão da Intendência Municipal, 5 de junho de 1890.
44. Ofício do Vigário Paulo de Mayo ao Governador Prudente José de Moraes Barros, comunicando sua própria demissão como membro do Conselho Municipal, 29 de julho de 1890.
45. Rascunho de (?) dirigido ao (?) sobre a relevância de multa imposta. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 29 de julho de 1890.
46. Ofício de José Pedro Caminha, dirigido ao

- Presidente e Membros da Intendência Municipal, comunicando impossibilidade de comparecer a sessão de Intendência, 12 de agosto de 1890.
47. Ofício de Prudente José de Moraes Barros, dirigido ao Presidente e demais Membros da Intendência Municipal, enviando incluso o ofício do Padre Paulo de Mayo solicitando exoneração do cargo de membro do Conselho de Instrução, determinando seja atendido seu pedido assim como o de José Vicente de Figueiredo que também solicitou exoneração do mesmo cargo. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 13 de agosto de 1890.
48. Ofício de Prudente José de Moraes Barros, dirigido ao Presidente e demais Membros da Intendência Municipal, comunicando remeter oito livros de talões de títulos de eleitores. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 15 de agosto de 1890.
49. Ofício de (?) dirigido ao Dr. Jorge Tibi-

riçá, comunicando a eleição de dois membr^{os} do Conselho Municipal de Instrução Pública. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 8 de setembro de 1890.

50. Ofício de José Pedro Coimbra, dirigido a Nicolau de Mayo, remetendo lista para servir como chamada de eleitores. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, 11 de setembro de 1890.

51. Ofício de João Torquato da Piedade, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, declinando do cargo de membro do Conselho Municipal de Instrução Pública de Campos Novos do Paranapanema, 13 de setembro de 1890.

52. Rascunho sobre a eleição e substituição de João Torquato da Piedade, 24 de setembro de 1890.

Cópia do ofício de Nicolau de Mayo, dirigido ao Governador Prudente José de Moraes Barros, comunicando a eleição do novo Conselho Municipal de Instrução Públi-

ca e a substituição de João Torquato da Piedade.

53. Ofício de Vicente José de Luna Júnior, dirigido à Intendência Municipal, solicitando reunião da Intendência Municipal, 5 de outubro de 1890.

54. Ofício de (?) ao Governador Prudente José de Moraes Barros, solicitando auxílio para construção de cemitério, 11 de outubro de 1890.

55. Ofício de Jorge Tibiriçá, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, determinando que sejam eleitos novos membr^{os} do Conselho de Instrução. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 23 de outubro de 1890.

56. Ofício de Jorge Tibiriçá, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, comunicando que já foi providenciado o pagamento solicitado para as despesas de luz feitas pelo Destacamento local. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo,

11 de novembro de 1890.

57. Ofício de Jorge Tibiriçá, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, respondendo ao ofício da Intendência de Campos Novos do Paranapanema dizendo não ser de sua competência ajuizar sobre o dinheiro destinado à catequese dos Índios da Serra dos Agudos desviado pelo Engenheiro Saladino. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1890.
58. Cópia de Ofício de José Carvalho de Oliveira, dirigido ao General-Ministro da Agricultura, solicitando permissão para explorar ouro, diamante e outros minerais em Saran Grande, 24 de novembro de 1890.
59. Ofício de Jorge Tibiriçá, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, solicitando informação sobre José Carvalho de Oliveira que solicitou permissão para explorar minerais no lugar chamado Saran Grande, na margem direita do Rio Paranapanema. São Paulo, do Governo do Es

tado de São Paulo, 29 de dezembro de 1890.

60. Ofício de Jorge Tibiriçá, dirigido ao Presidente e Membros da Intendência Municipal, comunicando a exoneração de João Fernandes de Araújo Leite do Conselho da Intendência Municipal e sua substituição por João Monteiro Pinto. São Paulo, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 29 de dezembro de 1890.
61. Rascunho de (?) ao Governador do Estado de São Paulo, Américo Brasiliense da Costa Valle, comunicando que o Padre Seródio e outros nomeados para o cargo de juiz de paz de Conceição de Monte Alegre não compareceram. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, sem data.
62. Edital convocando para composição da mesa que presidirá a eleição de membro do Congresso Nacional. Intendência Municipal de Campos Novos do Paranapanema, sem data(9).

(9)

A publicação do restante das Pastas será feita posteriormente.

8.2.4 MARÍLIA

Arquivo Particular de José Antonio Tobias

1. Resposta de Basílio Bonini a um "Questionário sobre Campos Novos Paulista", enviado em 15 de outubro de 1979 (10), (manuscrito). 12 p.
2. _____ de Edgar Bonini a um "Questionário sobre Campos Novos Paulista" (manuscrito). 12 p.
3. _____ de Mariinha Bonini e Emérita Bonini Reginato a um "Questionário sobre Campos Novos Paulista" (manuscrito). 12 p.
4. _____ de Paulo Inácio Franco a um "Questionário sobre Campos Novos Paulista" (manuscrito). 12 p.
5. _____ de Pedro Biondi a um "Questionário sobre Campos Novos Paulista" (manuscrito). 12 p.
6. _____ de Ralpo Pedro da Silva a um "Questionário sobre Campos Novos Paulista" (manuscrito). 12 p.
7. _____ de Riодante Fontana a um "Questionário sobre Campos Novos Paulista" (manuscrito). 12 p.
8. Depoimento escrito e assinado por Cincinato Costa e Silva e por Coriolano Costa e Silva sobre a morte

(10) Todos os "Questionários sobre Campos Novos Paulista" foram entregues com a mesma data: 15 de outubro de 1979.

do Coronel Francisco Sanches de Figueiredo (manuscrito). 12 p.

9. _____ de Demos Giovannetti sobre Bruno Giovannetti, seu pai.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exploração dos Rios Feio e Aguapeí. Extremo sertão do Estado.** 1. ed., 1905; 2. ed., 1910. São Paulo, Rothschild, 1910.

_____. **Exploração do Rio do Peixe.** 2. ed. São Paulo, Brasil de Rothschild, 1913.

HUMMEL, Olavo A. Relatório ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá pelo Chefe da Comissão, Engenheiro Olavo A. Hummel. Comissão de abertura e construção de uma estrada de rodagem de Salto Grande ao Rio Paraná. São Paulo, Hennies e Irmãos, 1894.

MEUSSER, Otto. **Impressões de Viagem.** Estrada do Alto Paraná. Organizado pelo Dr. Otto Mausser, Engenheiro de Serviço, e oferecido ao Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, chefe dos trabalhos. São Paulo, Riedel e Franco, 1906.

MONTE ALEGRE. **Livro de Atas da Instalação da Câmara Municipal de Conceição de.** Parapuã, "Museu Dr. Bruno Giovannetti". Contém não só a Ata de Instalação, mas também outras da Câmara Municipal de Conceição de Monte Alegre.

_____. **Livro de Atas das Eleições de Conceição de.**

Parapuã, "Museu Dr. Bruno Giovannetti".

_____. **Livro do Tombo de Conceição de.** Parapuã, "Museu Dr. Bruno Giovannetti".

PAULISTA, João. Carta inédita, de 27 de setembro de 1918 a Mário Paulista.

SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. Notas etnográficas do Prof. Herbert Baldus e apontamentos históricos do Dr. Edgard Lage de Andrade. Prefácio de Carlos Borges Schmidt. Separata dos **Anais do Museu Paulista**, 15, 1961.

SILVA, Mário da Costa e. **Prazeres de um Getulista.** Poesia, inédita, de 17 estrofes com 8 versos cada uma, 25 set. 1950.

_____. **O Meu Modo de Pensar.** Poesia, inédita, 10 estrofes, assinada por Oiram Atsiluap que é Mário Paulista de trás para diante.

_____. **Adeus Brasília ...** Poesia, inédita, 5 estrofes.

_____. **Lembrança do Passado.** Poesia, inédita, 9 estrofes.

8.2.5 SÃO PAULO

Arquivo do Estado de São Paulo

1. **Carta do Vigário Paulo de Mayo**, dirigida ao Vice-Presidente da Província de São Paulo, 12 de julho de

1886. (Lata 64, Ordem 859).

2. **Carta do Vigário Paulo de Mayo**, dirigida ao Presidente da Província de São Paulo, 3 de fevereiro de 1887. (Lata 64, Ordem 859).
3. **Carta de Domingos Ursaia**, dirigida ao Barão de Parahyba, Presidente da Província de São Paulo, 24 de abril de 1887. (Lata 64, Ordem 859).
4. **Carta de pessoas de Conceição de Monte Alegre**, solicitando a elevação de Campos Novos do Paranapanema a freguesia, 23 de julho de 1887.
5. **Carta de Frei Mariano de Bagnaia**, dirigida a Francisco Alves Rodrigues, Presidente da Província de São Paulo, 19 de abril de 1888. (Lata 64, Ordem 859).
6. **Carta de Frei Mariano de Bagnaia**, dirigida a Francisco Rodrigues Dutra, Vice-Presidente da Província de São Paulo, 11 de maio de 1888.

8.3 Bibliografia

ALMANAK (completo) administrativo, comercial e profissional do Estado de São Paulo para 1895; contendo todos os municípios e distritos de paz; nono ano; reorganiza-

do segundo os decretos por Canuto Thorman. São Paulo, Ed. Co. Indus. de São Paulo, 1985 (11).

ALMEIDA, A. Tavares. **Oeste Paulista. A experiência etnográfica e cultural.** Rio de Janeiro, Alba, 1943.

ALMEIDA, Aluísio. **A Revolução Liberal de 1842.** Rio de Janeiro, s.ed., 1944.

_____. Cantemos viros gloriosos. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, junho de 1951.

_____. O Vale do Paranapanema. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 245, out. dez., 1959.

ALMEIDA, Pio de. Esboço Histórico da Alta Sorocabana. **Jornal de Tupã,** 31 out. 1943.

ALTO CAFESAL, Marília, hebdomadário, 1928-1938.

ANAIS da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, São Paulo, 1835.

ANDRADE, Edgard Lage de. **Sertões da Noroeste. 1850-1945.** São Paulo, Cruzeiro do Sul, s.d.

ANÔNIMO. Esboço Histórico da Alta Sorocabana. **Diário Pau**

(11) Esse almanaque, entre outros dados, oferece a Guarda Nacional completa da Comarca de Campos Novos do Paranapanema, dando todos os nomes dos oficiais do Comando Superior, assim como todos os nomes dos oficiais e soldados do 180º Batalhão de Infantaria, do 76º Regimento de Cavalaria e do 91º Batalhão de Reserva, todos de Campos Novos do Paranapanema. O Comando Superior compreendia 1 coronel, 1 tenente-coronel e 3 majores.

lista, Marília, 28 out. 1943.

ANÔNIMO. Esboço Histórico da Alta Sorocabana. **A Comarca Paraguaçu Paulista,** 31 out. 1943.

ANÔNIMO. Esboço Histórico da Alta Sorocabana. **Correio de Quatá,** Quatá, 27 fev. 1944.

ANUÁRIO do Ensino do Estado de São Paulo (1936-1937). Organizado pelo Prof. A. Almeida Júnior. São Paulo, Secretaria da Educação e de Saúde Pública, s.d.

ANUÁRIO Estatístico de São Paulo, 1927. São Paulo, Diário Oficial, 1926.

ANUÁRIO Estatístico de São Paulo, 1927. São Paulo, Diário Oficial, 1930.

ANUÁRIO Estatístico de São Paulo, 1929. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1935.

APARECIDO JOSÉ. Campos Novos procura um lugar para seu turismo. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 13 mar. 1970.

BARRIONUEVO, Ramon. Homenagem póstuma ao autor (Bruno Giovannetti). In.: _____. **Álbum Histórico do Município de Parapuã,** de Bruno Giovannetti. Tupã, A Notícia, s.d.

BARROS JÚNIOR, Francisco. **Caçando e pescando por todo o Brasil.** 3.ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d. (1ª série, Brasil Sul).

BATISTA, Astolfo Severo. **Jacarezinho, breve histórico dessa localidade como homenagem à data de seu cinquentenário - 2 de abril de 1950.** São Paulo, Clássico-Científica, s.d.

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tentativa de fixação de povoamento no Estado de São Paulo e de integração do Vale do Paranapanema, durante o Governo Jorge Tibiriçá (1904-1908). **Anais de História**, Assis, 7, 1975.
- BELLOTTO, Manoel Lelo. Arrolamento das fontes históricas de São Pedro do Turvo e região circunvizinha. **Revista de História**, São Paulo, 34 (69).
- BONINI, Basílio. Campos Novos. Uma baluarte e histórica cidade do bandeirantismo paulista. **Jornal de Assis**, Assis, 8 set. 1945.
- BONINI, Basílio. Esboço Histórico da Alta Sorocabana. **Correio de Quatá**, Quatá, 21 jan. 1945.
- _____. Bruno Giovannetti. **A Cidade de Quatá**, Quatá, 27 jan. 1946.
- _____. Bruno Giovannetti. **Jornal de Tupã**, Tupã, s.d.
- BRUNO, Ernani Silva. **Viagem ao país dos paulistas. Ensaio sobre a ocupação da área marítima e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.
- CALDEIRA, João Netto. **As nossas Riquezas. Município de São Manoel**. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1928.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. **A Igreja na História de São Paulo (1851-1881)**. São Paulo, Instituto Paulista de História e Arte, 1953, v.7.
- CARNEIRO, David. **História do Período Provincial do Paraná, 1853-1889**. Curitiba, s.ed., 1960.

- CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo, Nacional, 1968.
- CASALE, João. **Almanaque de Piraju**, 1904.
- CHITTO, Alexandre. **1º Centenário de Lençóis Paulista, 1858-1958**. s.l., s.ed., s.d.
- _____. **Lençóis Paulista. Ontem e Hoje**. Lençóis Paulista, s.ed., 1972.
- COBRA, Amador Nogueira. **Recanto do Sertão Paulista**. São Paulo, Hennies e Cia., 1943.
- COLEÇÃO de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. São Paulo, 1837.
- COMÉRCIO DE JAÚ (jornal), Jaú. Ao longo da História de Jaú. 4 maio 1973.
- _____. Ao longo da História de Jaú. 9 maio 1973.
- _____. Ao longo da História de Jaú. 25 maio 1973.
- _____. Ao longo da História de Jaú. 1 jun. 1973.
- CORREIO DE MARÍLIA (jornal), Marília, 1928.
- CORREIO PAULISTANO (jornal), São Paulo. Nuretama, ex-Campos Novos. 18 abr. 1945.
- DANTAS, Arruda. **Memória do Patrimônio de Assis (História)**. São Paulo, Pannartz, 1980.
- DANTAS, Arruda. Luciana Maria Machado. **Pioneira e Matriarca**. São Paulo, Pannartz, 1981.
- DONATO, Hernani. **Achegas para a História de Botucatu**. Edição comemorativa do 1º centenário de criação do município: 1855-1955. São Paulo, Cupolo, 1954.

- _____. **Chão Bruto**. 7.ed. São Paulo, Hucitec, 1977.
- DUARTE, Raphael. **Campinas de Outrora**. São Paulo, Andrade e Melo, 1905.
- EGAS, Eugênio. Organização do Estado de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, 1924. Secção de Obras.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **História da Civilização Brasileira**, nº 5. Capítulo da história psicológica de São Paulo. s.l., s.ed., 1945.
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957. Verbete "Campos Novos Paulista". V. 28, p. 210-212 e v. 21, p. 433.
- FERREIRA, Tito Lívio. **Fundadores e Povoadores de Jaú**. In: _____. **O Primeiro Século de Jaú**. Jaú, s.ed., 1953.
- FOLHA DE CAMPOS NOVOS (jornal). Campos Novos do Paranapanema. 1, nº 1, 15 jul. 1917.
- _____. Campos Novos do Paranapanema. 1, nº 15, 12 ago. 1917.
- _____. Campos Novos do Paranapanema. 1, nº 16, 26 ago. 1917.
- _____. Campos Novos do Paranapanema. 1, nº (não é mais visível), 2 set. 1917.
- _____. Campos Novos do Paranapanema. 1, nº 27, 11 nov. 1917.
- _____. Campos Novos do Paranapanema. 1, nº 47, 7 abr. 1918.

- _____. Campos Novos do Paranapanema. 2, nº 57 (as traças danificaram o papel), jun. 1918.
- FREIRE, Hilário. Joaquim Ferreira do Amaral. In: **O Primeiro Século de Jaú**. Jaú, s.ed., 1953.
- GIOVANNETTI, Bruno (12).
- GOULART, Francisco de Paula. **Bandeirante do Século XX**. Fundação de Presidente Prudente, narrada pelo fundador, 1917-1967. Caxias do Sul, Gráfica de São Paulo das Edições Paulinas, 1967.
- KRUG, Edmundo. **Os Índios das Margens do Paranapanema**. São Paulo, Monteiro Lobato, 1925.
- LATIF, Miriam M. de Barros. **As Minas Gerais. A aventura portuguesa, a capitania e a província**. Rio de Janeiro. A Noite, s.d.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto. O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega. 1975.
- LEMAN, Constantino. **Piraju, seu Passado e seu Presente**. Piraju, Graf. Ed. Piraju, 1973.
- LEITE, Mário. **Paulistas e Mineiros Fundadores de Cidades**. São Paulo, Edart, 1961.

(12) Consideradas a extensão, a importância histórica e a complexidade da documentação de Bruno Giovannetti, afigurou-se-me mais funcional colocá-la logo após seus dados históricos e não aqui, no final do livro, junto com o levantamento da Documentação Histórica de Campos Novos.

- LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas. Ensaio de Sociologia Regional Brasileira**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro, Agir, 1946.
- MARINHO, José Antonio. **História do Movimento Político de 1842**. Belo Horizonte, Almeida, 1939.
- MONBEIG, Pierre. **Pionniers et Planteurs de São Paulo**. Paris, Armand Colin, 1952.
- MOREIRA, Balthazar de Godoy. **A Caminho d'Oeste**. São Paulo, Ed. do Brasil, s.d.
- _____. **Curumim sem Nome**. 7.ed. São Paulo, Ed. do Brasil, s.d.
- _____. **Marília, Cidade Nova e Bonita**. Marília, Alto Cafezal, 1936.
- NARDY FILHO, Francisco. **A Cidade de Itu. História de sua fundação e dos seus primeiros monumentos**. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1928. v.1.
- NOGUEIRA, Carlos Rodrigues. **São José do Rio Pardo: 1852-1945. Apontamentos para a história do grande município paulista**. São Paulo, s.ed., 1952.
- NOGUEIRA, Oracy. **Família e Comunidade. Um estudo sociológico de Itapetininga**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1962.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. **Quadro Histórico da Província de São Paulo até o Ano de 1822**. 2.ed. São Paulo, Carlos Gerke, 1897.
- O PARANAPANEMA (jornal), Campos Novos do Paranapanema. 2,

- nº 75, 23 ago. 1914.
- O RELÂMPAGO (jornal), Conceição de Monte Alegre. 1, nº 1, 23 nov. 1922.
- _____. 1, nº 2, 24 dez. 1922.
- O SUDOESTE (jornal), Conceição de Monte Alegre. 1, nº 8, 5 ago. 1917.
- PARNAÍBA, Barão de. **Colonização e Imigração**. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, Barão de Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo, Jorge Seckler, 1887.
- PENTEADO, João. **Digressão Histórica através da vida de Jaú e de seus pró-homens pelo 1º Centenário de sua fundação: 1853-1953**. São Paulo, s.ed., 1953.
- PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**. Verbete "Campos Novos do Paranapanema". Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1894.
- PIRES, Herculano. **Frei Manoel, verdadeiro Rasputim sertanejo morto pela polícia. Folha da Manhã**, São Paulo, 10 ago. 1947.
- PIRES, João Batista do Amaral. **Um pouco de História de Avaré**. Avaré, Reis, Cardoso, Botelho e Cia., 1946.
- PRADO, Paulo. **Paulística. História de S. Paulo**. São Paulo, Monteiro Lobato, 1925.
- PRANDE, Ana Maria. **Max Wirth. O bandeirante suíço**. Osvaldo Cruz, Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz, 1966.

REGULAMENTOS expedidos pelo Exmo. Governo Provincial para execução de diversas leis provinciais, coligidos e anotados pelo Bacharel José Cândido de Azevedo Marques e mandado imprimir pelo Exmo. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, Presidente da Província de São Paulo na forma da lei que autorizou a reimpressão da Legislação Provincial. São Paulo, Correio Paulistano, 1874.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Correia de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Jorge Seckler, (o ano está ilegível).

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá pelo Chefe da Comissão (da abertura e construção de uma Estrada de Rodagem de Salto Grande ao Rio Paraná), Engenheiro Olavo A. Hummel. São Paulo, Hennies Irmãos, 1891.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior pelo Prof. Pedro Voss, Diretor Geral da Instrução Pública. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1926.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo, King, 1888 (13).

(13) Esse relatório contém extenso conjunto de dados, sobre Campos Novos do Paranapanema, dizendo por exemplo que a sua população em 1888 era de 12.811 habitantes quando pelo censo de 1980 é 3802 habitantes.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Baptista Pereira, Presidente da Província, pelo Chefe de Polícia, Joaquim de Toledo Pisa e Almeida Santos. Diário de Santos, 1879.

RELATÓRIO da Estrada de Ferro Sorocabana-Ituana, apresentado pela superintendência aos síndicos de liquidação forçada. Ano de 1903. São Paulo, Rosenhain e Meyer, 1904.

RELATÓRIO da Estrada de Ferro Sorocabana; anos de 1903-1905: comparação de receitas. São Paulo, s.ed., s.d.

RELATÓRIO da Estrada de Ferro Sorocabana; ano de 1904. São Paulo, Rosenhain e Mayer, 1905.

RELATÓRIO da Estrada de Ferro Sorocabana; ano de 1906, apresentado ao Dr. Carlos José Botelho, Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. São Paulo, Vanorden, 1907.

RELATÓRIO dos serviços executados pela Comissão de Terras do Vale do Paranapanema, durante o semestre de julho a dezembro de 1887, apresentado ao Exmo. Presidente da Província pelo Engenheiro José Ribeiro da Silva Pirajá.

RELATÓRIO da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo. Relatório da secção geográfica assinado por Theodoro Sampaio, em 1887. São Paulo, Jorge Seckler, 1888.

RELATÓRIO nº 78 da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a sessão da Assembléia Geral de 1927. São Paulo, Vanorden, 1937.

REPERTÓRIO DE LEIS promulgadas pela Assembléia Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 a 1875, ordenado e oferecido à mesma Assembléia por João Carlos da Silva Telles. São Paulo, Correio Paulistano, 1877.

REPERTÓRIO DAS LEIS promulgadas pela Assembléia Legislativa Provincial desde 1876 a 1889, em continuação ao ordenado pelo Dr. João Carlos da Silva Telles por Alberto Souza e José Jacintho Ribeiro. São Paulo, Diário Oficial, 1898. V. 1.

SCHMIDT, Carlos Borges & REIS, José. **Rasgando Horizontes**. São Paulo, s.ed., 1943.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **S. Paulo nos Tempos Coloniais**. Trad. port. São Paulo, Monteiro Lobato, 1922.

SANTAMARIA, Monsenhor. **Vera Cruz foi assim**. Marília, Centro Diocesano de Pastoral de Marília, 1981.

SANTANA, Ruy da Silva. **Recordar é viver: ao Dr. Bruno Giovannetti. A Comarca, Paraguaçu Paulista, 18 out. 1942**.

SECKLER, Jorge. **Almanaque da Província de São Paulo, administrativo, comercial e industrial para 1888 (sexto ano)**. São Paulo, Jorge Seckler, s.d.

SILVA, Leoni Ferreira da. **O Caboclo Remanescente**. São Paulo, J.E. Bucharles Filho, s.d.

_____. **Os Grilos**. Assis, Orazil Marques Ed., 1966.

_____. **Minha Terra, Assis**. Assis, Nigro, 1979.

SOUZA, Cipriano Vieira de. **Autobiografia de um Bandeirante**. s.l., s.ed., s.d.

SOUZA, Joaquim Vicente de. **Resumo Histórico da Colônia Mineira e Siqueira Campos**. Siqueira Campos, 1963 (mimeografado).

_____. **História da Colônia Mineira e Siqueira Campos**. Siqueira Campos, 1970 (datilografado).

TAMBELLINI, J. Machado. **A Freguesia dos Batatais. No Primeiro centenário de sua elevação à vila**. São Paulo, Rev. Tribunais, 1939.

TEIXEIRA, Sebastião. **O Jaú em 1900**. Jaú, s.ed., s.d.

TOBIAS, Rosmar. **Os Primórdios da Educação de Marília (1925-1938)**. Contém o levantamento das fontes históricas de Marília. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1973.

TOZZI, Vicente Goulart. **Últimos Bandeirantes**. São Paulo, Cupolo, 1954.

_____. **Os Titãs**. São Paulo, Cupolo, 1957.

_____. **Amores de Adelaide**. São Paulo, Cupolo, 1976.

_____. **A Pedra Falante**. São Paulo, Cupolo, 1976.

_____. **Papai, fale Comigo**. São Paulo, Cupolo, 1978.

_____. **No Tempo dos Coronéis**. São Paulo, Soma, 1979.

VILLAS BOAS, Manoel de Castro. **Pedaços de São Paulo**. São Paulo, Cruzeiro do Sul, s.d.

WASHINGTON, Luís. **Capitania de São Paulo, Governo de Rodrigo César de Menezes**. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1938.

WHITAKER, Arthur Pequeroby de Aguiar et alii. **Jaboticabal**

no primeiro centenário de sua fundação: 1828-1928. São Paulo, Rio Branco, s.d.

ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo, Cultura, 1943.

FOLHA DE CAMPOS NOVOS

SEMANARIO INDEPENDENTE

ANNO I

Campos Novos do Paranaíba, 12 agosto de 1917

NUM. 15

REDACÇÃO E OFFICINA

Rua da Estação n. 10

EDACTORES: — DIVER OS

Directr-Gerente — HORACIO DE MAIO

Expediente:

Assignaturas: — Anno 10\$000
6 mezes 4\$000

E' franqueada a seção-livre a lo dos aquelles que queiram defender seus interesses, mediante o pagamento de 200 reis por linha, uma vez que os autographos estejam em linguagem intelligivel e com firma reconhecida. Collaboração e redites devem chegar a redacção ás quartas-feiras.

A redacção reserva-se o direito de alterar ou deixar de publicar aquillo que não estiver de accordo com o seu programma.

Actualidades

No nosso numero de 22 do ultimo mez publicamos, sob a epigraphie s. pra. um artigo em que o nosso prezado collaborador autor desse artigo se referia a diversas coisas de actualidade local, dentre ellas a ponte sobre o rio Novo e o jardim.

Achamos que tinha razão e até tivemos desejo de colaborar nesse artigo, porque entendiamos que o serviço do jardim publico poderia ser ajudado, ao passo que o da ponte se tornava urgente.

Ao que nos parece foi feliz a apreciação de nosso collaborador, na parte relativa á reforma da ponte no rio Novo. Assim dizemos, porque estamos informados, de fonte segura, de que todo o melhoramento necessario á renovação da ponte está tirado, aguardando somente transporte para o local.

Dest'arte ficará o publico bem servido com um novo melhoramento, sem prejuizo do andamento dos trabalhos do jardim publico, que proseguem com certa actividade.

Temos penas somente da decepção dos bellos coqueiros, que não só eram o enfeite do

PARAPHRASE

*Quando surgir da primavera o encanto
E dissipar do inverno os seus rigores,
O peito teu só pulsará de amores
E, eu, estarei talvez no campo santo.*

*Lá, onde o nãocho entoa um triste canto,
Meu frio leito encontrará em flores:
— Rosas, jasmims, a desprender alvares,
Perfunando a mansão de canto a canto,*

*Os versos meus, as rimas de meu peito,
São flores d'alma que c'abeste um dia...
Mas não colheste as de meu pobre leito!*

*A outro, muito em breve, entregará's
Os teus carinhos cheios de magia
E já de mim não mais te lembrará's.*

BARRIETOS, 9-7-917.

S. MAIO

largo principal da cidade como toriumaria de graça natural da jardim publico alli em construção.

Mas ficou um ainda, mas este, no estado de viuvez ou de orphanidade a que ficou reduzido, certamente não resistirá por muito tempo ás dores da ausencia de seus irmãos e esposa...

A nossa administração municipal não tem poupado sacrificios em melhorar tudo quanto se refere ao embelezamento da cidade e bem estar geral, e estamos vendo todo esse movimento que gira por ali, mas existe um pequeno senão, porque nada é perfeito neste mundo. Esse senão consiste no encetar algum trabalho e não se o terminar, como acontece com aquella casa feia, da rua da Liberdade, que foi em parte demolida, e que se destinou a um mercado, que lá está escorçado o telhado, com perigo de um desabamento, e a construção do mercado foi ficando e o esqueleto da casa está ameaçador.

Comprehendemos as difficuldades financeiras por que todos passamos no momento actual, e nómente a nossa municipalidade, mas comprehendemos tambem que qualquer uma reforma que se emprehen-

da deve ser levada a termo. Por'isso é que nos referimos a esse semi-problema, que melhor seria ser posto todo abaixo, como se fez com aquella casa rão indecente do largo, por cuja demolição se tornou esse largo de uma feição agradável.

OS NOSSOS

ASSIGNANTES

Registramos, com reconhecimento, a boa acceitação que esta folha tem recebido por parte de todos que a receberam, enviando-nos a importancia de sua assignatura.

Isso nos faz crer que tem esta folha seguido com honestidade o seu programma, e assim promete seguir enquanto encontrar o apoio e auxilio dos que a acceitam, para a sua manutenção.

Pagaram assignatura desta folha os seguintes srs. Abelardo Guimarães, Felipe Neder Mattar, Mansueto Martorelli e Euzebio Gomes, de Salto Grande; Alfredo Cypriano Freire e Trajano Chrisostomo de Sousa, de Platina; Francisco Pereira Goulart, de Assis; Assad Mattar, Theodorico de Oliveira e Gustavo Goulart, desta cidade.

CAIXA ESCOLAR

Criou-se nesta cidade uma benemerita instituição, denominada "Caixa Escolar", segundo ha tempos noticiamos.

Essa instituição acaba de organizar os seus estatutos, muito bem elaborados pela respectiva commissão composta dos srs. dr. Jonathas Monteiro, professor Theodorico de Oliveira e José Machado, só visseira a instituição beneficiar ás crianças pobres e privadas de poder receber educação escolar, dividio ás suas condições de vida.

Organizou essa instituição uma commissão de pessoas gradadas do lugar, para se promover um festival com kermesse, no proximo dia 7 de setembro, em beneficio das crianças pobres deste municipio, que queiram frequentar a escola, para auxiliá-las em vestuários e material escolar.

Sendo esse um acto digno e para o qual todos devemos nos interessar, esta folha por sua vez pede a todos quantos interessam pela grandeza da nossa Patria o seu valioso concurso para essa nobre e caridosa festa.

A commissão encarregada desse festival e composta das seguintes sras.:

D. Aute de Arruda Dantas, d. Edmê Teixeira de Sant'Anna, d. Edith Ferraz, senhora Lednides Bonini e dos srs. Antonio Valentim Borges, dr. Jonathas Luiz Monteiro da Silva, Carlos Eglydio de Sousa Aramin, Anselmo Giannasi e Paulo de Mayo.

Essa commissão reuniu-se no dia 9 ás 19 horas, em casa do advogado Laudelino de Sant'Anna, a fim de tratar de assumptos referentes á sua missão, estando tambem presentes os srs. Jovino Catello, presidente da Camara Municipal e o director do Grupo Escolar, sr. Theodorico de Oliveira.

A commissão, nessa reunião, assim se constituiu: — Anselmo Giannasi, presidente; Paulo Ferreira de Maio, vice-presidente; Antonio Valentim Bor-